

CRISTIANE SANTANA DE ARRUDA

**MAPEAMENTO DE ADOÇÕES DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO EM
MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES, 2015-2019**

CÁCERES-MT

2022

CRISTIANE SANTANA DE ARRUDA

**MAPEAMENTO DE ADOÇÕES DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO EM
MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES, 2015-2019**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

CÁCERES-MT

2022

Walter Clayton de Oliveira CRB
1/2049

ARRUDA, Cristiane.

A773m Mapeamento de Adoções de Sistemas Privados de Ensino em Municípios Mato-Grossenses / Cristiane Arruda – Cáceres, 2022.

161 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião

1. Privatização. 2. Educação Infantil. 3. Sistemas Privados de Ensino. 4. Mato Grosso. I. Cristiane Arruda. II. Mapeamento de Adoções de Sistemas Privados de Ensino em Municípios Mato-Grossenses: .

CDU 372.3

CRISTIANE SANTANA DE ARRUDA

**MAPEAMENTO DE ADOÇÕES DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO
EM MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES, 2015-2019**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião (Orientadora - UNICAMP/UNEMAT)

Dra. Cassia Alessandra Domiciano (Membro
Externo-Universidade Federal do Paraná/UFPR)

Dra. Marilda de Oliveira Costa (Membro Interno-PPGEdu/UNEMAT)

APROVADA EM: 26/04/2022.

*Dedico a todos que,
mesmo em tempos difíceis, quando tudo parece não haver solução, ainda resistem e
acreditam no poder que a educação exerce sobre a vida humana! Esperancem e lutem!*

Agradecimentos

Com sentimento de eterna gratidão, já quase ao fim deste ciclo, agradeço ao Deus que me guardou até aqui. À Universidade do Estado de Mato Grosso / UNEMAT, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação, por oportunizar esta pesquisa. Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, GREPPE/Campinas, do qual faço parte, por se constituir em espaço de discussões de temas tão relevantes; nele pude estar em meio a autores que admiro por suas produções. Sou grata também às intempéries da vida, que não foram poucas, pois, mesmo passando boa parte da minha existência em contexto de extrema miséria, essas tormentas construíram em mim couraças de resistência e me deram impulso para acreditar no poder transformador da educação, e com ela, criar uma história diferente para minha vida. Agradeço aos meus filhos, Lucas e Luana, responsáveis por brotar em mim um amor incondicional do tamanho do infinito e por isso me tornar uma pessoa melhor ao que era antes. Gratidão à minha orientadora, Prof^a Dr^a Theresa M^a de Freitas Adrião, por segurar firme em minha mão e me conduzir com maestria pelo caminho da pesquisa que antes eu pouco conhecia. Fazem parte desta caminhada todos os professores que passaram pela minha vida, com eles aprendi que o conhecimento só tem sentido se utilizado para construir, somar, contribuir e encantar, caso contrário ele pouco serve, perde o brilho. Obrigada aos meus amigos que estão sempre comigo, em momentos bons e em outros não tão bons; apesar de muitos, devo citar em especial os irmãos de coração que encontrei neste programa de mestrado, Tiago e Rodolfo, que foram amparo e parceria, desde o primeiro dia letivo, e que seguirão para sempre em meu coração. Talvez inusitadamente neste espaço, mas não poderia deixar de agradecer aos meus oito irmãos menores (pets), apesar de não entenderem, me trazem alegria todos os dias, e em muitos foram meu remédio e aconchego. Enfim, obrigada vida! Espero fazer jus à oportunidade de estar sobre esse chão, desfrutando de todas as bênçãos que me oferece; quando eu partir deste lugar, onde todos estamos passageiramente, que eu leve comigo a grande satisfação de dever cumprido.

Operário em Construção

[...]

*Mas o que via o operário
o patrão nunca veria.
O operário via as casas
e dentro das estruturas
via coisas, objetos
produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
o lucro do seu patrão,
e em cada coisa que via
misteriosamente havia
a marca de sua mão.
E o operário disse: Não!
e fez-se forte na sua resolução.*

[...]

*E o operário ouviu a voz
de todos os seus irmãos,
os seus irmãos que morreram
por outros que viverão.
Uma esperança sincera
cresceu no seu coração
e dentro da tarde mansa
agigantou-se a razão
de um homem pobre e esquecido.
Razão, porém, que fizera
em operário construído
o operário em construção.*

(Vinícius de Moraes, 1959).

Resumo

Esta pesquisa possui como objetivo mapear os municípios do Estado de Mato Grosso com vistas a identificar quais adotaram Sistemas Privados de Ensino - SPE para a Educação Infantil no período de 2015-2019. Realiza-se esse recorte temporal por abranger duas gestões municipais anteriores à pandemia. Esta dissertação também se articula ao projeto “Análise da incidência de atores privados junto à rede estadual de ensino do Mato grosso para oferta educacional”, coordenado pela pesquisadora Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião e financiado em parte pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Dialoga com pesquisas anteriores sobre o tema, principalmente com Adrião et al. (2009), que auxilia na caracterização deste tipo de incidência em municípios mato-grossenses, pois, identificar as empresas que vendem os desenhos pedagógicos para as redes municipais de ensino integra os dados analisados neste estudo, cujo conjunto permite contribuir para o entendimento das condições objetivas e específicas nas quais os interesses do campo dos negócios e das corporações se apresentam na educação das redes municipais de ensino do estado de Mato Grosso; dialoga-se também com trabalhos realizados sobre o tema para outros contextos. Realiza abordagem quanti-qualitativa, com pesquisa documental exploratória em fontes primárias e secundárias em sites institucionais sobre a privatização do currículo na Educação infantil. Como resultado, identificou-se que os municípios do estado de Mato Grosso tem sido palco da privatização do currículo em forma de SPE, no período de 2015-2019, em 20 municípios, desses, 60% realizaram esta adoção para a educação infantil, incluindo creches, que atendem crianças bem pequenas. Os SPEs atingiram, no mínimo, 32. 295 crianças matriculadas na Educação infantil em 11, 46% das unidades escolares de municípios mato-grossenses. O mapeamento permitiu identificar esta forma de privatização em municípios de todas as regiões intermediárias do estado de Mato Grosso, porém com maior concentração na região intermediária de Sinop. Identificou-se o Grupo Positivo Ltda como empresa de maior presença na oferta de SPEs nos municípios mato-grossenses, em 83,3% dos casos, situação analógica a identificada por pesquisas anteriores para outros contextos, como em Rossi (2009); Adrião et al (2009) e Adrião et al (2015), quando a identificou e a caracterizou como uma das cinco empresas de maior destaque na oferta de SPE na Educação básica brasileira.

Palavras-chave: Privatização; Educação infantil; Sistema Privado de Ensino; Mato Grosso.

Abstract

This research aims to map the municipalities of the State of Mato Grosso in order to identify which ones adopted Private Teaching Systems - SPE for Early Childhood Education in the period 2015-2019. This time frame is carried out as it covers two municipal administrations prior to the pandemic. This dissertation is also linked to the project "Analysis of the incidence of private actors in the state education network of Mato Grosso for educational provision", coordinated by the researcher Dr. Theresa Maria de Freitas Adrião and funded in part by the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. It dialogues with previous research on the subject, mainly with Adrião et al. (2009), which helps to characterize this type of incidence in Mato Grosso's municipalities, since identifying the companies that sell pedagogical designs to municipal education networks integrates the data analyzed in this study, whose set allows contributing to the understanding of the conditions objective and specific in which the interests of the field of business and corporations are presented in the education of municipal schools in the state of Mato Grosso; dialogue is also made with works carried out on the subject for other contexts. It carries out a quantitative-qualitative approach, with exploratory documentary research in primary and secondary sources on institutional websites on the privatization of the curriculum in Early Childhood Education. As a result, it was identified that the municipalities of the state of Mato Grosso have been the scene of the privatization of the curriculum in the form of SPE, in the period 2015-2019, in 20 municipalities, of these, 60% carried out this adoption for early childhood education, including crèches, which serve very young children. The SPEs reached at least 32, 295 children enrolled in early childhood education in 11, 46% of school units in municipalities in Mato Grosso. The mapping allowed us to identify this form of privatization in municipalities in all intermediate regions of the state of Mato Grosso, but with greater concentration in the intermediate region of Sinop. Grupo Positivo Ltda was identified as the company with the greatest presence in the offer of SPEs in the municipalities of Mato Grosso, in 83.3% of the cases, a situation analogous to that identified by previous research for other contexts, as in Rossi (2009); Adrião et al (2009) and Adrião et al (2015), when they identified and characterized it as one of the five most prominent companies in the offer of SPE in Brazilian Basic Education.

Keywords: Privatization; Early childhood education; Private Education System; Mato Grosso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMM – Associação mato-grossense dos municípios
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CLADE – Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação
- CNPQ – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*
- GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
- IBF – Instituto Brasileiro de Florestas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
- IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LDE – Laboratório de Dados Educacionais
- MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

NEPEC – Núcleo de Extensão e Pesquisas Econômicas e Contábeis

ONU – Organização das Nações Unidas

PDRAE – Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PEE – Plano Estadual de Educação

PERS – Plano Estadual de Resíduos Sólidos

PIB – Produto Interno Bruto

PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PRODEIC – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso

PROS – Partido Republicano de Ordem Social

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SABE – Sistema de Ensino Aprende Brasil

SAEP - Sistema Apostilado de Ensino Privado

SAE – Sistemas Apostilados de Ensino

SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*

SEDEC – Secretaria de Indústria e Comércio

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação, Esporte e Lazer

SPE – Sistema Privado de Ensino

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UFMT – Universidade Federal do Estado de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de produções sobre privatização da educação, localizadas por base pelo conjunto dos descritores – 2015-2019.....	22
Tabela 2 - Distribuição das produções sobre privatização da educação infantil, por dimensões da privatização no campo educacional, 2015-2019.....	23
Tabela 3 - Total de municípios mato-grossenses por faixa populacional, 2015-2019	110
Tabela 4 - Municípios mato-grossenses organizados por faixa populacional	111
Tabela 5 - Matrículas totais na Educação infantil de municípios mato-grossenses adotantes de SPE, 2015-2019.....	129
Tabela 6 - Alunos da Educação infantil atendidos por SPE em municípios mato-grossenses, 2015-2019.....	130
Tabela 7 - Escolas de Educação infantil dos municípios mato-grossenses, adotantes de SPE, 2015-2019.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções sobre privatização do currículo na Educação infantil-2015-2019	25
Quadro 2 - Pesquisa sobre a adoção de SPEs na Educação infantil em município mato-grossense	28
Quadro 3 - Gestores Estaduais de Educação de Mato Grosso, 2015-2019	58
Quadro 4 - Distribuição dos municípios da região intermediária de Cuiabá pelas regiões imediatas.	82
Quadro 5 - Distribuição dos municípios da região intermediária de Barra do Garças pelas regiões imediatas.	84
Quadro 6 - Distribuição dos municípios pelas regiões imediatas - Região intermediária de Sinop	88
Quadro 7 - Produtos e serviços ofertados pelas cinco empresas que mais se destacam na oferta de SPE na educação básica	94
Quadro 8 - Adoção de Sistemas Privados de Ensino em municípios mato-grossenses com população de 50.001 a 100 mil habitantes, 2015-2019	114
Quadro 9 - Adoções de SPE por municípios mato-grossenses com população de 10.001a 50 mil habitantes, 2015-2019.....	115
Quadro 10 - Municípios mato-grossenses que adotaram SPE com população de 1 a 10 mil habitantes-2015-2019	117
Quadro 11 - Municípios mato-grossenses que adotaram Sistemas Privados de Ensino para a Educação Infantil-2015-2019	119
Quadro 12 - Produtos e Serviços que integram o Sistema de Ensino Aprende Brasil,2020. .	128
Quadro 13 - Início de adoção de SPE para Educação infantil por municípios mato-grossenses, 2015-2019	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matrículas na Educação Infantil por dependência administrativa	65
Figura 2 - Número de matrículas na Educação infantil segundo a etapa de ensino – Mato Grosso, 2015-2019.....	66
Figura 3 - Matrículas da Educação Infantil por dependência administrativa - Brasil, 2015-2019	67
Figura 4 - Matrículas de creche e pré-escola, Brasil, 2015-2019.....	68
Figura 5 - Escolas de Educação infantil em Mato Grosso, 2015-2019	71
Figura 6 - Escolas de Ensino fundamental em Mato Grosso, 2015-2019.	73
Figura 7 - Total de programas por ano de início e dimensão de incidência em Mato Grosso, 2005-2015.....	78
Figura 8 - Número de programas nas dimensões oferta, gestão e currículo no estado de Mato Grosso: natureza das instituições, público-alvo e etapa de escolaridade (2005 – 2018)	78
Figura 9 - Mapa com as regiões intermediárias de Mato Grosso	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas do Ensino fundamental por dependência administrativa – Mato Grosso, 2015-2019.....	69
Gráfico 2 - Matrículas do Ensino fundamental por dependência administrativa - Brasil, 2015-2019	70
Gráfico 3 - Escolas de Educação infantil por dependência administrativa – Mato Grosso, 2015-2019	72
Gráfico 4 - Matrículas de indígenas na Educação infantil, Mato Grosso. 2015-2019	74
Gráfico 5 - Matrículas de indígenas para o Ensino Fundamental, Mato Grosso, 2015-2019 ..	75
Gráfico 6 - Escolas em terras indígenas ofertantes de Educação infantil em Mato Grosso, 2015-2019	76
Gráfico 7 - Escolas em terras indígenas de Ensino fundamental, 2015-2019.....	77
Gráfico 8 - Total de habitantes da região intermediária de Cuiabá	83
Gráfico 9 - Total de habitantes da região intermediária de Barra do Garças.	84
Gráfico 10 - Total de habitantes da região intermediária de Cáceres - MT	86
Gráfico 11 - População dos municípios que compõe a região intermediária de Rondonópolis	87
Gráfico 12 - Total de habitantes da região intermediária de Sinop - MT	90
Gráfico 13 - Adoções de SPE na Educação Infantil pelas regiões intermediárias de Mato Grosso, 2015-2019.....	120
Gráfico 14 – IDHM dos municípios mato-grossenses que adotaram Sistemas Privado de ensino para a Educação Infantil, 2015-2019.....	121
Gráfico 15 - PIB dos municípios mato-grossenses que adotaram SPE para a Educação Infantil, 2015-2019.....	122

Gráfico 16 - Partido Político dos prefeitos dos municípios adotantes de SPE para a Educação Infantil - SPEs, 2015-2019.	123
Gráfico 17 - Empresas contratadas por municípios mato-grossenses no período de 2015-2019 para a implantação de SPE para a Educação Infantil	124

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	17
2 - A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O CONTEXTO DE SUA DISSEMINAÇÃO NO SÉCULO XXI	31
2.1 - A globalização e o cenário do capitalismo do século XXI	31
2.2 - Neoliberalismo, papel do Estado e as Corporações no século XXI	36
2.3 - Privatização da Educação	44
3 - O SISTEMA DE ENSINO NO ESTADO DE MATO GROSSO: Aspectos selecionados	51
3.1 - O estado de Mato Grosso	51
3.2 - Divisão de responsabilidades entre o governo do Estado de Mato Grosso e os municípios em relação ao ensino: Regime de colaboração e alterações no período de 2015-2019.....	60
3.3 - A presença de organizações privadas na educação pública estadual de Mato Grosso	73
3.4 - Os municípios mato-grossenses	78
4 - SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO: A PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO EM MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES	90
4.1 - Sistemas Privados de ensino: definição	91
4.2 - Sistemas Privados de Ensino: o que as pesquisas revelam	97
4.3 - Sistemas Privados de Ensino a Educação infantil: o que diz a literatura inventariada ..	101
5 - A ADOÇÃO DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO POR MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES	108
5.1 - O Grupo Positivo LTDA e sua inserção em municípios mato-grossenses	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS.....	150
Anexo 1 - Quadros de adoções de Sistemas Privados de Ensino por municípios mato-grossenses	149
Anexo 2 - Solicitação de informações aos municípios mato-grossenses	160

1 - INTRODUÇÃO

Além da Universidade do Estado de Mato Grosso, através do programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa: Formação de professores, políticas e práticas pedagógicas, esta pesquisa se vincula também ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE/Campinas), grupo do qual sou componente e que tem por objetivo promover o aprofundamento teórico e discussões de temas relevantes para a política educacional brasileira, tendo o tema privatização um lugar de destaque. Mais precisamente, esta investigação se articula ao projeto “análise da incidência de atores privados junto à rede estadual de ensino do Mato grosso para oferta educacional”, coordenado pela pesquisadora Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião e financiado em parte pela FAPESP.

Por envolver aspectos gerais da privatização entende-se, com base em Belfield e Levin (2004), a privatização como a transferência de responsabilidades, bens, atividades e ativos inerentes ao setor público para o setor privado. Como setor privado compreendemos agências, instituições empresariais, segmentos da sociedade civil e demais integrantes, inclusive as famílias. No mesmo sentido, Paro (2006) define privatização como movimentos de diminuição de responsabilidades do Estado.

No campo educacional, a privatização se configura em “medidas que tem subordinado direta ou indiretamente a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas” (ADRIÃO et al., 2017, p. 130).

Os processos de privatização que ocorrem no âmbito das políticas públicas, dentre elas na educação, é uma realidade em diversos países, como se vê na subseção 2.1 desta dissertação, sobre Privatização da Educação; ela está presente em várias dimensões da política educacional em etapas de ensino, porém esta pesquisa se delimitará em investigar sua presença no currículo da rede municipal de ensino do estado de Mato Grosso - Brasil.

O objetivo geral desta dissertação é analisar as adoções de Sistemas Privados - SPE por municípios do Estado de Mato Grosso para serem utilizados na Educação infantil. Ressalta-se que a escolha do termo “adoção” é considerada, uma vez que podem ser identificados municípios que não tenham “contratado” os SPEs, e sim, recebido através de outros possíveis processos, como recebimento de doações pelas empresas, situação que não desconfigura a privatização do currículo para o município adotante.

Parte-se do pressuposto de que a adoção de SPE é uma forma de privatização do currículo; por esta forma Adrião (2018, p. 20) a indica como “transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares”.

De acordo com Adrião e Domiciano (2018), independente do conjunto de produtos e serviços, as empresas contratadas pelas prefeituras os encaminham aos professores com instruções de seu uso, impondo o passo a passo de como utilizá-lo, como gerir seu tempo de aplicação, ou seja, não apenas incidindo de forma direta e impositiva no currículo escolar, mas também nos processos pedagógicos. Em alguns casos, quando estão no pacote desses sistemas, as empresas efetuam ainda uma espécie de avaliação externa sobre a forma de atuação do professor com o material adotado, bem como se o aluno conseguiu alcançar o resultado previamente planejado pelo Sistema.

A pergunta que mobiliza esta investigação dialoga com resultados de pesquisa realizada para o estado de São Paulo, segundo a qual a prática era “quase exclusiva dos municípios paulistas com até 50 mil habitantes” (ADRIÃO et al., 2012, p. 540). No caso de Mato Grosso estes perfis se mantêm? Ou ainda, há um padrão reconhecível entre os municípios que realizam esta forma de privatização?

Para esta pesquisa indica-se os objetivos específicos:

- Mapear todos os 141 municípios mato-grossenses buscando identificar quais adotaram SPE no período de 2015-2019, de acordo as regiões intermediárias definidas pelo IBGE (2017), sendo região intermediária de Sinop, região intermediária de Cáceres, região intermediária de Rondonópolis, região intermediária de Cuiabá e região intermediária de Barra do Garças;
- Caracterizar os municípios que adotaram SPE para a Educação infantil;
- Mapear as empresas e os serviços que integraram os SPE contratados pelos municípios identificados na adoção de SPEs para a Educação infantil.

Para se realizar o levantamento e o tratamento dos dados desta dissertação, optou-se pela abordagem quanti-qualitativa, uma combinação de duas abordagens, levando em consideração que há a necessidade de coletas de dados que podem ser quantificados e mensurados. Segundo Gatti (2012, p. 6), a abordagem quantitativa “abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à (s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho”. A combinação quantitativa se dá com a abordagem qualitativa, pois utilizando os dados quantitativos é necessário analisá-los, compará-los e compreendê-los. Sobre a abordagem

qualitativa, Minayo e Sanches (1993, p. 244) ressaltam que ela “concebe o homem como sujeito e ator, enfatizando a centralidade do significado como produto da interação social. A verdade não é absoluta, mas sim, relativa e subjetiva”. Desse modo, confirma-se adequada a associação dessas duas abordagens para a realização desta investigação.

Trata-se de pesquisa documental e exploratória, decorrente de buscas a fontes primárias e secundárias. Inicialmente a pesquisa se deu em páginas oficiais das prefeituras dos 141 municípios do estado, buscando por informações de possíveis adoção de SPEs.

Após identificação das adoções, buscou-se desenhar o perfil dos municípios adotantes; tais informações podem ser localizadas nas páginas institucionais desses, bem como em outros sites oficiais, como será relatado ainda nesta mesma seção. Dados que compõe o perfil são:

- Adotou SPE;
- Qual empresa;
- Etapa de escolaridade onde é utilizado - Educação Infantil - Ensino Fundamental ou outra etapa de ensino;
- Qual período de adoção;
- Partido político do prefeito na época da adoção;
- O número de habitantes do município que adotou o SPE;
- A taxa de matrícula municipal na Educação Infantil, no período de investigação, 2015-2019;
- Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM dos municípios;
- Produto Interno Bruto dos municípios – PIB;
- Quantitativo de escolas por dependência administrativa e por etapa de ensino para o período de 2015-2019.

As buscas seguiram em pesquisa direta, em modo anônimo, até a décima página do *Google*¹, contendo os descritores: Sistemas Privados de Ensino, apostilas, apostilamento e material didático, sendo um descritor por vez associado a cada um dos 141 municípios do estado, buscando identificar se houve adoção pelos mesmos.

Investigou-se nos Portais Transparências de cada município que ainda não havia sido identificado, por meio de solicitações de informações, amparados pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de acesso à informação, se os municípios haviam adotado algum SPE, ano de adoção, etapa de ensino atendida, empresa, e ano de contratação.

¹ Google é uma empresa multinacional de serviços online e software [...] ela hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na internet. (GOOGLE, s/d). Ver em: <https://canaltech.com.br/empresa/google/>.

Em alguns casos, sendo os cinco maiores municípios classificados por faixa populacional, foi necessário o encaminhamento de e-mails solicitando as informações já mencionadas, referente à possível adoção de SPE, visto que algumas informações não foram localizadas para pesquisa de domínio público, desses, somente três responderam, negando a adoção, para outros dois não se obteve resposta.

Ampliou-se as buscas nos seguintes sites oficiais: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso², e Associação Mato Grossense dos municípios (AMM)³, para verificação de publicações de possíveis contratos de SPEs pelos municípios mato-grossenses.

Na etapa de caracterização, agrupa-se os 141 municípios por faixas populacionais, a partir de dados da estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para 2020, uma vez que, na época de coleta de dados desta dissertação, eram os dados disponíveis, resultando em cinco grupos: Os acima de 500 mil habitantes; os de 100.001 a 500 mil habitantes; de 50.001 a 100 mil habitantes; de 10.001 a 50 mil habitantes e de 1 a 10 mil habitantes. A caracterização nesta dissertação ocorre somente com os municípios adotantes de SPEs para a Educação Infantil, representado pelo percentual de 8, 51% do total dos municípios do estado.

Os locais de busca de dados para esta etapa de caracterização são:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴; compondo informações como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para dados referente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵ e Censo Escolar dos municípios mato-grossenses, para informações quanto à evolução de matrículas por série histórica de 2015-2019. Quantitativo de escolas por dependência administrativa no estado de Mato Grosso.⁶
- Plataforma do Laboratório de Dados Educacionais⁷ (LDE) para informações sobre quantidade de matrículas por etapa de ensino e dependência administrativa dos municípios em série histórica 2015-2019⁸.

² Acessado pelo link <https://www.iomat.mt.gov.br/>.

³ Acessado pelo link: <https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/>.

⁴ Acessado pelo link: <https://www.ibge.gov.br/>.

⁵ acessado pelo link: <http://ideb.inep.gov.br/>.

⁶ acessado pelo link: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>.

⁷Ver em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/sobre>.

⁸ Acessado pelo link: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/matriculas>.

- Página do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE/MT)⁹, bem como páginas oficiais dos municípios para buscas referentes aos partidos políticos dos prefeitos nas épocas de adoção dos SPEs.

O recorte temporal considerado para pesquisa é de 2015-2019. Elegeu-se esse período pois compreende informações relativas a duas gestões municipais anteriores à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus.

Como ferramenta metodológica associada à abordagem quanti-qualitativa, realizou-se revisões bibliográficas, também nomeado de balanço de produção, para identificação de produções sobre o tema privatização da educação, mais precisamente privatização do currículo, para o que se adotou filtros específicos, demonstrados a seguir ainda nesta introdução.

Sobre as pesquisas bibliográficas, Severino (2007, p. 122) define como

aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Concorda-se com Severino, pois este tipo de pesquisa é entendido como de extrema relevância, uma vez que permite ao pesquisador conhecer as produções existentes sobre o objeto de pesquisa eleito, situando-o no cenário de investigações, além de possibilitar traçar diálogos com investigações anteriores.

No levantamento bibliográfico realizou-se buscas sobre a privatização no campo educacional com investigações *online* de livre acesso, utilizando como descritores: Privatização, Sistemas Privados de Ensino, apostilados, apostilas, apostilamento e material didático. Em todas as bases ocorreram filtragens para a educação infantil no período de 2015-2019. Os descritores foram buscados nos títulos, resumos e palavras-chave das publicações nas seguintes bases:

- Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹⁰. Nesta base foi necessário inserir filtragens bastante específicas: adicionando aspas entre os descritores, sendo pesquisado um por vez, e, ao direcionar a filtragem para a educação infantil, foi necessário inserir a palavra AND, entre os descritores. Outros filtros foram necessários, sendo: Grande área do conhecimento: Ciências Humanas;

⁹ Acessado pelo link: <https://www.tre-mt.jus.br/>.

¹⁰ Acessado pelo link: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

Área do Conhecimento: Educação; Área de Avaliação: Educação e, por fim, o período de publicação entre 2015-2019.

- Plataforma eletrônica: *Scientific Electronic Library Online - SCIELO-br*¹¹, adicionando os filtros: Todas as edições; todos os periódicos; Idioma Português; ano de publicação 2015-2019; Área temática em ciências humanas; todos os índices de citação, e todos os tipos de literatura.
- Em três revistas eletrônicas de abrangência nacional que, em seu escopo, publicam artigos sobre currículo: E- curriculum¹², Currículo sem fronteiras¹³, e Retratos da escola¹⁴. Em ambas, a filtragem ocorreu de forma mais simples, somente adicionando os descritores pela lupa de pesquisa.

Por se tratar de pesquisa sobre a educação no estado de Mato Grosso, verificou-se na página de publicações de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso - PPGEDU/UNEMAT¹⁵. E na página de publicações de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso - PPGE/UFMT¹⁶, verificando se havia alguma publicação referente ao tema.

Inicialmente os resultados foram bastante amplos quando buscados os descritores sem o recorte para a Educação Infantil. Ao final da primeira filtragem decorrente da soma do resultado de todos os descritores, chegou-se ao total de 101 publicações no conjunto das bases, conforme Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Total de produções sobre privatização da educação, localizadas por base pelo conjunto dos descritores – 2015-2019

Base acionada para pesquisa bibliográfica	Total de trabalhos localizados antes da análise de resumos
Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	40
Scientific Electronic Library Online (SCIELO)	41
E-Curriculum	2
Currículo sem fronteiras	17

¹¹ Acessada pelo link: <https://www.scielo.br/>.

¹² <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

¹³ acessada pelo link: <https://www.curriculosemfronteiras.org/>.

¹⁴ <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>.

¹⁵ Acessado pelo link: <http://portal.unemat.br/index.php?pg=site&i=ppgel&m=dissertacoes-e-teses>.

¹⁶ Acessado pelo link: https://www.ufmt.br/curso/ppge/pagina/publicacoes/5213#top_page.

Programa de Pós-Graduação em Educação/ UNEMAT	1
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMT	-
Total	101

Fonte: A autora, a partir de dados do conjunto de bases relacionadas, 2015-2019.

O levantamento bibliográfico no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (GREPPE), levou em consideração todos os anos em que houve publicações, desde 2009 a 2020, por se referir a grupo que bastante produz sobre o tema abordado nesta dissertação, resultando em de 33 produções. Sendo assim somam-se 134 produções com os descritores eleitos.

A segunda fase do levantamento bibliográfico constou na leitura dos resumos de todo o material, verificando-se que 76, 9% abordavam a privatização em outras etapas de ensino distintas da educação infantil. Com o recorte para a educação infantil, chegou-se ao resultado de 23,1% do total, ou seja, 31 produções sobre a privatização na Educação infantil (e os outros descritores eleitos). Tais publicações se dividem em três teses, 10 dissertações e 18 artigos, os quais foram agrupados de acordo com as dimensões distintas. Ressalta-se que algumas produções discutem mais de uma dimensão da privatização. Observe o agrupamento na tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição das produções sobre privatização na educação infantil, por dimensões da privatização no campo educacional, 2015-2019.

Oferta	Gestão	Currículo
13	8	15

Fonte: A autora.

De acordo com tabela 2, as produções sobre a privatização na Educação infantil, consideradas para esta pesquisa, se encontram distribuídas da seguinte forma: privatização da oferta em 36,12% dos trabalhos; privatização da gestão em 22,22%; e a privatização do currículo em 41,66% dos trabalhos. Dado estes resultados, observa-se que as publicações sobre a privatização do currículo estão em maior porcentagem em relação às demais dimensões, seguido pela dimensão da oferta e em menor percentual a dimensão da gestão.

Segundo Adrião (2018, p. 08), “há três dimensões da política educativa que, do ponto de vista analítico, podem ser objeto de privatização” vê-se suas descrições apresentadas separadamente a seguir, segundo suas formas.

Sobre a privatização da oferta educacional, Adrião descreve as seguintes formas:

Subsídio à oferta por meio de Convênios/contratos/termos de parcerias entre governos e organizações privadas; subsídio à demanda por meio de incentivos fiscais a oferta privada; Escolas privadas com fins de lucro; tutorias; Aulas particulares Incentivos à escolha parental (subsídio à oferta) Escolas privadas conveniadas ou sob contrato custeadas com fundos públicos (*Charter school*) Bolsas de estudo (*Voucher*); Educação domiciliar. (ADRIÃO, 2018, p.11).

A privatização da gestão educacional, entende-se como a

Transferência da gestão escolar para Organizações sem fins de lucro; Transferência da gestão escolar para cooperativas de trabalhadores e de pais; Transferência da gestão do sistema educacional para organizações lucrativas por meio de PPPs; Transferência da gestão do sistema educacional para organizações sem fins de lucro. (ADRIÃO, 2018, p. 11).

Por fim, na dimensão a qual se detém esta dissertação, a privatização do currículo, Adrião, indica que são:

os tradicionais processos de compra de insumos e materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos etc.). trata-se, mais amplamente, da transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares. (ADRIÃO, 2018, p.10)

A privatização na Dimensão do currículo abarca dentre outras, a adoção de SPEs, como caracterizado a seguir.

Compra ou adoção pelo poder público de desenhos curriculares elaborados pelo setor privado; Compra ou adoção pelo poder público de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares desenvolvidos pelo setor privado; Compra ou adoção pelo poder público de Sistemas privados de ensino (SPE). (ADRIÃO, 2018, p.11).

Considerando as formas de privatização identificadas, os dados ilustram o total de produções que integra a revisão inventariada em função da dimensão da privatização do currículo na educação infantil, a qual esta dissertação se detém. Neste quadro também é possível identificar quais produções realizam suas discussões em mais de uma dimensão da privatização no âmbito educacional.

Quadro 1 - Produções sobre privatização do currículo na Educação infantil-2015-2019.

Base acionada para a pesquisa bibliográfica	Título do trabalho	Autor (s)	Ano de publicação	Tipo de trabalho	Dimensão adotada
Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação	Luciana S. Galzerano	2016	Dissertação	Currículo
	O uso do material apostilado em creches municipais paulistas: a percepção dos professores	Alexandra F. Damaso	2015	Dissertação	Currículo
	A agenda do banco interamericano de desenvolvimento para a educação: Um estudo do acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis	Mariano M. Melgarejo	2017	Dissertação	Currículo e gestão
	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em contexto de uso de Sistemas Privados de Ensino: a análise de concepções de professoras de pré-escolas	Tatiana N. de Souza	2019	Tese	Currículo

Retratos da Escola	A BNCC e a formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias	Roselane de Fátima Campos; Zenilde Durlí; Rosânia Campos	2019	Artigo	Currículo
Scientific Electronic Library Online (SCIELO)	Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação	Theresa Adrião; Teise Garcia; Raquel Borghi; Regiane Bertagna; Gustavo Paiva; Salomão Ximenes	2016	Artigo	Currículo
Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (GREPPE/CAMPI NAS)	Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de sistemas de ensino por municípios paulistas	Theresa Adrião; Teise Garcia; Raquel Borghi; Lisete Arelalo	2009	Artigo	Currículo
	Oferta educacional e parceria com o setor privado: um perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes	Lucilene Rossi	2009	Dissertação	Currículo

	As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: simbiose?	Theresa Adrião; Teise Garcia; Raquel Borghi; Lisete Arelalo	2012	Artigo	Oferta, Currículo e Gestão
	Educação infantil, ensino fundamental: inúmeras tendências de privatização	Theresa Adrião; Cássia Domiciano; Raquel Borghi	2010	Artigo	Currículo
	A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores	Theresa Adrião; Alexandra Damaso; Luciana S. Galzerano	2013	Artigo	Currículo
	O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos	Theresa Adrião; Bianca Correa	2014	Artigo	Currículo
	Sistemas de ensino privado na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação	Theresa Adrião; Teise Garcia; Raquel Borghi; Regiane Bertagma;	2015	Relatório de pesquisa (artigo)	Currículo

		Gustavo Paiva; Salomão Ximenes			
Revista digital Currículo Sem fronteiras	Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil	Theresa Adrião	2018	Artigo	Oferta; gestão e currículo
Programa de Pós-Graduação em Educação/UNEMAT	As implicações das parcerias público-privadas entre os sistemas apostilados e o poder público municipal de São José dos quatro Marcos	Nayhara M. M. da Silva	2020	Dissertação	Currículo

Fonte: A autora.

De acordo com os dados apresentados, observa-se as produções distribuídas pelos seguintes tipos: nove artigos; cinco dissertações e uma tese. Importante ressaltar que algumas publicações coincidem em bases diferentes, pois as produções do GREPPE/Campinas são publicadas em diversas revistas (em caso de artigos) ou no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (em caso de teses e dissertações), bem como as publicações do site da UNEMAT (no caso de dissertações) que também são publicadas do banco da CAPES. Produções dessa natureza foram contabilizadas uma única vez para que não houvesse duplicidade.

Em virtude de recortes necessários para diálogo com esta pesquisa, foi necessária uma última filtragem, buscando produções que investigassem SPEs no estado de Mato Grosso considerando a rede municipal de ensino. Para esse último resultado segue os dados a seguir.

Quadro 2 - Pesquisa sobre a adoção de SPEs na Educação infantil em município mato-grossense.

Tipo de Trabalho	Instituição de vinculação	Autor (a)	Ano de publicação
Dissertação	PPGEDU/UNEMAT	Nayhara Mirelli Moraes da Silva	2020

Fonte: A autora, com base na página de publicações de Dissertações do PPGedu/UNEMAT.

Os resultados do levantamento bibliográfico, indicado anteriormente, demonstram que a privatização do currículo na Educação Infantil foi observada na maior parcela das produções sobre o tema, entretanto, apenas um trabalho se referiu à rede municipal de ensino mato-grossense, no período apontado, 2015-2019: uma dissertação sobre SPE, cujo estudo de caso se concentrou no município de São José dos Quatro Marcos, em que, apesar da publicação ter ocorrido no ano de 2020, o período investigado pela autora correspondeu aos anos de 2007-2017.

Verifica-se, em pesquisas anteriores, que o cenário educacional, não somente no Brasil, mas também em outros contextos¹⁷, vem sendo palco de atuação de diversos atores privados de base corporativa e financeira que agem como se a educação pública pudesse ser manipulada como negócios, inclusive constituindo-a como peça para a reprodução do capital financeiro, como afirmam Bastos (2013) e Dowbor (2020).

Acredita-se que a identificação e a análise de dados coletados sobre a adoção de SPE por municípios paulistas (ADRIÃO et al., 2009) auxilia também na caracterização deste tipo de incidência em municípios mato-grossenses, afinal, identificar as empresas que vendem os desenhos pedagógicos para as redes municipais de ensino integra os dados a serem analisados neste estudo, cujo conjunto permitirá contribuir para o entendimento das condições objetivas e específicas nas quais os interesses do campo dos negócios e das corporações se apresentam na educação das redes municipais de ensino do estado de Mato Grosso, dialogando com trabalhos realizados sobre o tema e para outros contextos.

Com o intuito de construir melhor formato para demonstração dos resultados desta pesquisa, esta dissertação é dividida em seções, com evoluções dos assuntos correlacionados, para facilitar as discussões referentes ao objeto desta pesquisa.

Na segunda seção, uma vez que a primeira é a introdução deste trabalho, analisa-se os processos de privatização, com base em literaturas nacionais e internacionais, tendo em vista o contexto de sua disseminação no século XXI. Esta seção se destrincha em três subseções, nas quais a subseção 2.1 aborda a globalização e o cenário do capitalismo do século XXI; na subseção 2.2: O neoliberalismo, o papel do Estado e as corporações no século XXI; na subseção 2.3: A privatização da educação, onde analisa-se os processos da privatização da educação no Brasil neste século.

¹⁷ Ver Belfield e Levin (2004), Ball e Youdell (2007), Apple (2003), Croso e Magalhães (2016).

A seção 3: O sistema de ensino em Mato Grosso, é composta por quatro subseções, sendo: 3.1: O estado de Mato Grosso, demonstrando-se aspectos históricos e gerais do estado. Na subseção 3.2, Divisões de responsabilidades do estado de Mato Grosso e dos seus municípios em relação ao ensino, Regime de colaboração e alterações, 2015-2019, nesta subseção são analisados documentos que regem as divisões de responsabilidades entre ambos, bem como os que sustentam o regime de colaboração entre as esferas administrativas. Na subseção 3.3, A presença de organizações privadas na educação pública estadual de Mato Grosso, demonstra-se pesquisa no âmbito estadual que identifica atores privados no cenário mato-grossense de ensino; 3.4: os municípios mato-grossenses, nesta subseção são ilustrados aspectos gerais dos mesmos a partir das cinco regiões intermediárias do estado.

Na seção 4 demonstra-se a definição deste tipo de privatização do currículo e ilustra-se produções inventariadas sobre o tema. Na subseção 4.1, Sistema Privado de Ensino: definição, traz-se fundamentações teóricas sobre a definição e caracterização dos produtos e serviços que compõem os SPE. Na subseção 4.2, Sistemas Privados de Ensino - o que as pesquisas revelam: é demonstrado produções anteriores sobre o mesmo objeto de estudo desta dissertação, inicialmente para a educação básica e, em seguida, na subseção 4.3, Sistemas Privados de Ensino na Educação infantil: o que diz a literatura inventariada, o recorte é focado para a Educação infantil.

Na seção 5: “A adoção de Sistemas Privados de Ensino por municípios mato-grossenses, 2015-2019” são demonstrados os resultados dos dados coletados, bem como diálogo com produções anteriores, principalmente em (ADRIÃO et al., 2009), verificando o perfil dos municípios adotantes para a Educação Infantil. Na subseção 5.1, O grupo Positivo e sua inserção nos municípios mato-grossenses: são ilustrados dados referentes à empresa de maior destaque, na esfera municipal do estado, na venda de SPE para a Educação infantil, sendo o Grupo Positivo Ltda.

2 - A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SUA DISSEMINAÇÃO NO SÉCULO XXI.

Para melhor compreensão sobre a privatização no campo educacional torna-se necessário refletir sobre o cenário em que a mesma está inserida. Para tanto, apresenta-se na subseção 2.1 o tema: A globalização e o cenário do capitalismo no século XXI, com o auxílio teórico de Ianni (1994) que ressalta aspectos importantes desse sistema na emergência da sociedade globalizada do século XXI. Complementa-se essa fundamentação, com as discussões de Leme (2010) e Harvey (1996). Bastos (2013), assim como em Dowbor (2020), trazem reflexões acerca da financeirização econômica, fator importante evidenciado na época do capitalismo contemporâneo.

Na subseção 2.2: O neoliberalismo, papel do Estado e as corporações no século XXI, ilustra-se o neoliberalismo no século XXI, utilizando-se como principais autores: Moraes (2001), que discorre sobre o histórico do neoliberalismo e sua forma de atuação na sociedade, no mesmo sentido, utiliza-se de textos que guiaram discussões também na disciplina de “Políticas Educacionais, Estado e Sociedade”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT, como Bianchetti (1997) e Harvey (2005). Ainda neste item, Batista (1994) ilustra brevemente a inserção do Neoliberalismo na América latina. Adensa-se às discussões sobre o Estado Brasileiro, com Peroni (2006) e Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), pesquisadoras sobre definições e redefinições sobre o papel do Estado brasileiro, traçando breve diálogo em Adrião e Bezerra (2013). Dowbor (2020) ilustra questões históricas, contemporâneas e reflexivas sobre o crescimento e o deslocamento das corporações no setor público no século XXI.

Na subseção 2.3, sobre a privatização da Educação, utiliza-se principalmente o trabalho de Adrião (2018), para trazer definições de privatização no campo educacional, com suporte de Paro (2006), que discute detalhadamente marcos históricos e processos da privatização da educação básica no Brasil, onde, neste trabalho, pautou-se principalmente no período entre 2015-2019. Para evolução desta discussão, nesta subseção, a literatura de Adrião e Domiciano (2018), Adrião e Oliveira (2020) se fazem presentes, adotando-se conceitos de Ball e Youdell (2007), que descrevem formas abrangentes da privatização.

Exemplos de outros contextos da privatização educacional, em outros países, são exemplificados por Adrião (2014); Adrião e Garcia (2017); Adrião e Azevedo (2019); Edwards e Hall (2017); Croso e Magalhães (2016).

2.1. A globalização e o cenário do capitalismo no século XXI.

De acordo com Ianni (1994), o surgimento da sociedade global, anunciada ao final do século XX e início do século XXI, emerge com necessidades de interpretações singulares devido seu caráter inédito, não se aplicando a ela as mesmas interpretações até então da sociedade nacional, apesar de ela não ter perdido seu vigor. Segundo o mesmo autor, as interpretações sobre a sociedade nacional “não são suficientes para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global” (IANNI, 1994, p. 148), de modo que podemos compreender que esta última se apresenta como uma nova forma de relação política e econômica. Ianni sugere ainda duas referências que podem auxiliar na interpretação dessa sociedade, considerada complexa, sendo “as obras de Marx e Weber, que constituem duas matrizes excepcionalmente fecundas para pensar-se configurações e movimentos da sociedade global” (IANNI, 1994, p. 160).

Segundo Leme (2010, p. 124), a globalização é compreendida “como conceito sociológico e/ou categoria utilizada pelas ciências sociais para entendimento dos novos processos e formas de organização das relações sociais em esfera mundial”.

A sociedade global possui grande capacidade de impacto sobre as sociedades nacionais; ao se buscar definição sobre a globalização e seus impactos, adota-se as afirmações de Ianni (1994, p. 151), ao afirmar que a mesma é “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. A globalização extrapola fronteiras de diversas naturezas e impacta inúmeros acontecimentos em diferentes localidades. Exemplo dado por este mesmo autor sobre a globalização e seus impactos é

quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que, o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores, tais como dinheiro mundial e mercados de bens operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. (IANNI, 1994, p. 151).

Com o surgimento dessa nova forma de organização política e econômica da sociedade muitas questões foram colocadas em pauta, principalmente as relações de dependência e interdependência, considerando que as relações historicamente constituídas entre muitas nações se deram em situações de “igualdade, mas principalmente de desigualdades”, segundo Ianni (1994, p. 152). Neste momento de crise, o estado-nação tensionado pelos interesses econômicos e políticos, vê-se pressionado a reformular-se.

Todas as nações, de diversos portes, de diversas regiões do mundo, se depararam com o dilema da reformulação das condições dessa nova sociedade. Mesmo organizações

internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), *General Agreement on Tariffs and Trade*¹⁸ (GATT) “e outras que exercem as suas atividades priorizando interesses de nações com maior poder econômico, político, militar, cultural” (IANNI, 1994, p. 151), também se envolveram no dilema dessa nova sociedade, principalmente no que diz respeito às condições de hegemonia e soberania.

Ao se referir ao poder hegemônico das grandes corporações, empresas e conglomerados transnacionais e sua relação com a globalização, Ianni (1994, p. 151) enfatiza que a capacidade de operações desse setor corporativo, “em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispendo de condições para impor-se aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas e estatais, aos distintos projetos nacionais”, aumentou consideravelmente nessa sociedade globalizada.

Entende-se, então, que tais atores estão atentos aos cenários propícios para sua inserção e atuação, uma vez que sua capacidade de articulação e adaptação é consideravelmente rápida e abrangente. Com a globalização, os interesses, principalmente dos que possuem maior poder hegemônico, ou de quem está a serviço deles, ganha um espaço praticamente ilimitado para se constituir e operar, independente de território ou nação.

A sociedade global também traz consigo questões não tão confortáveis, principalmente para as classes menos favorecidas; Ianni (1994, p. 159) afirma que a sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento “desigual, combinado e contraditório”, posto que o produto do todo não se distribui similarmente pelas partes, por isto, segundo o mesmo autor, “a globalização não significa nunca homogeneização, mas diferenciação em outros níveis, diversidades com outras potencialidades, desigualdades com outras forças” (IANNI, 1994, p. 159).

Ainda sobre a globalização, para Leme (2010, p. 124), é inegável que, mesmo que embrionariamente desde o século XVI já existisse uma espécie de “economia-mundo [...] em nenhum momento da história ela cresceu e se intensificou da forma apresentada a partir do pós-guerra e incisivamente nos últimos vinte anos em todo o globo terrestre”. Leme (2010), assim como Harvey (1996) aponta a globalização como um conceito sociológico e/ou categoria, sendo uma nova forma de entender o funcionamento da política e da economia da sociedade em nível mundial, utilizada pelas ciências sociais.

¹⁸ Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Pode-se dizer que o fenômeno da globalização está essencialmente ligado à financeirização da economia; segundo Harvey (1996, p. 08), o termo globalização se tornou “palavra chave para organizar nosso pensamento sobre o funcionamento do mundo”, e com ela, nova forma de relações políticas e econômicas, surgindo também novas formas de organizações e novas formas de operações para atender seus interesses.

Para se entender o funcionamento da financeirização econômica, atual modelo do capitalismo global, intensificado por volta de 1980, e também denominado de capitalismo contemporâneo e/ou mundialização financeira, Bastos (2013, p. 2) observa que

Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, commodities e vários outros ativos.

Na época da financeirização econômica, segundo Dowbor (2020, p. 64), o lucro está no “dividendo e na rentabilidade dos papéis, investimentos e aplicações financeiras, pois hoje as aplicações financeiras rendem mais que produções”. Ainda explica o autor que uma minoria possui rentabilidade, porém não realizam investimentos, não gerando rentabilidades a terceiros, ou seja, o capital continua sempre estagnado no poder dessa minoria.

Acrescenta-se que o processo de aplicações e rentabilidades também pode não resultar em produções como antes conhecidas, onde as indústrias fabricavam seus produtos para vendas, necessitando, dentre outros itens, matéria prima e mão de obra, porém pode gerar riquezas e contribuir para uma nova lógica capitalista (DOWBOR, 2020).

O fato é que a apropriação de uma minoria da sociedade pelo chamado excedente de produção¹⁹, é denominado de processo cumulativo; como essa minoria acumula muitos excedentes e não há como gastá-los, pois, são de um volume muito grande, passa-se a reaplicá-los; esse processo Dowbor (2020) denomina de “efeito bola de neve”²⁰, pois, ao contrário do que acontece com as pessoas com pouco poder aquisitivo, “o pobre gasta, o rico aplica” (DOWBOR, 2020, p. 64).

Como iniciada anteriormente essa discussão, a financeirização econômica traz em seu escopo significativo poder de operação em escala global, praticamente não há fronteiras geográficas para a atuação de capitais. De cunho mundial, segundo Bastos (2013, p. 2), também

¹⁹ No campo da economia, Excedente de Produção é a diferença entre o valor que o produtor receberá pela venda de certa quantidade de mercadorias a preço de equilíbrio, e o valor que ele estaria disposto a receber para ofertar essa quantidade de bens. Ver mais em: <https://www.infoescola.com/economia/excedente-do-produtor/>.

²⁰ Segundo Dowbor (2020), também conhecido como Snowball effect, ver Julian Sims et al. How Money Works: the Facts Simply Explained, London: Darling Kinderley Limited, 2017, p. 208.

pode impactar “relações econômicas internacionais, nacionais e transnacionais, sendo empresas e instituições, inclusive famílias, atraídas para essa lógica especulativa com o capital fictício”²¹.

Nesta perspectiva, retomando a afirmação de Ianni (1994) sobre o fenômeno de movimento desigual, combinado e contraditório, com essa nova forma de relação, tem-se a seguir outro exemplo desse movimento, e, vê-se nítido onde se encontram as desigualdades econômicas e de oportunidades.

[...] nem todos os países integrados à economia mundial capitalista experimentam o mesmo grau de aprofundamento da financeirização, mas bancos, empresas, grandes investidores e famílias (por meio de investidores institucionais) tendem a ser atraídos pelos ganhos esperados pelas atividades especulativas que influenciam a própria estrutura de setores econômicos e dos mercados de câmbio, commodities e de trabalho. (BASTOS, 2013, p. 2)

Ainda neste autor, sobre o capital especulativo, o mesmo enfatiza que não há como prever exatamente seus ganhos e perdas, apesar dos mais prejudicados, mesmo nessa nova relação, continuarem sendo os de menores condições financeiras, já que não estão no mesmo patamar de condições de igualdades que as grandes organizações. (BASTOS, 2013).

Com o evento da globalização e financeirização econômica, ocorreram várias crises, principalmente econômicas, em várias partes do mundo. Bastos (2013, p. 4) afirma que as grandes crises do capital estão intimamente reforçadas pelas crises financeiras e tal acontecimento tende a “facilitar o processo de centralização de capital sob o poder dos que possuem dinheiro líquido para comprar os ativos deflacionados”, ou seja, é em meio a essas crises que surgem os

interessados em adquirir empresas estatais, aproveitam a crise fiscal para em conjunto com pressões nos mercados financeiros, exigirem redução dos gastos sociais e privatização do patrimônio público. Esse é um exemplo cabal do “tratamento de choque” imposto pelo capital fictício depois das crises geradas por seu próprio funcionamento, aproveitando oportunidades para espoliar ou limitar a oferta de bens públicos, mercantilizando-os. (BASTOS, 2013, p. 15).

O Brasil também sofreu com esse processo de financeirização econômica em 1980, “em virtude da sua dívida externa, retornando aos mercados financeiros em 1990 e integrando-se ao processo de centralização de capitais em larga escala mundial” (BASTOS, 2013, p. 15). Segundo o mesmo autor, tal processo se deu, entre outros fatores, pela desnacionalização e privatização de empresas. A integração financeira trouxe novos roteiros para o comportamento das políticas econômicas e para o

²¹ Ver em Bastos (2013).

funcionamento dos mercados de capitais, de câmbio e de ramos privatizados. Provocou também a desindustrialização precoce, dívida pública crescente (a despeito das privatizações) e instabilidade sistêmica que culminou nas crises cambiais e financeiras de 1999 e 2002. (BASTOS, 2013, p. 15)

Segundo Bastos (2013), após o período citado, já em 2003, o Brasil consegue se reerguer através da elevação dos preços das commodities básicas trazidas pela emergência da China, políticas sociais de ampliação do salário-mínimo, inovações financeiras que facilitaram o endividamento de famílias relativamente pobres. Porém, quando se trata de financeirização pode-se também reafirmar as questões de instabilidades econômicas, “vez que as entradas e saídas de capitais não são determinadas desde dentro, mas podem provocar desequilíbrios macroeconômicos sérios” (BASTOS, 2013, p. 15).

2.2. Neoliberalismo, papel do Estado e as corporações no século XXI.

Segundo Leme (2010, p. 128), a “globalização está intimamente ligada a orientação neoliberal”, por isso e dentre outras questões, sempre ao se discutir seu conceito é necessário trazer o outro como complementação. O neoliberalismo não surge como uma ideologia totalmente nova, ele apenas se reconfigurou tendo suas raízes liberais e conservadoras assentadas no século XIX, Moraes (2001).

Moraes apresenta os significados do neoliberalismo como:

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; **2.** um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *thinktanks*, isto é, centros de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos; **3.** um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de *Bretton Woods* (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (MORAES, 2001, p. 3).

Nessa mesma perspectiva, Bianchetti (1997) afirma que o neoliberalismo também pode ser compreendido como uma doutrina econômica e política. Emerge opondo-se à teoria Keynesiana de bem-estar social, propondo uma nova leitura em questões econômicas do liberalismo clássico²², porém mantém sua base em uma visão econômica conservadora, onde o intuito é a diminuição ao máximo da participação do Estado na economia.

²² Ver em Leme (2010).

Moraes (2001, p. 4) afirma que o neoliberalismo

é a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil - e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiromundismo e o desenvolvimentismo latino-americano.

O neoliberalismo como uma forma de ver e pensar o mundo, surgido com raízes do liberalismo clássico, acompanha algumas de suas premissas, como as citadas por Moraes (2001), envolvendo a crítica ao Estado de bem-estar social por considerar o mesmo como destruidor da liberdade dos cidadãos, aspecto tido como base da prosperidade humana, e acusam esse modelo de estado como perverso, ao passo que mascara sua própria ineficácia com argumento de falsa defesa aos cidadãos, Moraes (2001).

Dardot e Laval (2016, p. 11), nesse mesmo viés, afirmam que neoliberalismo vai além de uma ideologia; os autores o definem como “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”.

Com seus primeiros traços marcados desde o final do século XX, por *Ludwig von Mises*, porém com ênfase maior em um de seus seguidores, “Friedrich von Hayek, que terá o papel de líder e patrono da causa. Seu *O caminho da servidão*, lançado em 1944, pode ser apontado como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal”. (MORAES, 2001, p. 13). Esse mesmo autor enfatiza que o neoliberalismo como uma nova roupagem do liberalismo antes conhecido, identifica oposição como

o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, tudo isso identificado com a doutrina keynesiana. O outro inimigo era localizado nas modernas corporações - os sindicatos e centrais sindicais, que, nas democracias de massas do século XX, também foram paulatinamente integrados nesse conjunto institucional. Além de sabotar as bases da acumulação privada por meio de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno. (MORAES, 2001, p. 13).

Percebe-se que, desde seu início, os movimentos ou qualquer traço que instigasse o atendimento à sociedade, principalmente a classe dos trabalhadores e dos serviços sociais, como visto na afirmação acima, seriam considerados contrários à ideologia neoliberal, vez que não geram retorno econômico e nem atendem aos seus interesses.

Na ideologia neoliberal, o mercado é que rege as ações econômicas e o Estado deve atuar o mínimo possível. Segundo Harvey (2005, p. 6), nesta ideologia, as obrigações do Estado caberiam em

criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (do mercado); o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.

Nos países latino-americanos, os considerados inimigos dos neoliberais eram os “populistas e comunistas [...] o adversário estaria no modelo de governo gerado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas” (MORAES, 2001, p. 13). Batista (1994, p. 26) afirma que em países da América Latina, o neoliberalismo não deixou boas marcas, pelo contrário, ocasionou “miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social e graves problemas”.

Batista (1994) enfatiza ainda que na América Latina houve o discurso de modernização para se justificar o processo de reforma econômica, envolvendo Chile, Argentina, México, Peru, Venezuela. No Brasil, as reformas neoliberais ganham formas com o ex-presidente Fernando Collor de Mello, do Partido Republicano de Ordem Social (PROS) e com Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social da Democracia Brasileira (PSDB), ambos “alinhados com as políticas do Consenso de Washington²³” (BATISTA, 1994, p. 28).

Características do Neoliberalismo merecem ser destacadas, uma vez que

Elas acentuam duas grandes exigências gerais e complementares: privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, "desregulamentar", ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. O Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer. (MORAES, 2001, p. 18).

A questão da desregulamentação econômica e da privatização, na teoria neoliberal, segundo Batista (1994, p. 20), é “muito defendida em nome da eficiência da gestão privada dos negócios”, porque considera que o Estado “possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado” (HARVEY, 2005, p. 6), dessa forma o próprio mercado deveria ser o ocupante dessa posição, daí a defesa do caminho livre para o mercado.

²³ Ver mais em Batista (1994).

Muitas ações, pautadas nessa ideologia, podem ser observadas na sociedade em geral. Citemos algumas delas, enfatizadas por Moraes (2001, p. 18):

campanhas de organizações empresariais contra a extensão de atividades do setor público a domínios afirmados como naturalmente privados; manifestações envolvendo empresários reivindicando diminuições fiscais, como se as empresas não fossem capazes de arcar com tais custos; denúncias de políticos conservadores contra as políticas redistributivas; e “resistência contra a regulamentação supostamente hipertrofiada dos contratos entre particulares, normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares, etc.

Pode-se dizer que a busca neoliberal pelas transferências de responsabilidades do setor público estatal para o setor privado, como indicado por Adrião (2018), é uma das bases que identificam essa ideologia. Essa tendência atrelada à globalização dos capitais, para Dowbor (2020), gera um excelente berço para as privatizações que se estenderam para as atividades sociais, como exemplo: a saúde, educação, entre outras.

Como atuantes nas atividades sociais, as ações neoliberais realizadas por organizações e empresas privadas muitas vezes mascaram suas intenções arraigadas no lucro e/ou pelo poder hegemônico de suas ideologias, se passando pelas “salvadoras” dos menos favorecidos, cujas vidas foram deixadas de lado pela carência das ações do Estado, tais ações são vistas como “caridade e aparecem como complemento das tais reformas orientadas para e pelo mercado” (MORAES, 2001, p. 22). Ações como essas são equivocadamente consideradas como resgate aos menos favorecidos. Nesse sentido, uma considerável parcela da sociedade passa a conferir maior credibilidade ao setor corporativo e, conseqüentemente a essa ideologia, vislumbrando erroneamente que o setor privado é mais eficiente que o setor público.

Tais ações, e como o setor de mercado atua em diversas dimensões, pois precisa construir redes de relações em diferentes setores para facilitar sua própria atuação na área pública, são reconhecidas, como Moraes (2001) denomina de perverso e predatório, porque podem ocorrer vantagens indevidas, a exemplo, vantagens de posições favorecidas por artifícios legais, como empregos ou legislação em troca de benefícios (dinheiro) ou outros tipos de vantagens, como apoio político, gerando corrupção. Além de questões ligadas à corrupção, outras ações indevidas são citadas por este mesmo autor, sendo

interferências quanto ao poder de voto, imposições de cláusulas constitucionais que interferem drasticamente nas deliberações do legislativo, executivo ou até mesmo judiciário “ou a algum agente que esteja acima das disputas partidárias, fracionais ou corporativas culminando em poderes para limitar ou revogar decisões dos eleitores. (MORAES, 2001, p. 28).

Nessa perspectiva neoliberal, em meio a novos movimentos econômicos, políticos e a própria globalização, o Estado precisou se redefinir, passando por significativas transformações. Importante pontuar algumas questões relevantes sobre esse processo, inicialmente refletindo que

o poder de fogo do Estado nacional define, as instituições políticas nacionais tornaram-se ineficazes, pesadas, nocivas; dentro desses estados, os partidos políticos construídos a partir de ideologias e programas perdem espaço para outras formas de organização e ação política (pontuais, setoriais) ou, quando e onde sobrevivem, esses partidos (e os governos que eles constituem) são dirigidos por resultados estritos e pasteurizados, por um pragmatismo que se molda pelas preferências do eleitor médio, este também rigidamente orientado por resultados de curto prazo. (MORAES, 2003, p. 1).

Para refletir sobre as redefinições no papel do Estado brasileiro, já que este está inserido em novo desenho de cenário capitalista, com certas características peculiares e contemporâneas, Peroni (2006) afirma assim como os autores adotados até aqui, que é preciso entender que o capitalismo vive uma crise estrutural e que isso impacta totalmente no papel do Estado, principalmente no âmbito das políticas sociais. Porém, na perspectiva neoliberal, a crise se encontra no próprio Estado e não no sistema capitalista, por isso, segundo autores, “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 767).

Para Peroni, Oliveira e Fernandes (2009, p. 763) a reforma propunha um “Estado mínimo para as políticas sociais e de Estado máximo para o capital”, para tanto, o plano consistiria na reforma no aparelho do Estado por meio da publicização, privatização e a terceirização (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Em muitos países, segundo Dowbor (2020), uma das saídas para a crise fiscal foi a reforma tributária, “no Brasil, 50% da carga tributária incide sobre produtos de consumo como imposto indireto” (DOWBOR, 2020, p. 60); considerando que grande parte da população menos privilegiada, pobre, gasta a maior parcela de sua renda em produtos de consumo, é ela que acaba contribuindo em maior percentual com o pagamento de imposto no país.

Importante reiterar, conforme Adrião e Bezerra (2013), que a reforma do Estado no Brasil sofreu influências do neoliberalismo e com ele a chamada Terceira Via. Na lógica da terceira via o Estado continua sendo o financiador e avaliador dos serviços relacionados principalmente às políticas sociais, mas é o setor privado quem executa tais ações, resultando assim no que se denomina de movimento de “quase mercado”, com a mesma argumentação já

antes conhecida por considerar que este tipo de ação se configuraria em melhor qualidade para as prestações de serviços, ou seja, mesmo com a denominação de quase mercado é “a lógica de mercado que orienta a ação Estatal” (PERONI, 2006, p. 5).

Dentre as medidas de reforma do Estado no Brasil, pode-se citar a implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)²⁴. Segundo Peroni (2013), as ações propostas pelo plano possuíam caráter totalmente gerencialista, transferindo a oferta de serviços públicos para organizações privadas.

Adensa-se à essa discussão, a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que introduziu significativas mudanças na gestão da administração pública, consolidando a relação entre gestão pública e a iniciativa privada, o que facilitou fortemente a privatização de funções antes exclusivas do Estado (ADRIÃO; BEZERRA, 2013). “Tais modificações, respaldadas juridicamente pela Emenda, teve como pontos principais: a revisão das regras de estabilidade, a modificação no regime de remuneração e a gestão da administração pública” (ADRIÃO; BEZERRA, 2013, p. 258).

Com essas modificações respaldadas legalmente, ficou ainda mais acessível a presença de organizações privada no setor público, uma vez que as mesmas ocupam lugar de grande influência nas decisões e regimes do setor público. Fator que vem ao encontro das afirmações de Dowbor, ao enfatizar que com as redefinições do Estado, ao final do século XX, início do século XXI e a globalização, “as corporações, sujeitos políticos e econômicos centrais da nova globalização, organizam-se em rede no planeta influenciando e atuando em vários países, e interferindo inclusive em suas culturas, políticas, justiça e mídias” (DOWBOR, 2020, p. 33).

Dowbor ressalta que na atualidade, época de financeirização econômica, as formas de exploração e de lucro do setor corporativo se deslocam, e exemplifica:

o produtor tradicional de uma fábrica de sapatos explorava os seus trabalhadores, mas o resultado para a sociedade eram empregos (mesmo que mal pagos), demanda de máquinas e matérias-primas, sapatos para a população e impostos para financiar infraestrutura e políticas sociais, o eixo orientador era o lucro. (DOWBOR, 2020, p. 63).

²⁴ Segundo Galzerano (2016, p. 32), O PDRAE foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) e aprovado em 21 de setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado. Esta era composta e presidida pelo ministro-chefe da Casa Civil (Clóvis Carvalho) e pelos ministros da Fazenda (Pedro Malan), do Trabalho (Paulo Paiva), do Planejamento e Orçamento (José Serra), do Estado-Maior das Forças Armadas (Gen. Benedito Onofre Bezerra Leonel) e da Administração e Reforma do Estado (Luiz Carlos Bresser Pereira). Em seguida, o documento foi submetido ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que o aprovou em novembro de 1995.

Para se ter ideia do quanto o excedente se concentra em uma minoria, o autor apresenta o resultado de estudos recentes²⁵:

no Brasil seis pessoas dispõem de mais riquezas do que a metade mais pobre da população, e 5% dispõem de uma fatia maior que os 95% restantes. Já em nível mundial 26 famílias possuem mais patrimônio do que a metade mais pobre (3,7 bilhões), e 1% tem mais patrimônio do que os 99% restante. (DOWBOR, 2020, p. 64).

Tais informações só demonstram a proporção das desigualdades; não somente no Brasil como no mundo, as riquezas se concentram sob o poder de uma minoria que, ao passar dos anos, continua acumulando mais excedentes, enquanto a enorme maioria das massas mal consegue o seu próprio sustento. A esse despeito, vale lembrar do movimento desigual e contraditório, riquezas são multiplicadas, porém mal distribuídas, ou sequer distribuídas.

Para além das desigualdades referentes ao movimento desigual e contraditório, segundo Dowbor (2020, p. 65), atinge ainda os governos, “pois trava a economia, gera explosões sociais e desarticula a sociedade como um todo [...] estamos na era da acumulação improdutiva de patrimônio, da descapitalização da sociedade”.

Em outras palavras, é um crescimento desordenado de riquezas mal distribuídas, que prejudica principalmente os que se encontram na linha da miséria, que, mais do que não possuírem o mínimo para sobreviverem, extrapolam essa condição, pois estão fadados a morrer de fome, literalmente, em pleno século XXI, com tantos recursos, porém, improdutivos, concentrados nas mãos de poucos.

Segundo Dowbor (2020, p. 84), o capitalismo nessa nova era se desloca e, juntamente com esse movimento, “mudam as formas de poder e as ideologias de dominação, as chamadas superestruturas do sistema”. Apesar dessas superestruturas ainda se encontrarem enraizadas no capitalismo antes conhecido, com base em produções industriais pautadas no lucro, no capitalismo contemporâneo, as grandes corporações passam a construir um novo desenho de organização com um misto de lucro e poder de participação nas decisões políticas e econômicas.

Sobre esse mix de lucro e poder na era do capitalismo contemporâneo, Adrião e Bezerra (2013, p. 257) afirmam que as “iniciativas relativas à administração gerencial assentaram-se na perspectiva da governança”, de modo que setores da sociedade civil são

²⁵ Segundo Dowbor (2020), os estudos foram em Thomas Piketty (2017). Estudo da concentração do patrimônio iniciado no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), mas generalizado pelo Credit Suisse e divulgado mundialmente pela Oxfam.

consultados para processos de decisões políticas, criando-se uma espécie de poder híbrido. Como exemplo, o caso das

Iniciativas do MEC na convocação dos comitês de governança para elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de um lado, e de outro, a presença do empresário Jorge Gerdau no Gabinete da Presidência da República, como interlocutor privilegiado da gestão pública. (ADRIÃO, BEZERRA, 2013, p. 257).

Chamado de espaços de governança planetária, por Dowbor (2020), resultado dessa mistura híbrida de aspectos do poder na sociedade, as grandes corporações passam a obter e a exercer o poder político, compartilhando juntamente com o Estado interferências sobre as dimensões públicas, gerando novas formas de poder, novas formas de governança.

Não se trata mais de corporações de um país controlando a política desse mesmo país, mas de grupos mundiais exercendo seu controle, de maneira articulada, sobre um conjunto de países simultaneamente, com capacidades de mudar as leis nacionais em função de interesses transnacionais. (DOWBOR, 2020, p. 87).

Percebe-se que esse jogo de poder se tornou cíclico, ao passo que as corporações se juntam ao poder público influenciando nas formulações de suas próprias regulações, como uma roda que gira para que haja legalidade em suas próprias práticas. E se demonstra ainda mais preocupante ao passo que possuem poder de alcance mundial.

Ainda em Dowbor (2020), não bastassem tais fatos, muitas das grandes corporações incorrem em regimes de tributação que as favorecem, deixando de ter impostos recolhidos pelos estados, assim, o capital que deveria ser aplicado principalmente em políticas sociais, por exemplo, deixa de ser, e o ciclo volta a se repetir, tanto no diz respeito aos pobres continuarem pobres, quanto aos ricos acumularem ainda mais capital, reafirmando o movimento desigual e contraditório anteriormente citado.

Observando por essa lógica, reafirma-se, em Moraes (2001), que o Estado realmente redefiniu o seu modo de regulação pública, porém não o perdeu totalmente, tendo em vista que ele é influenciado pelos interesses do mercado. Afirmção semelhante é pontuada por Streeck (2012, p. 81), mencionando que o Estado não responde aos anseios da população que o elegeu, e sim ao mercado, essencialmente aos interesses financeiros, a essa situação, atribui-se o conceito de “*res mercatorum*, coisa do mercado”.

Pode-se dizer que tais situações demonstradas até aqui se configuram em um ataque contra a democracia, e Streeck (2012) denomina como sistema “animal”, onde os governos

atrelados com as corporações sempre buscam os meios menos democráticos para atuação, ao que se constata, este sistema foi se moldando com vistas a favorecer uma minoria de privilegiados.

Na educação, a presença dos interesses corporativos também se faz presente, assim como apontados a seguir, na subseção 2.3.

2.3 - A privatização da Educação.

Após situarmos ao cenário em que a educação pública está inserida, nesta subseção, aborda-se reflexões especificamente sobre a privatização no campo educacional, processo que vem se desenvolvendo desde o final do século XX e início do século XXI, juntamente com o surgimento do que se apresentou no item anterior e os estudiosos²⁶ denominam como capitalismo contemporâneo na forma de financeirização econômica na sociedade globalizada.

Nesta dissertação, considera-se a privatização no campo educacional como “medidas que tem subordinado, direta ou indiretamente, a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas” (ADRIÃO, 2015, p. 8).

Cita-se as formas de privatização expostas por Ball e Youdell (2007): endógena, compreendendo uma forma mais acobertada de privatização, se definindo como a introdução da *lógica* de mercado no âmbito das escolas públicas. E a privatização exógena (BALL; YOUDELL, 2007), caracterizada pela incorporação do setor privado aos centros públicos de educação, sendo percebida pela aquisição de produtos e serviços para serem trabalhados/utilizados nas instituições educacionais, treinamentos, pacotes diversos e sistemas de avaliações. Esses mesmos autores enfatizam que, além dessas duas categorias de privatização, há ainda uma terceira, definida como a privatização da própria política, com a consolidação de atores do setor privado influenciando cada vez mais o debate e as políticas educativas, tanto em âmbito internacional como nacional, uma vez que a educação está inserida numa lógica globalizada da sociedade atual.

Assim como já citado na introdução desta seção, além das formas mais amplas citadas por Ball e Youdell (2007), Adrião (2018) afirma que há formas distintas de privatização no âmbito da política educativa, incidindo sobre três dimensões, sendo elas: oferta, gestão e currículo. Ressalta-se que esta última é o foco desta pesquisa e que será melhor ilustrada na seção três.

²⁶ Bastos (2013), Dowbor (2020).

Apesar desta pesquisa possuir como *locus* de investigação os municípios do estado de Mato Grosso - Brasil, sabe-se que os avanços da privatização da educação não são uma realidade específica deste lugar. Pôde-se observar, principalmente na disciplina do programa de Pós-Graduação em educação/PPGEdu/UNEMAT, intitulada de Programas de Privatização: abordagens, contextos e dimensões na educação básica, alguns exemplos de outros contextos, que se elencam a seguir:

Cita-se as escolas *charters*, programa de privatização a qual a escola é pública, porém com gestão privada, nos Estados Unidos (ADRIÃO, 2014), bem como a tendência, nesse mesmo país, da modalidade de *homeschooling*²⁷ (ADRIÃO; GARCIA, 2017), também citadas pelas autoras como educação a domicílio. Segundo Adrião e Garcia (2017, p. 435), leva-se em consideração a “possibilidade de que estes tipos de escolhas parental aprofundem desigualdades educativas e subordinem a educação básica a interesses privados, para além daqueles expressos nos interesses das famílias”.

Tais autoras procederam levantamento sobre esse tipo de modelo educacional por escolha parental (*homeschooling*), investigando mais especificamente a Person PLC²⁸, segundo Adrião e Garcia (2017, p. 441), uma corporação que está presente mundialmente no campo educacional, e que sua marca está presente e crescendo consideravelmente nas “escolas públicas brasileiras, por comercializarem Sistemas Privados de Ensino e tecnologias educacionais diversas”; além disso, identifica-se que essa empresa possui “investimento adaptativo em direção a oportunidades de crescimento rápido”, o que já havia sido mencionado por Dowbor (2020) ao afirmar que as grandes corporações possui alta capacidade de adaptação às necessidades da sociedade, no sentido de responder comercializando o que está sendo buscado em determinado tempo e local.

Adrião e Garcia (2017) afirmam que, além da Person comercializar Sistemas Privados de Ensino no Brasil, atua junto ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa que distribui livros didáticos para escolas públicas do país. Não bastasse as formas de privatização materializada pelos Sistemas Privados de ensino, ainda cercam o setor educacional de todos os ângulos, atuando também junto ao PNLD.

Ainda sobre as escolas *Charter*, cita-se o caso da Colômbia²⁹, Edwards e Hall (2017, p. 442) afirmam, amparados em pesquisas, que este modelo de “escolas *Charter* não produzem

²⁷ Ver Adrião e Garcia (2017) em Educação a domicílio: o mercado bate à sua porta, publicado na Revista digital: Retratos da Escola. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/783>.

²⁸ Empresa britânica, multinacional de publicações e educação. Ver mais em: https://plc-pearson-com.translate.google/en-GB/company?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc.

²⁹ Ver Edwards e Hall (2017) em: Escolas charter: gestão de professores e aquisição de recursos na colômbia.

os melhores resultados acadêmicos”. O caso da Colômbia torna-se ainda mais agravante, pois, neste país, não há gratuidade para todas as etapas de ensino, tornando ainda mais oportuna a presença do setor privado para preencher essa lacuna deixada pelo Estado. As escolas Charter, neste país, são oferecidas com a promessa de “uma solução em distritos escolares onde as escolas públicas são vistas como malsucedidas” (EDWARDS; HALL, 2017, p. 442).

Cita-se outros contextos, como o modelo de ensino por escolha parental Irlandês³⁰, associado às políticas de “*Choices*”, difundidas nos Estados Unidos e “potencializado por fundações privadas e partidos políticos conservadores que passam a disputar a agenda educacional em diferentes contextos, inclusive no Brasil” (ADRIÃO; AZEVEDO, 2019, p. 121). Tais autores alertam que este tipo de modelo gera uma tendência de crescimento do setor privado com fins de lucro junto ao setor público, acrescenta-se ainda que as famílias consideradas de baixa renda não possuem o poder de escolha efetivamente, visto que não possuem condições de custear escolas consideradas de qualidade “os estudantes de baixa renda, muitas vezes ficam limitados de frequentar as escolas de pior qualidade” (ADRIÃO; AZEVEDO, 2019, p. 123).

Observa-se os processos de privatização em alguns países da América Latina e Caribe. Segundo Croso e Magalhães (2016), apoiadas no documento *Mapeamento de Tendencias de la Privatización de la Educación en América Latina y el Caribe*, realizado pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE, 2014), demonstraram países que permitem, de forma direta ou indireta, formas de privatização em seu território, sendo eles, além do Brasil e da Colômbia, o Chile, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, Argentina, Bolívia, Equador, México, República Dominicana, Nicarágua e Costa Rica. Em suma, as autoras apontam que a privatização no âmbito educacional fere a “educação como um Direito Humano universal” (CROSO; MAGALHÃES, 2016, p. 17).

Dentre os exemplos dados, aborda-se o caso do Chile, cuja abertura para a privatização encontra-se totalmente amparada na legislação; a legislação chilena permite o “financiamento compartilhado do atendimento à educação desse país” (CROSO; MAGALHÃES, 2016, p. 24). A legislação chilena, em seus moldes, permite que as famílias escolham qual instituição de ensino matricular seu filho (privado ou público).

O sistema de ensino será de natureza mista, inclusive patrimonial e administração do Estado ou de seus órgãos, e outra particular, seja subsidiada ou pagos, garantindo aos pais e responsáveis a liberdade de escolher o

³⁰ Ver Adrião e Azevedo (2019) em: Subsídio público à oferta educacional privada: reflexões a partir do modelo irlandês.

estabelecimento educacional para seus filhos. (LOE, 2009, art. 4 apud CROSO; MAGALHÃES, 2016, p. 24).

A partir da legalidade da ação de subsídios aos estabelecimentos de ensino privados, brechas são abertas para que haja a inserção do setor privado com fins de lucro nessas instituições públicas. Além disso, as formas de privatização da educação no Chile seguem de várias outras formas, como por exemplo, com a isenção de impostos dos estabelecimentos de ensino privado (CROSO; MAGALHAES 2016).

Nesses moldes, a privatização da educação é manipulada como fosse inserida num processo de mercantilização de direitos sociais básicos. Remetemo-nos às reflexões de Oliveira (2009, p. 740), quando afirma que houve uma “transformação da educação em objeto do interesse do grande capital, ocasionando uma crescente comercialização do setor”; apesar de, nesta obra, o autor se referir à educação superior, acredita-se também se aplicar à educação básica, uma vez que, no processo de privatização, o setor privado coloca a educação brasileira, direito básico humano, em situação inferior ao que ela deveria ocupar e acaba por “reduzir o seu sentido social aos interesses do lucro, representando um empobrecimento tanto do conceito de educação, quanto de seu sentido para a coesão e viabilidade das sociedades” (OLIVEIRA, 2009, p. 753).

Ainda Oliveira (2009) ressalta que, no Brasil, a inserção do setor empresarial no campo educacional remonta desde a época da ditadura militar, porém ainda de forma camuflada.

[...] pois a legislação proibia que as instituições de ensino, “pela sua natureza”, dessem lucro. Apenas com a promulgação da Constituição de 1988 é que se explicitou a possibilidade de existência de escolas com fins lucrativos. A posterior regulamentação desse dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases e na legislação complementar acelerou o seu crescimento. A posterior regulamentação desse dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases e na legislação complementar acelerou o seu crescimento. (OLIVEIRA, 2009, p. 741).

Com a inserção empresarial no setor educacional, amplia-se as formas de atuação dentro do setor público, avançando para “outras ofertas de atividades comerciais” (OLIVEIRA, 2009, p. 741) e incidindo em diversas dimensões da educação: oferta, gestão e currículo educacional (ADRIÃO, 2018).

No Brasil, ampliaram-se

as formas de atuação privada no setor público, isto é, outorgaram-se, com emendas à Constituição Federal de 1988, formas de privatização dos Direitos Sociais que eram de responsabilidade estatal. Nesse ensejo legal, nos anos iniciais do século XXI, elaboraram-se leis, decretos e regulamentações que

permitiram ao setor privado nominar-se como “parceiro” do setor público para a oferta de serviços referentes aos Direitos Sociais (PERONI; ADRIÃO; FERNANDES, 2009, p. 37).

Sobre tais regulamentações que permitem a inserção e ampliação dos processos de privatização dos direitos sociais, retoma-se o caso da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que facilitou o repasse de verbas públicas para organizações privadas e a transferência

de serviços e atividades governamentais por meio de parcerias público-privadas e da previsão de formas variadas de contratos e convênios, situação que demandou um novo marco regulatório capaz de adequar a gestão pública às orientações de cunho gerencial. (ADRIÃO et al., 2017, p. 131).

Ainda nesta perspectiva, Peroni (2006) relembra outro marco importante, que foi Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), aprovado em 21 de setembro de 1995, no primeiro mandato do presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Esse plano foi elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, na gestão do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Documento que serviu de base para a EC nº 19, acima mencionada.

As medidas permitiram a incorporação do setor

lucrativo como agente e "parceiro" na elaboração das políticas públicas, dado o pressuposto de que a ação estatal ou governamental seria insuficiente e, por vezes, refratária para apreciar e atender às demandas sociais, a gestão da educação pública no Brasil aproxima-se da governança corporativa da educação modelo sugerido em estudo desenvolvido pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) no ano de 2014. (ADRIÃO et al., 2017, p. 133).

Oliveira (2009, p. 2) destaca que, apesar das discussões girarem em torno de incluir a Educação como um bem de serviço, e que tais inclusões fariam com que a educação “passasse a ser regida pelas normas que se aplicam à comercialização de serviços em geral”, tais acordos não foram concretizados. Porém, mesmo sem essa inclusão, sob a ótica do cenário atual, a educação não vem sendo tratada de modo diferente a uma mercadoria, como assinala o mesmo autor.

A privatização no campo educacional também possui sua engenharia voltada para articulações em benefícios próprios, como ilustrado por Dowbor (2020) para outros segmentos da economia; como exemplo dessa dinâmica apresenta-se os atores que integram o movimento

Todos pela Educação, que fizeram ou fazem parte diversos integrantes de órgãos centrais da gestão pública, quer no plano federal, quer nos estados, destaca-se Fernando Haddad, Cláudia Costin, ex-ministra de Administração e Reforma do Estado, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e ex secretária na gestão 2008-2014 e diretora sênior de Educação do Banco Mundial entre 2014-2016[...] José Francisco Soares, colaborador de uma das maiores empresas que vende SPE para educação básica, foi presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP) gestão 2014-2016, membro do conselho de governança do movimento Todos pela Educação e é apresentado como Presidente do Conselho Técnico de uma das empresas do grupo Satillana, a Avalia Educacional. (ADRIÃO et al., 2015, p. 29).

Observa-se que não há neutralidade nessa relação apresentada por Adrião et al., 2015, e que os mesmos denominam de orgânica, entre figuras proeminentes da política educacional, e as principais ações de incidência do campo empresarial na educação pública. Apesar de não ser objeto direto desta investigação, cabe refletir sobre esse pano de fundo de tais ações, que vistas a olho nu parecem se configurar como salvadoras da educação, porém contêm interesses específicos e bem articulados (MORAES, 2001).

Oportuno lembrar que o ex presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu mandato, seguiu uma política de cunho neoliberal no Brasil (BATISTA, 1994, p. 28), e que, mesmo após sua saída da presidência da república, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva - PT, e posteriormente, Dilma Rousseff, também do PT, ainda foram percebidos movimentos que facilitaram a privatização no campo educacional, seja com figuras do setor privado ocupando posições públicas, assim como demonstrado em Adrião et al. (2015), seja com parcerias do governo com grandes grupos empresariais, como por exemplo, no caso dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

As empresas Kroton e Abril/Somos, estavam entre aquelas que mais ganharam investidores, em meio à promessa da então presidente Dilma Rousseff de trabalhar em estreita colaboração com empresas privadas para aumentar a cobertura da educação. (GALZERANO, 2016, p. 49).

Com tais lucratividade dessas empresas, e de outras, é perceptível se levar em conta que a demanda para a esfera pública é de proporção considerável, uma vez que há grande quantidade de alunos, e também, que a distribuição de insumos escolares, como livro didático, é cíclica, todo ano é necessária a aquisição (CASSIANO, 2007).

No Brasil, já no governo de Michel Temer, do Partido Democrático Brasileiro - PMDB, após o *Impeachment* da presidenta Dilma/PT, o país realizou empréstimo para custear programas educacionais, como a reforma do ensino médio. Observa-se o Acordo de

empréstimo, cujos programas 8812-BR e 8813-BR, ambos assumidos em 2018, demonstrando uma dívida do Brasil com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no “valor de USR\$ 250 milhões de dólares, o valor seria para auxiliar no financiamento do programa e projeto de reforma do ensino médio” no país. (BRASIL, 2018, p. 2). Tais ações já haviam sido observadas, vez que países principalmente da América Latina vêm assumindo dívidas com bancos internacionais para custear programas educacionais (CROSO; MAGALHÃES, 2016).

Em 2019, por meio da Lei nº 13.868, de 03 de dezembro de 2019, durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro³¹, o congresso altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN). Segundo Adrião e Oliveira (2020), essa redefinição do artigo 19, atrelada à supressão do artigo 20 da mesma lei, que classificava as escolas privadas em particulares em sentido estrito, ou seja, “aquelas com fins de lucro e que não poderiam receber recursos públicos” (ADRIÃO; OLIVEIRA, 2020), serviu para criar uma zona que permite ampliar as escolas aptas a receberem os recursos, que, em suma, poderiam ser direcionados para as escolas públicas melhorando, por exemplo, sua estrutura, dentre tantas outras necessidades.

Apesar desta dissertação se limitar até o período de 2019, torna-se importante, mesmo que rapidamente, alertar sobre a expansão das novas tecnologias e sua adoção na educação, especialmente no ano de 2020, com o início da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus. Adrião e Domiciano (2020, p. 673) ressaltam que as novas tecnologias “em qualquer modo de produção, impacta a maneira pela qual as empresas se organizam e, paulatinamente, a maneira pela qual as instituições de modo geral, inclusive estatais” se comportam, ou seja, “se adequam às necessidades emergentes”.

Tais processos potencializados pela crise pandêmica, pois houve período em que as aulas aconteceram de forma remota, parecem nos apontar para um caminho ainda mais sofisticado de privatização do currículo, objeto do nosso estudo.

3 - O SISTEMA DE ENSINO NO ESTADO DE MATO GROSSO: Aspectos selecionados.

Nesta seção são apresentados aspectos selecionados sobre a organização do estado de Mato Grosso, por se considerar importante ilustrar o *locus* de investigação desta pesquisa. Na subseção 3.1, apresenta-se informações gerais e breve histórico do estado, embasados em Lira

³¹ Pertencia ao Partido Social Liberal – PSL, na época da sua eleição/até janeiro de 2022 se encontra filiado ao Partido Liberal – PL.

(2011) e Siqueira, Lourença e Carvalho (1990); suas biodiversidades apresentadas em Nunes et al (2017). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação à economia de Mato Grosso para o mesmo período de recorte desta dissertação, bem como Valdiones (2019); Silgueiro, Valdiones e Bernasconi (2020) e Lara et al (2019) que traçam discussões e apresentam dados sobre a degradação do bioma deste estado.

Na subseção 3.2 apresenta-se o Sistema Estadual de Ensino instituído pela Lei nº 49, de 1º de outubro de 1998, a qual prevê a divisão de responsabilidades entre o governo do estado, os municípios e o regime de colaboração entre ambos. Ainda nesta seção ilustra-se o atendimento à educação básica em Mato Grosso, nas suas dependências administrativas municipal, estadual e privada, de acordo com as suas etapas de ensino, utilizando-se de dados do Censo escolar, 2015-2019.

Na subseção 3.3 destaca-se brevemente a presença de organizações privadas na Educação pública estadual de Mato Grosso, identificadas no período de 2015-2019, realizada por pesquisadores do GREPPE, pois influem no tema desta investigação.

Em seguida, na subseção 3.4 são apresentados aspectos geográficos, econômicos e políticos das cinco regiões intermediárias de Mato Grosso: Sinop, Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres e Rondonópolis, utilizando-se principalmente de informações disponíveis na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para os anos de 2017, 2019 e 2020, bem como informações das páginas oficiais dos municípios deste estado.

3.1 - O Estado de Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso está localizado na região centro-oeste do Brasil, foi ocupado durante o período de colonização do país por meio das expedições dos Bandeirantes, comandadas nesta região por Pascoal Moreira Cabral. Segundo Lira (2011), o local foi “descoberto” pelos Bandeirantes possivelmente em 1719, quando buscavam por ouro e indígenas para mão de obra escrava. Os índios que habitavam esta região eram principalmente da etnia dos Coxiponés. Segundo Machado (1997), os índios Coxiponés, considerados como subgrupo dos Bororós, habitavam as margens do rio Coxipó, rio que nasce ao que hoje é o município de Chapada dos Guimarães e se estende até o município de Cuiabá, daí advém sua denominação: Coxiponés. Porém, essa etnia foi dizimada pelos desbravadores que passaram por essas terras, entre o final do século XVIII e início do século XIX, segundo Machado (1997).

Siqueira, Lourença e Carvalho (1990), afirmam que neste local, inicialmente, foi fundado o Arraial de Forquilha às margens do rio Coxipó. A descoberta de ouro foi abundante

nesta mesma região, o povoado foi se expandindo, sendo em 1727, elevado à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, hoje correspondente a cidade de Cuiabá. Com o atrativo do ouro, o povoamento na região foi-se aumentando ainda mais, e em 1748, segundo Lira (2011, p. 9) foi “criada oficialmente por Pascoal Moreira Cabral, a capitania³² de Mato Grosso”, desmembrada da Capitania de São Paulo e reconhecida como “brasileira” pelo Tratado de Madri de 1751. Ressalta-se que, até esse período, Mato Grosso era considerado território espanhol³³ pelo Tratado de Tordesilhas, uma vez que, pelo referido Tratado, essa região ficaria disponível para exploração espanhola, o que não ocorreu.

No período imperial, destaca-se na história de Mato Grosso dois fatos de grande relevância que marcaram a época, sendo a Rusga, em 1834, caracterizada pela disputa sócio-política entre elites do estado, os grupos liberais e conservadores, além da participação de alguns componentes de camadas populares e líderes da guarda nacional, segundo Fanaia (2012). Ainda segundo a autora, vários fatores impulsionaram este conflito, como a decadência da situação econômica e a concessão de privilégios econômicos pelos conservadores, que estavam no poder aos estrangeiros que se assentavam na região.

O movimento reivindicava principalmente a expulsão dos portugueses e demais estrangeiros do território mato-grossense e a derrubada do governo de Antônio Correa da Costa, marcando um importante conflito. Em 30 de maio de 1834

uma multidão revoltada e enraivecida que sob o toque de tambores e cornetas, comandadas pela própria Guarda Nacional, percorreu as ruas de Cuiabá, passando a atacar mortalmente os portugueses. Esse fato se passou em Cuiabá no campo D’Ourique, atualmente praça Pascoal Moreira Cabral, onde situa a Câmara Municipal dos Vereadores. Tal movimento teve durabilidade de aproximadamente quatro meses. Nessa noite, os participantes do movimento arrombaram as casas comerciais, saqueando e matando os portugueses chamados de “bicudos”. (FANAIA, 2012, p. 66).

Tal movimento foi desfeito com a nomeação do novo governador Antônio Pedro de Alencastro, em setembro de 1834, que ordenou a prisão dos líderes do movimento, encaminhando-os para o Rio de Janeiro. Porém sem punições mais severas, “alguns dos que haviam sido presos no Rio de Janeiro conseguiram *habeas corpus* e acabaram retornando a Cuiabá” (FANAIA, 2012, p. 67).

³² Capitânias no período colonial do Brasil eram consideradas divisões territoriais e administrativas comandadas por donatários. Ver mais em Silva (s/d). Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/capitanias-hereditarias.htm>.

³³ Ver mais em Morudás (2008), disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15718/000682253.pdf>.

Outro importante acontecimento que marca a história de Mato Grosso foi a Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864-1870, envolvendo os países da Tríplice aliança: Brasil, Uruguai e Argentina, ambos contra o Paraguai que era governado pelo ditador Francisco Solano Lopez. Dentre outros fatores, a guerra envolvia a quebra de acordo “pela livre navegação pela bacia Platina” (MARIN; SQUINELO, 2019, p. 77), da qual o rio Paraguai auxiliava a compor a considerada rota mais rápida e segura para o escoamento de produtos comercializados da região.

O estopim para que o Brasil declarasse guerra contra o Paraguai foi a apreensão do “navio brasileiro Marquês de Olinda, que transportava o novo governador da província de Mato Grosso, e, no mês seguinte, invadiu a província de Mato Grosso” (MARIN; SQUINELO, 2019, p. 78). Ressalta-se que a maioria dos tripulantes deste navio faleceram em condições deploráveis, inclusive o futuro governador de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, de acordo com Marin e Squinelo (2019). Segundo os mesmos autores, a guerra só teve fim após a morte de Solano Lopez, em 1870, juntamente com a derrota do Paraguai.

Mato Grosso se reergueu rapidamente neste período pós-guerra do Paraguai, principalmente no que se referiu à economia, com destaque às cidades portuárias de Cuiabá e Cáceres, já que detinham os pontos de navegação pelo rio, rota mais segura e rápida da época.

O governo imperial concedeu isenção de impostos à província de Mato Grosso para estimular a economia e minimizar os ônus da guerra. Houve o ressurgimento do comércio de importação e exportação e a rearticulação da economia com a produção de charque, caldo e extrato de carne, erva-mate, poaia, látex, couros, atividades criatórias (bovinos, equinos), cana-de-açúcar e a produção agrícola. Em 1869, o governo isentou de impostos os produtos importados e exportados, favorecendo o desenvolvimento da economia, o processo de ocupação das terras e o incremento demográfico. (MARIN; SQUINELO, 2019, p. 100).

Dando um salto histórico, agora sobre o território mato-grossense, o estado, até 1943, possuía extensão territorial ainda maior do que é nos dias atuais, pois antes era unido ao que hoje é o estado de Mato Grosso do Sul e o estado de Rondônia, que, após muitos entraves³⁴, foram desmembrados.

Abrangia, no começo, o que hoje são os territórios dos Estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul. O antigo Mato Grosso media aproximadamente 1.477.041 km². O Decreto Lei Federal nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou o Território Federal do Guaporé (mais tarde Estado de Rondônia), desmembrado de Mato Grosso, que passou a medir 1.234.658 km². A Lei Complementar Federal nº 31, de 11 de outubro de 1977, criou o Estado de Mato Grosso do Sul, também desmembrado de Mato Grosso, que passou então a ter área de 901.420,7 km². (TAVARES, [s/d]).

Mato Grosso possui, segundo o IBGE (2020), 903.207,050 km² de extensão territorial, o que abrange 10,61% do território nacional Brasileiro, é o terceiro maior estado do país ficando atrás somente do Amazonas e do Pará. Possui 141 municípios com faixas populacionais variadas, desde Araguainha, com 946 habitantes, município localizado na região intermediária de Rondonópolis, até município com maior faixa populacional, como a capital Cuiabá, com 618.124 habitantes, ambos segundo estimativa do IBGE para 2020.

Segundo dados do IBGE para o ano de 2020, Mato Grosso possui uma população de 3.526.220 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,725, um pouco abaixo do IDH do país, que é de 0,727; leva-se em consideração que o IDH vai de 0 a 1³⁵ e quanto mais próximo de 1, maior o índice. Possuía, em 2019, um Produto Interno Bruto³⁶ (PIB) de R\$ 142, 12 bilhões de reais e sua economia girando principalmente em torno da agricultura, com ênfase no cultivo de soja, milho e algodão, segundo dados do (IBGE, 2019). Ressalta-se que a pecuária e o extrativismo também possuem bastante destaque no setor agropecuário (VILARINO, 2021). Em várias notícias e reportagens sobre Mato Grosso, o mesmo é “apontado como um dos cinco estados com economias fortes no Brasil, tal fator se atribuiu principalmente à sua economia agropecuária” (VILARINO, 2021).

Sobre sua biodiversidade, cita-se que Mato Grosso é um dos lugares com maior volume de água doce no mundo (GOVERNO DE MATO GROSSO, 2018), possuindo em seu território águas de três bacias hidrográficas bastante importantes do Brasil: Bacia Amazônica, Bacia Platina e Bacia do Tocantins.

Na região norte do estado observa-se a “Floresta Amazônica³⁷ ocupando, até o ano de 2018, cerca de 40% do território mato-grossense”, segundo o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF, s/d). Quanto ao cerrado³⁸, este possui uma biodiversidade bastante rica do Centro-Oeste brasileiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF, s/d), a riqueza do cerrado só é menor do que a das florestas tropicais úmidas.

No ambiente do Cerrado são conhecidos, até o momento mais de 1.500 espécies de animais, entre vertebrados (mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios) e invertebrados (insetos, moluscos, etc). Cerca de 161 das 524

³⁵ Ver em Índice de Desenvolvimento: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>.

³⁶ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

³⁷ Ver mais em Bioma amazônico, disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-amazonico>.

³⁸ Segundo o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF, s/d), o cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e corresponde a mais de 22% do território; é constituído principalmente por savanas. Este bioma abrange os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. (IBF, s/d).

espécies de mamíferos do mundo estão no Cerrado. Apresenta 837 espécies de aves, 150 espécies de anfíbios e 120 espécies de répteis. (IBF, s/d).

Tais elementos ilustram um pouco as riquezas naturais deste estado, além disso há que se ressaltar que Mato Grosso é conhecido mundialmente pelo Pantanal. Segundo Nunes et al. (2017) o Pantanal representa a maior área úmida mundial e se estende no território brasileiro numa área de 140.000 km². Por conter espécies nativas de vegetações e animais de porte imponentes, “no contexto de distinção biológica, também é considerado de interesse global, vulnerável e de alta prioridade para a conservação” Nunes et al., (2017, p. 12).

Porém, há de se ressaltar que em Mato Grosso, nos últimos anos, tais riquezas ambientais sofreram ataques, como o desmatamento mapeado pelo relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2019). Segundo Valdiones et al. (2019, p. 02), Mato Grosso desmatou, entre agosto de 2018 e julho de 2019, a porcentagem de 17% do total de área desmatada no Brasil. Acrescentam ainda que, a

maior parte do desmatamento (959 km²) ocorreu em imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que representou 56% da área total, seguido das áreas não cadastradas (535 km²). Os projetos de assentamentos (PA) da reforma agrária concentraram 11% do total desmatado, seguido por apenas 1,2% das áreas desmatadas, sendo 1,1% em terras indígenas e 0,1% em unidades de conservação. (VALDIONES et al., 2019, p. 02).

O desmatamento foi identificado, principalmente, em propriedades consideradas de grande porte, ou seja, com mais de 1.500 hectares, seguido das propriedades de médio porte, com 400 a 1.500 hectares (VALDIONES et al., 2019, p. 04). Segundo os mesmos autores, a lista dos municípios mato-grossenses que mais desmataram no período de 2018-2019 foram: Colniza, Peixoto de Azevedo, Paranaíta, União do Sul, Cláudia, Juara, Apiacás, Marcelândia, Nova Bandeirantes e Aripuanã, ambos localizados na região intermediária de Sinop, região que integra esta investigação.

Não bastasse o desmatamento em Mato Grosso, no estado ocorreram vários focos de queimadas, principalmente nos anos de 2019/2020. Segundo Silgueiro, Valdiones e Bernasconi (2020, p. 02), “Diferentemente de 2019, quando o aumento das queimadas se deu no bioma Amazônico, em 2020, a situação mais crítica foi a dos incêndios que consumiram o Pantanal mato-grossense”. Neste cenário, o ano de 2020 foi o ano mais preocupante, tendo em vista que

até 16 de novembro de 2020, Mato Grosso teve 8,5 milhões de hectares afetados por incêndios, uma área vinte e seis vezes maior que a da cidade de Cuiabá, capital do estado. Essa área representa 9,4% do território total do estado. Cerca de 38% dessas ocorrências se concentraram no bioma

Amazônia, seguidas do Cerrado, onde houve mais de 3,1 milhões de hectares queimados (36% do total). As áreas com incêndio no Pantanal, por sua vez, representaram 25% do total. (SILGUEIRO, VALDIONES e BERNASCONI, 2020, p. 03).

Vê-se que tais situações afetam fortemente as mais variadas formas de vida no estado, e que, infelizmente, tem sido provocada pela ação humana. Acrescenta-se nesta lista o uso de agrotóxicos em larga escala, utilizados em monoculturas agrícolas no estado de Mato Grosso, que, além de representar nocividade à biodiversidade local, ainda “expõe cotidianamente a população residente e trabalhadores a possíveis envenenamentos agudos e/ou crônicos” Lara et al., (2019, p. 1). Dados demonstrados pela autora apontam que os agrotóxicos que mais geram envenenamento e mortes por intoxicação “concentra-se nos cultivos de exportação de soja, milho e cana”, justamente alguns dos itens que Mato Grosso mais tem produzido nos últimos anos, como demonstrado pelo IBGE (2019), produção essa que parece estar ocorrendo às custas da exposição à saúde dos trabalhadores que operam nestas lavouras, além da degradação ambiental.

De modo geral, e apesar das consequências citadas, vê-se que Mato Grosso é um estado que possui considerável situação econômica, com o PIB de 2019, que compreende o último ano de período desta pesquisa, na marca dos R\$ 142, 12 bilhões de reais, crescimento que tem sido atribuído ao setor agropecuário, principalmente no ramo de exportação de grãos. Comparando Mato Grosso com outros estados da região centro-oeste, este estado fica atrás do Distrito Federal, com PIB de R\$ 273, 63 bilhões de reais, e de Goiás, com PIB de R\$ 208,67 bilhões de reais, porém à frente de Mato Grosso do Sul, com PIB de R\$ 106,94 bilhões de reais.

Seguindo este crescimento, segundo dados constantes na página da Secretaria de Planejamento do estado de Mato Grosso,

Em 2020, o PIB de Mato Grosso cresceu 2,5%, em relação ao ano anterior. O setor que apresentou o maior crescimento foi a Agropecuária com 11,9%, enquanto Serviços cresceu 0,6% e a Indústria retraiu 0,8%. O PIB do Brasil em 2020 apresentou uma retração de 4,1%, segundo o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. (MATO GROSSO, 2020).

Para Soares (2007), há alguns dispositivos legais que podem ter auxiliado nesse processo de crescente exportação em Mato Grosso, e que ainda tem colaborado até os dias atuais na questão econômica associada ao agronegócio.

Apesar de não compreender ao período desta pesquisa, 2015-2019, julga-se importante ressaltar que a questão dos dispositivos legais que auxiliam o desenvolvimento do

agronegócio do estado possui uma linha histórica que remonta tal recorte, por isso abordar-se-á mesmo que brevemente, considerando cruciais para esta discussão.

A exemplo, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 155, § 2º, que previa a desoneração de tributos de exportação, dentre eles, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Porém, o texto original realizava essa previsão somente para produtos industrializados, deixando a cargo da “Lei complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, as especificações dos produtos semielaborados” (SOARES, 2007, p. 4).

A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida também como a Lei Kandir, que dispõe “sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências” (BRASIL, 1996, p. 1), alterou significativamente algumas condições de tributação para a exportação. A lei Kandir carrega esse nome em referência ao seu proponente, na época, deputado federal Antônio Kandir, do partido Social da Democracia Brasileira – PSDB, na gestão presidencial da época, Fernando Henrique Cardoso.

Essa lei, além de outras regulamentações a despeito de condições para exportações, fixa no seu artigo 3º, a isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, a exportação de produtos “primários, produtos industrializados e semielaborados” (BRASIL, 1996, p. 2). A referida lei sofreu alterações pela Lei complementar nº 102, de 11 de julho de 2000 e Constitucionalizada pela Lei complementar nº 43, de 19 de dezembro de 2003.

As alterações na legislação anteriormente mencionadas implicaram significativa redução da base tributável do ICMS, seja pela ampliação da gama de operações de exportação desoneradas, seja pela maior liberalidade no aproveitamento dos créditos do imposto. (SOARES, 2007, p. 5).

Dada essa isenção, foi realizado, pelo governo federal, o que se denominava de Seguro Receita³⁹, um valor repassado aos estados como promessa de compensação do ICMS que deixou de ser recolhido. Porém há fortes “críticas de que a Lei teria acarretado expressivo desequilíbrio fiscal aos entes subnacionais. Representantes de Estados e Municípios sempre consideraram os valores repassados pela União insuficientes para cobrir as perdas de receitas” (SOARES, 2007, p. 9).

³⁹ Ver mais em: Soares 2007. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1441/lei_kandir_soares.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Destaque neste ramo é a notoriedade do setor agropecuário de Mato Grosso, que se estende também para alguns outros estados brasileiros, pois percebe-se sua relevância tanto na economia, quanto nas decisões da política brasileira:

A velha Bancada Ruralista, repaginada na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), constitui a mais duradoura e efetiva força política no parlamento. Apenas como exemplo conjuntural dessa força, devemos lembrar, eternamente, se possível, que a Bancada Ruralista foi determinante tanto na queda da Presidenta Dilma Rousseff como no apoio à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República e na formação de sua base de apoio na Câmara e Senado. (JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 3).

Como ilustrado, o setor ruralista se demonstra bastante robusto, não somente no estado de Mato Grosso, mas também em todo Brasil, se fazendo presente em setores da política e economia, interferindo significativamente para os rumos que estas percorrem neste país.

Ainda no cenário da política do estado de Mato Grosso, no período correspondente a esta pesquisa (2015-2019), Mato Grosso possuiu dois governadores ⁴⁰ e vários secretários estaduais de educação, como se ilustra o quadro a seguir:

Quadro 3 – Gestores Estaduais de Educação de Mato Grosso, 2015-2019.

Governador	Partido Político	Período	Secretários Estaduais de Educação	Partido Político	Período
José Pedro Gonçalves Taques	PDT	2015-2018	Permínio Pinto Filho	PSDB	2015-2016
			Marco Aurélio Marrafon	PPS	2016-2018 (abril)
			Marioneide Kliemaschewsk	Sem informações	Desde maio de 2018
Mauro Mendes Ferreira	DEM	2019-2022	Marioneide Kliemaschewsk	Sem informações	Maio de 2018 a outubro de 2018
			Allan Resende Porto	PSB	Novembro de 2018 a 2022 ⁴¹

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2016, 2019) e Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

José Pedro Gonçalves Taques, governador de Mato Grosso nos anos de 2015-2018, nasceu em Cuiabá - MT, é formado em direito pela Universidade de Taubaté, foi procurador do

⁴⁰ As filiações partidárias são consideradas, nesta dissertação, de acordo com o período em que o candidato foi eleito, no caso do governador. E em caso da época de tomada de posse dos(as) secretários(as) estaduais de educação.

⁴¹ Até o encerramento da escrita desta dissertação, em março de 2022.

Estado de São Paulo em 1993 e procurador da República em 1995. Segundo Pinheiro (s/d), Pedro Taques foi eleito para gestão 2011-2015 do Senado Federal, representando o Estado de Mato Grosso. Foi o 55º (quinquagésimo quinto) governador do Estado com o *slogam* “Estado de transformação” quando ainda era filiado ao Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), sendo eleito, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT, 2015) com 833.788 votos, o que equivale a 57,25% do total de votos válidos. Já no pleito para sua reeleição em 2018 não obteve êxito, ficando em terceira colocação com 271.952 votos, correspondente a 19,00% do total de votos válidos, ainda segundo o (TRE-MT, 2018), deixando o cargo para seu sucessor, Mauro Mendes.

Na gestão de Pedro Taques, houve três secretários de educação do Estado, sendo seu primeiro anúncio, em 2015, o secretário Permínio Pinto Filho, (PSDB) “engenheiro agrônomo, empresário e pecuarista” (DIÓZ, 2014); além disso, Permínio foi ex-vereador por Cuiabá e secretário de Agricultura e Abastecimento de Cuiabá (NOVO..., 2015). Segundo (ANJOS, 2016), o secretário foi exonerado em maio de 2016, por conta da investigação “Rêmora, que investigava uma suposta organização criminosa formada por servidores públicos estaduais e empresários do ramo de construção civil” (ANJOS, 2016).

Após a exoneração de Permínio, a pasta da educação foi assumida interinamente pelo secretário do Gabinete de Governo, José Arlindo Oliveira, por apenas vinte dias. Até que Pedro Taques anunciou o segundo secretário estadual de educação de Mato Grosso, da sua gestão. Foi nomeado pelo governador em maio de 2016, Marco Aurélio Marrafon (PPS); vindo da pasta do planejamento, o referido secretário da época é “formado em direito na UFMT. Fez mestrado, doutorado e pós-doutorado na Universidade Federal do Paraná e foi professor da Universidade do Rio de Janeiro” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [s/d]). Marco Aurélio Marrafon seguiu como secretário até abril de 2018, quando repassou o cargo para professora Marioneide Kliemaschewsk, nomeada pelo governador em maio do mesmo ano. A professora “conta com mais de 31 anos de serviços prestados à educação pública, atuando como professora, coordenadora, diretora, secretária de Educação da Prefeitura de Cuiabá entre outras funções” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2018).

O segundo governador de Mato Grosso, dentro do período desta pesquisa, iniciou sua gestão em 2019, Mauro Mendes Ferreira; segundo (CARNEIRO, [s/d]) é natural de Caiçara (RS), e formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É empresário, fundou a empresa Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. em 1989, que se transformou no Grupo Bipar, composto por outras empresas. Eleito prefeito de Cuiabá em 2012, cumpriu todo seu mandato. Venceu as eleições para governador para o mandato de 2019-2022,

com 840.094 votos, correspondente a 58,69% dos votos válidos, segundo o TRE-MT (2018). Mauro Mendes utilizou como *slogam* de campanha “M de mudança”.

Mauro Mendes manteve no cargo, até outubro de 2020, a secretária estadual de educação da gestão anterior, Marioneide Kliemaschewsk. Após, quem assumiu a secretaria foi Alan Resende Porto (PSB). Segundo Bastos (2020), Alan é formado em engenharia civil e já atuou como secretário adjunto de Obras, bem como secretário adjunto-executivo na secretaria estadual de educação, desde 2017. Até a data da escrita desta dissertação, março de 2022, ainda ocupa a pasta da esfera estadual de ensino de Mato Grosso.

3.2 - Divisão de responsabilidades entre o governo do Estado de Mato Grosso e os municípios em relação ao ensino: Regime de colaboração e alterações no período de 2015-2019.

A Constituição Federal, em seu art. 211, alterado pela Emenda Constitucional nº 059, de 11 de novembro de 2009, apresenta um conjunto de princípios que orientam a organização e o regime de colaboração dos sistemas de ensino no Brasil entre Estados, Municípios, União e Distrito Federal.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. § 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (BRASIL, 1988, p. 118),

A mesma Constituição, em seu art. 23, alterado pela Emenda Constitucional nº 053, de 19 de dezembro de 2006, prevê a cooperação entre os entes e ressalta que “Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional” (BRASIL, 1996, p. 25).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, explicita o papel dos Estados no regime de colaboração, em que, dentre outros artigos, destaca-se o art. 10º, capítulo III: o Estado deve “elaborar e executar políticas e planos educacionais em

consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios” (BRASIL, 1996, p. 13). Seguindo essas recomendações, o Estado de Mato Grosso elaborou a Lei Complementar nº 049, de 1º de outubro de 1998, que versa sobre o Sistema Estadual de Ensino, trazendo em seu parágrafo único que este sistema deverá ser

estratégico, entendido como essencial para oferecimento de serviço Público; priorizando o mantido sob a responsabilidade do Estado, não podendo ser terceirizado, transferido à organização de direito privado ou privatizado. (MATO GROSSO, 1998, p. 1).

De acordo com a organização desse Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, a oferta gratuita da educação infantil fica sob responsabilidade dos municípios e deverá ser ofertada em creches, pré-escolas ou Instituições equivalentes.

Art. 66 A Educação Infantil será oferecida - para as crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, em creches ou instituições equivalentes; II - para as crianças de 04 (quatro) a 6 (seis) anos de idade, em pré-escolas. § 1º Admitir-se-ão atendimento em creche da criança que ainda não possui idade de matrícula na pré-escola, a nesta, da criança que completar 04 (quatro) anos de idade até 30 (trinta) de junho do respectivo ano. (MATO GROSSO, 1998, p. 31).

Ressalta-se que o art. 66 passa por transformações quanto à idade, tendo em vista a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que amplia o ensino fundamental para nove anos, a partir dos 6 anos de idade.

O Sistema de Ensino de Mato Grosso, em seu art. 18, alterado pela Lei Complementar nº 77, de 14 de dezembro de 2000, prevê que as escolas privadas, cujos municípios adotam o mesmo Sistema do estado, deverão seguir as mesmas recomendações que as escolas públicas, e deverão ser “autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação, em processo próprio, mediante cumprimento da legislação” (MATO GROSSO, 1998, p. 31). A autorização de funcionamento de escolas privadas de educação infantil e/ou ensino fundamental dos municípios que não aderiram ao Sistema Único de ensino, é de responsabilidade dos Conselhos municipais de educação. Vale ressaltar que no estado de Mato Grosso, somente 24 municípios possuem sistemas próprios de ensino, e 117 municípios seguem o Sistema estadual, de modo que tende a gerar uma sobrecarga ao Conselho estadual pela alta demanda.

Sobre o Ensino Fundamental, organizado em ciclos desde 2000, cujo ingresso nos anos iniciais se dá a partir dos sete anos de idade (alterado posteriormente em virtude da Lei complementar nº 11.274), conforme art. 32 da LDBEN 9.394/96, e reafirmado no art. 70 da LC

49/1998, fica sob responsabilidade também dos municípios em colaboração com os Estados. De acordo com a LDBEN 9.394/96, art. 211, § 3º: “aos estados, e Distrito Federal cabe, com prioridade, ofertar o ensino fundamental e ensino Médio” (BRASIL, 1996), porém esta última afirmação não se encontra especificada na LC 49/1998.

Importante ressaltar que na LC 49/1998, no capítulo II, o art. 10 se refere a gestão única “A adoção de gestão única por, pelo menos, 15% (quinze por cento) dos municípios, implicará na instituição do Sistema Único de Educação Básica, a ser definido em lei específica” (MATO GROSSO, 1998, p. 4).

Neto (2004, p. 64) define o Sistema Único⁴² como:

conjunto de elementos materiais e ideais, dimensionado como possibilidade real de se reorganizar o sistema educacional público, eliminando as redes estadual e municipal, por meio de uma gestão única e cooperada entre Estado, Municípios e as comunidades escolares.

De acordo com Neto (2004), o Sistema único se desenha como resultado de uma gestão também única, condensando as esferas estaduais, municipais e comunidades escolares. O Sistema único foi pauta no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014, já que é a primeira meta deste PEE que possui vigência até 2024, “META 1 - Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino[...]” (MATO GROSSO, 2014, p. 18).

Sobre o regime de colaboração entre a esfera estadual e a esfera municipal de ensino, cita-se o transporte escolar da zona rural, regulamentado pela Lei nº 8.469, de 07 de abril de 2006. Neste regime, o Estado em colaboração com os municípios oferta o transporte escolar para os alunos da esfera estadual que residem na área rural. Sobre o cálculo para este regime, está previsto no art. 3º desta mesma Lei que “os recursos do Governo do Estado serão repassados utilizando-se o critério da quantidade de quilômetro rodado em cada município para transportar os alunos da rede estadual de ensino, a ser definido em regulamento” (MATO GROSSO, 2006, p. 1). Os recursos utilizados para parte do custeio do transporte escolar derivam do Programa Nacional de Transporte escolar, como afirma o art. 4º, da Lei 8.469, “Os recursos do Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE serão repassados sempre pelos critérios que o Governo Federal vier a estabelecer” (MATO GROSSO, 2006, p. 1). Cada município deve custear o transporte escolar de seus alunos da esfera municipal.

⁴² Houve experiência de Sistema único no Estado em 1996. Segundo Seba (2020) a proposta envolvendo doze municípios não prosperou, pois, a comunidade, incluindo pais, alunos, professores e sociedade se organizaram para impedir a sua materialização.

Outra ação que se tem notícias sobre regime de colaboração no Estado de Mato Grosso, é “o compartilhamento das estruturas físicas das escolas” (NASCIMENTO, 2019). Algumas escolas da esfera municipal de ensino, em regime de colaboração, cedem o espaço físico para a esfera estadual, os regimes são regulamentados de acordo com critérios de cada município, juntamente com o estado. Em reportagem, a ex-secretária de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, afirma que até o ano de 2019, neste regime, havia 66 municípios colaborando com salas anexas para a esfera estadual (NASCIMENTO, 2019).

Nesta mesma reportagem, é citada a ação de reordenamento, que já havia sido colocado em prática desde 2018⁴³: “Em 2018 foi feito reordenamento em 17 municípios e a previsão para este ano (2019) é fazer em 29 municípios” (NASCIMENTO, 2019). Mais tarde, em 2020, tal processo se intensificou no estado de Mato Grosso com a publicação do Decreto nº 723, de 24 de novembro de 2020, prevendo a total municipalização dos anos iniciais do Ensino fundamental até o ano de 2027.

O reordenamento das escolas no estado acontece desde a cessão de “estruturas físicas de educação, incluindo a cessão de uso das atuais escolas aos municípios, transferência de alunos para outras unidades e entrega dos prédios alugados pela Secretaria de Estado de Educação (NASCIMENTO, 2019).

Ainda na pauta educacional de Mato Grosso, cita-se o Plano Estadual de Educação, PEE (2014-2024), o qual foi publicado dias antes do Plano Nacional de Educação, em 06 de junho de 2014, enquanto o PNE em 26 de junho de 2014, pela Lei nº 13.005/2014⁴⁴.

Em Mato Grosso, a Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014 - PEE foi aprovada no período em que o país se encontrava:

desprovido de um plano orientador da política educacional nacional, qual seja, no intervalo de tempo entre o término do PNE 2001-2010 e a aprovação do PNE 2014-2024, revelando desalinhamento temporal entre os planejamentos em nível nacional e estadual. (MENEZES; SOUZA, 2018, p. 621).

Apesar desse desalinhamento temporal, em ambos os Planos se verifica que as metas se aproximam em sua maioria. Porém, Mato Grosso possui metas ajustadas para o estado, como por exemplo, a meta um, referente ao Sistema Único de Ensino e a meta 13, que prevê apoio educacional à população indígena da região: “Atender a população indígena em todos os níveis de ensino, em 100% da demanda em idade apropriada até 2017” (MATO GROSSO, 2014, p.

⁴³ Ver mais em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7128>. Há registros de tentativas desse reordenamento desde o ano 2013, segundo Graça (2016, p. 139).

⁴⁴ Algumas metas desse Plano foram reelaboradas no ano de 2021.

35). Porém ao que refere a meta 13 do mesmo Plano, até o ano de 2019 ainda não havia dados de monitoramento sobre a mesma, segundo (SEBA, 2020)

Importante ressaltar que o estado de Mato Grosso, possui a Lei de gestão democrática, instituída pela Lei nº 7.040, de 1º de outubro de 1998, porém a mesma vem tendo sua essência democrática empobrecida em virtude de alguns fatos ocorrido em sua contramão, como por exemplo, Costa e Domiciano (2020, p. 3) afirmam que “desde 2016 a Secretaria Estadual de Educação do Estado determina a prorrogação de mandatos eletivos de diretores escolares, membros de Conselhos Deliberativos, coordenadores pedagógicos e de assessores pedagógicos”.

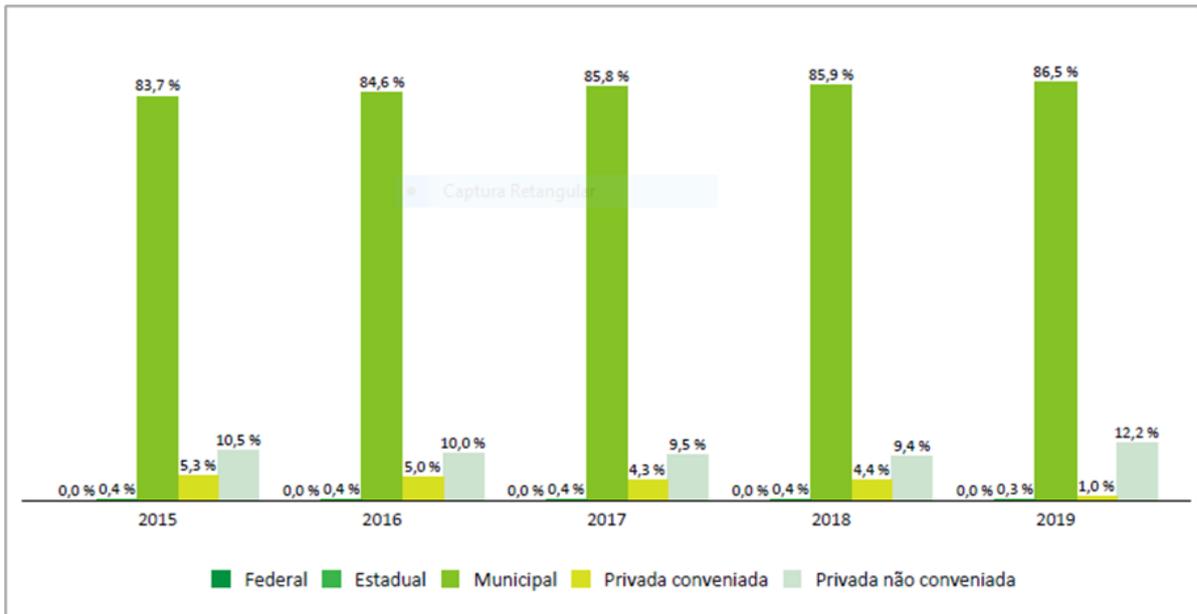
Tal ação realizada pela Secretaria Estadual de Educação destoa da sua própria Lei de gestão democrática, uma vez que, em seu artigo 4º prevê que “os diretores das escolas públicas estaduais e da rede que compõe a Gestão Única deverão ser indicados pela comunidade escolar de cada unidade de ensino, mediante votação direta” (MATO GROSSO, 1998, p. 1).

Sabe-se que no Brasil, segundo Paro (2003), há três formas de escolhas de diretores escolares das escolas públicas, sendo: indicação, concurso público/ou (processo seletivo) ou eleições diretas. Segundo o mesmo autor, a forma mais democrática dessas opções seria a eleição direta, já que conta com a participação de todos, assim “está fundamentada em seu caráter democrático” (PARO, 2003, p. 26).

Como se tais situações já não fossem graves o bastante, percebe-se que o Estado segue uma lógica não específica somente do Mato Grosso, mas de todo o Brasil; em 2019 a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI-281-1, de 05 de dezembro de 2019, determinada pelo Supremo Tribunal Federal, considera inconstitucional a eleição direta de gestores escolares, tantos nas esferas municipal, estadual e federal.

Quanto ao atendimento educacional no Estado de Mato Grosso, período de 2015-2019, apresenta-se os dados gerais tanto da esfera estadual, como municipal e privada. Porém esta dissertação se detém em abordar o atendimento principalmente da Educação Infantil e Ensino Fundamental, uma vez que são etapas constitucionalmente sob responsabilidade dos municípios.

Figura 1 - Matrículas na Educação Infantil por dependência administrativa – Mato Grosso, 2015-2019

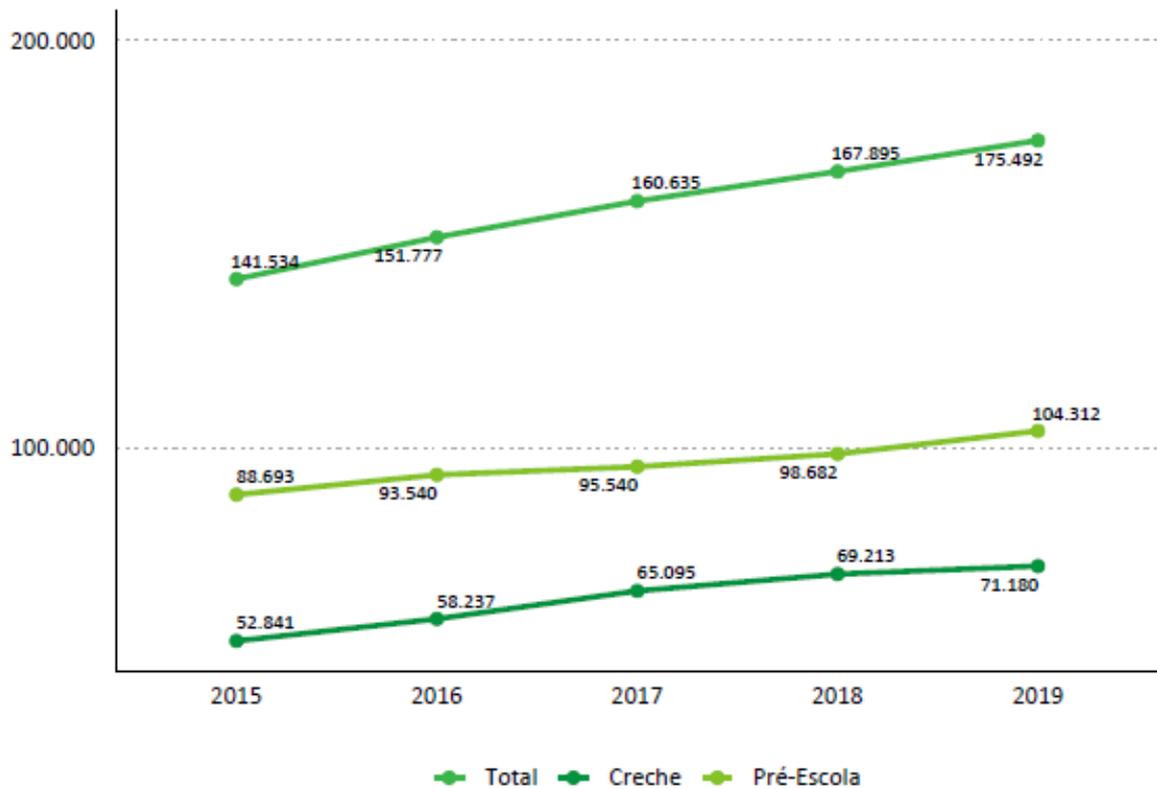


Fonte: Elaborado pelo INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica de Mato Grosso - 2020, p. 20.

A Figura 1 ilustra que o maior percentual de matrículas na Educação Infantil no estado de Mato Grosso é atendido pela esfera municipal, tendo apresentado crescimento de 2,8% em 2019, em relação ao ano de 2015. Este atendimento pela esfera particular é consideravelmente baixo em relação à esfera municipal de ensino, apesar que a esfera privada também apresentou aumento no percentual de 1,7% na série histórica de 2015 a 2019. Nesta etapa, a esfera estadual não apresenta participação de atendimento.

Quando ao atendimento às etapas da Educação infantil, creche e pré-escola, em Mato Grosso, observa-se a Figura 2.

Figura 2 – Número de matrículas na Educação Infantil segundo a etapa de ensino – Mato Grosso, 2015-2019

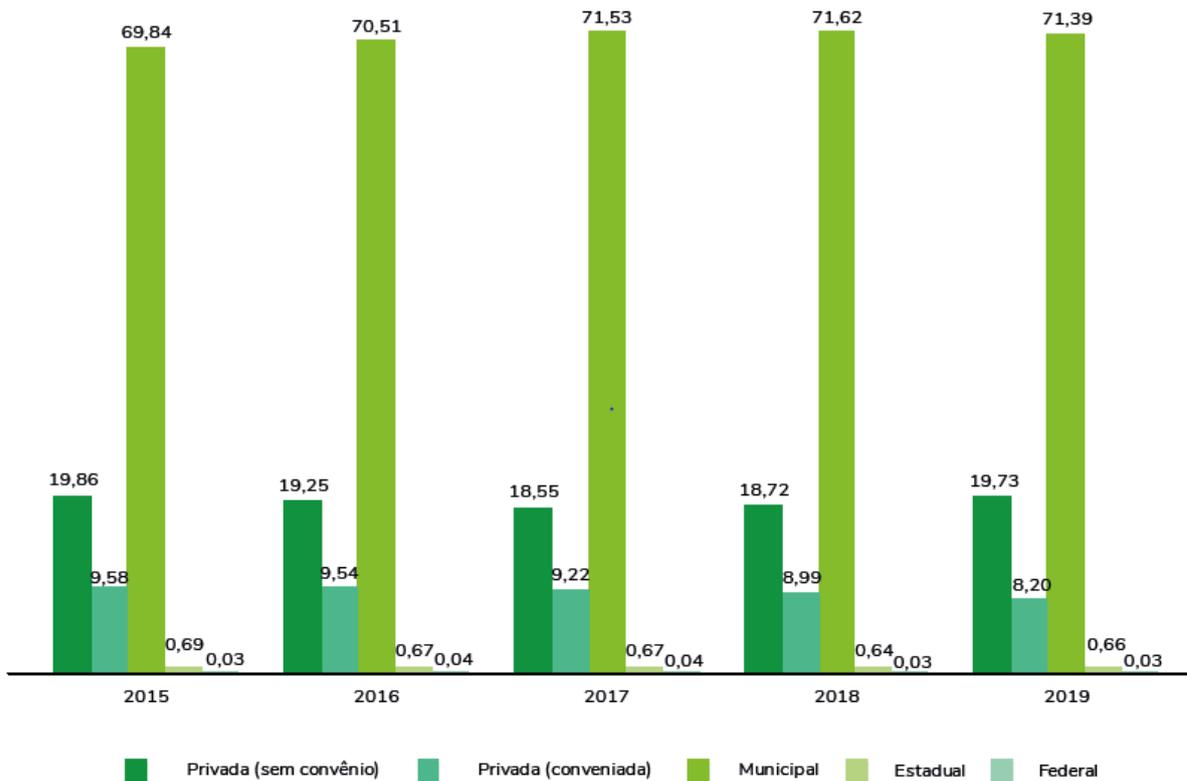


Fonte: INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica, 2020, p. 20.

O percentual de matrículas na educação infantil mato-grossense aumentou 24% em 2019, se comparado ao ano de 2015, atingindo total de 175.492 matrículas. Atribui-se esse crescimento principalmente pelo aumento das matrículas da creche.

Relacionando esses dados mato-grossenses aos dados a nível nacional nota-se que o crescimento aconteceu praticamente na mesma proporção, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Matrículas da Educação Infantil por dependência administrativa - Brasil, 2015-2019

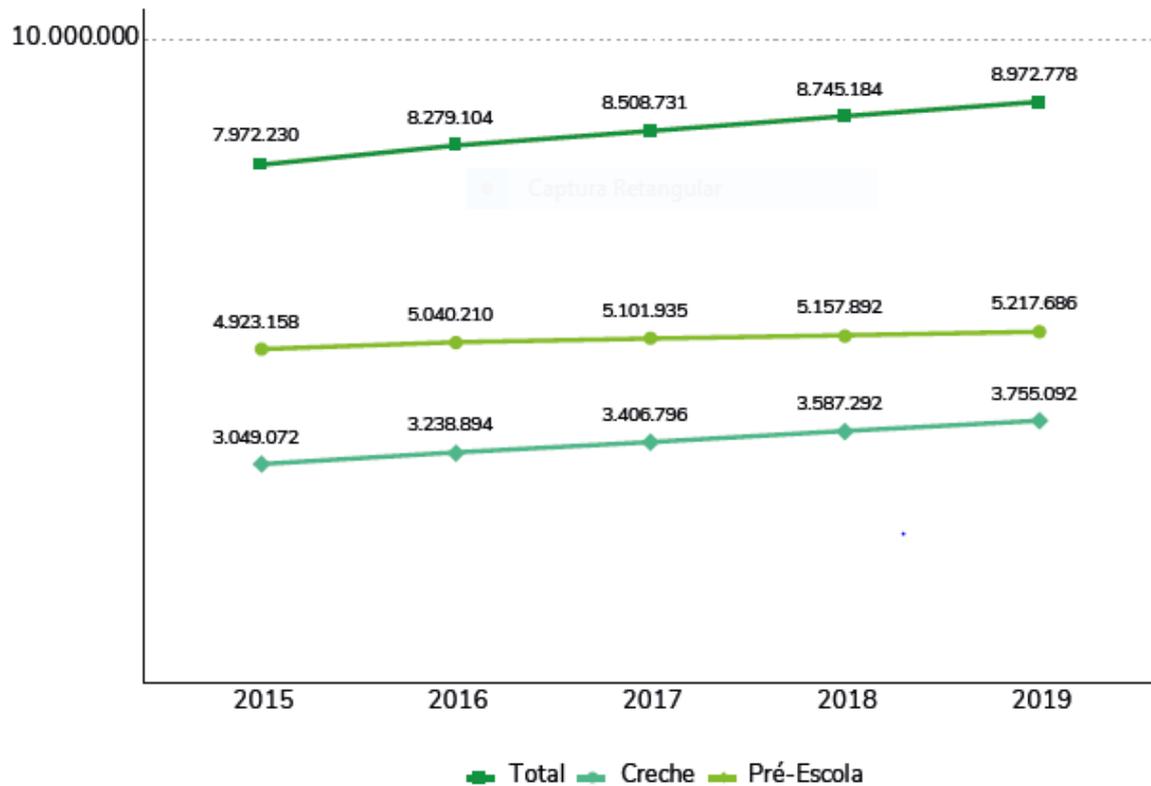


Fonte: Elaborado pelo INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica – Brasil. 2020, p. 22.

No cenário nacional é também a esfera municipal de ensino quem possui o maior percentual de matrículas para a educação infantil, seguido da esfera particular. O estado também não possui participação nesse atendimento.

Quanto ao detalhamento dessas matrículas para creche e pré-escola, observa-se os dados a seguir:

Figura 4 - Matrículas de creche e pré-escola, Brasil, 2015-2019

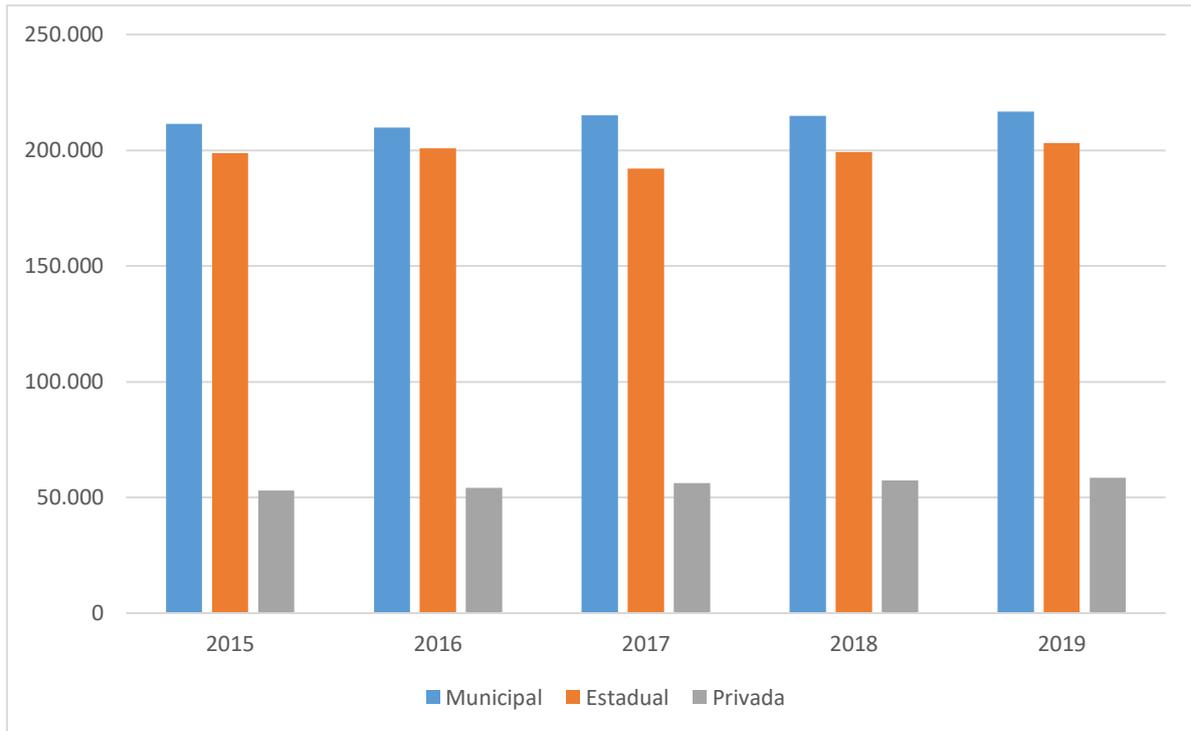


Fonte: INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica – Brasil. 2020, p. 22.

Assim como também apontado nos dados para Mato Grosso, a creche no cenário nacional apresentou significativo salto em seu percentual de matrícula. Segundo o INEP (2020, p. 21) “Enquanto o total de matrículas da pré-escola apresentou uma alta de 6%, o da creche aumentou 23,2% de 2015 a 2019”.

Sobre o ensino fundamental, esta etapa de escolaridade também compete aos municípios. Observe os dados a seguir.

Gráfico 1 - Matrículas do Ensino Fundamental por dependência administrativa, Mato Grosso, 2015-2019.

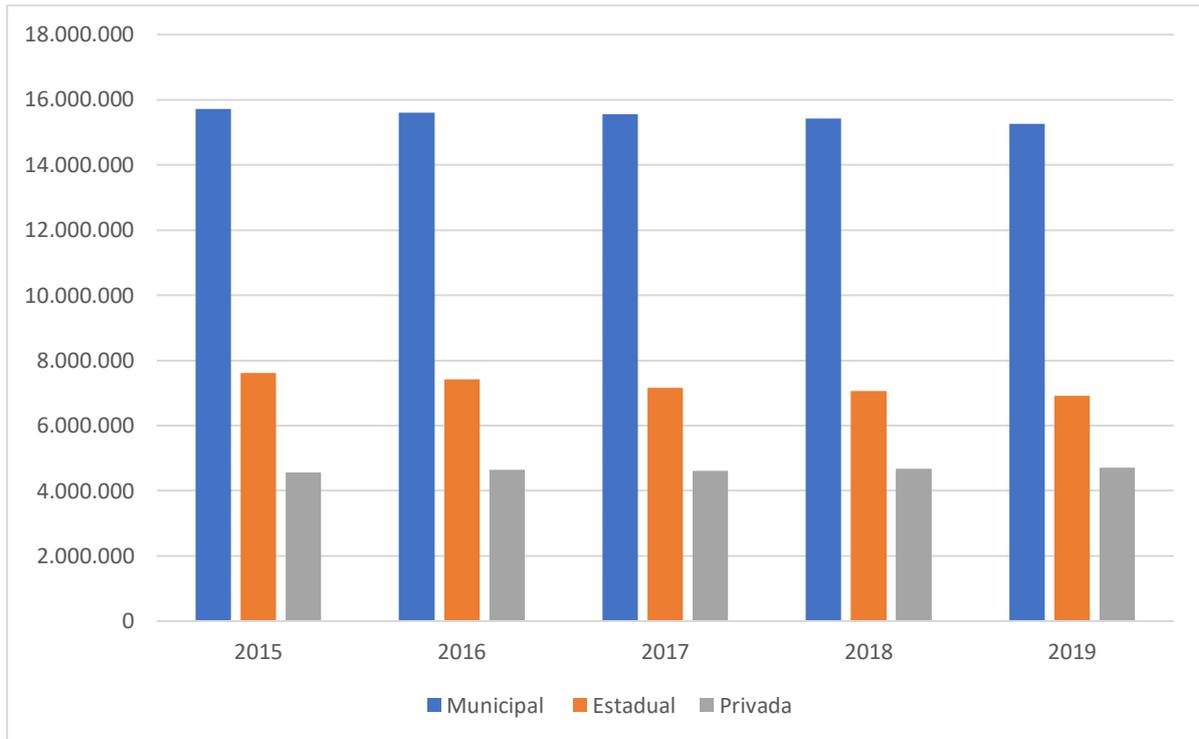


Fonte: A autora, com base em dados de matrículas do Laboratório de Dados Educacionais - LDE, (2015-2019).

O Gráfico 1 ilustra que os municípios ainda possuem o maior percentual de atendimento também para o Ensino Fundamental, seguido da esfera estadual. A esfera privada de ensino apresentou uma leve elevação de matrículas para esta etapa de escolaridades, uma vez que, em 2015, registrou 52.927 matrículas e, em 2019, o número alcançou 58.415.

Sobre tais dados ressalta-se as análises de Pinto (2018), ao demonstrar que, no cenário brasileiro, os municípios acabam recebendo menor repasse de subsídios públicos para financiamento da educação, porém é esta a esfera que mais atende os alunos da educação básica em relação à esfera estadual de ensino.

Gráfico 2 - Matrículas do Ensino fundamental por dependência administrativa, Brasil, 2015-2019.



Fonte: A autora, com base em dados de matrículas do Laboratório de Dados Educacionais - LDE, (2015-2019).

O Gráfico 2 ilustra que realmente é a esfera municipal de ensino que detém o maior percentual de matrículas do Ensino Fundamental em relação à esfera estadual, na série histórica de 2015 a 2019, para o cenário nacional. Para o Ensino Fundamental a esfera privada apresenta atendimento bem menor em relação às outras; ainda que, ao contrário das outras esferas que apresentaram pequeno declínio, a esfera privada apresentou acréscimo de suas matrículas, em 2015 sua marca era de 4.570.237 matrículas, já em 2019 registrou 4.717.106 matrículas.

Sobre o número de escolas que atendem a Educação infantil no Estado de Mato Grosso, demonstra-se a seguir o percentual dessas unidades por dependência administrativa.

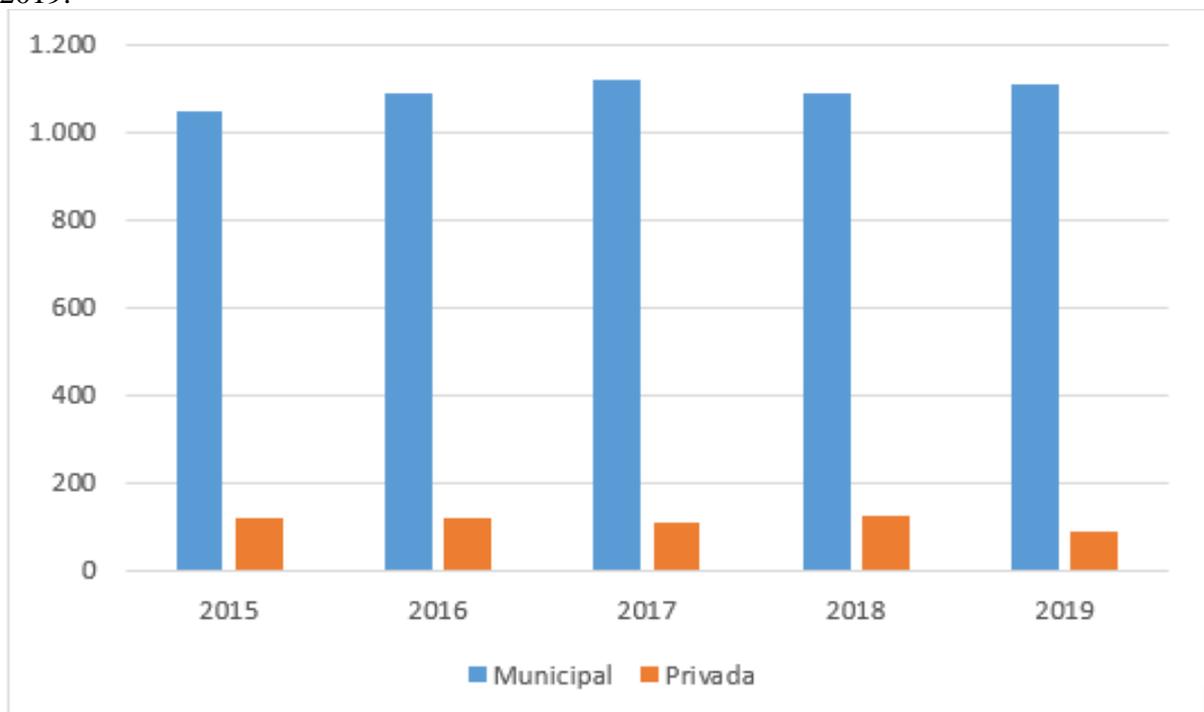
Figura 5 - Escolas de Educação infantil em Mato Grosso, 2015-2019



Fonte: INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica de Mato Grosso, 2020, p. 22.

Observa-se evolução das escolas que ofertam Educação Infantil em Mato Grosso: “ao longo dos últimos cinco anos o número de escolas que oferecem pré-escola aumentou 4,8%, enquanto o número de escolas que oferecem creche aumentou 14,0%” (INEP, 2020, p. 56).

Gráfico 3 - Escolas de Educação Infantil por dependência administrativa – Mato Grosso, 2015-2019.

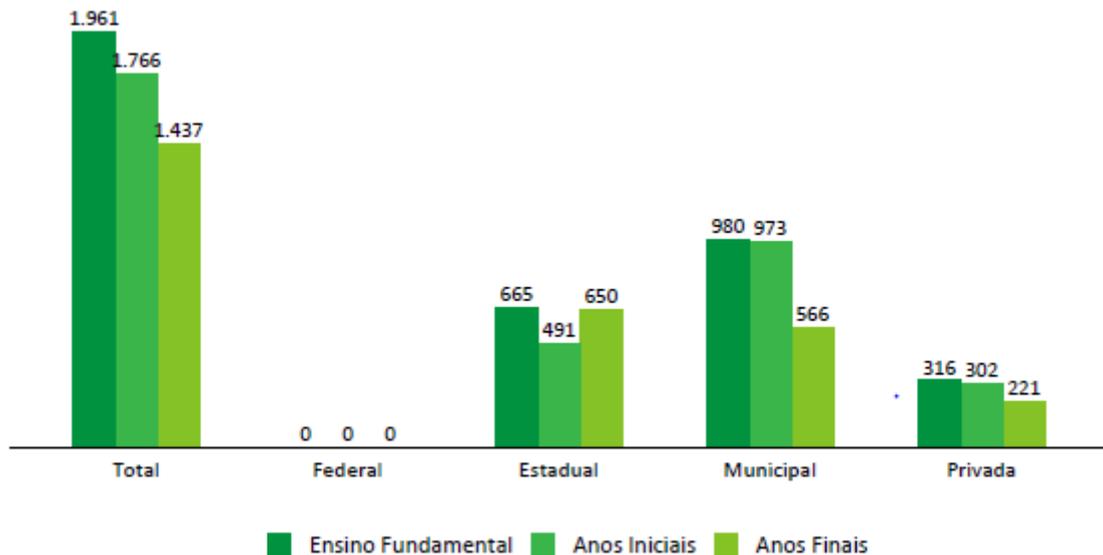


Fonte: A autora, com base em dados referentes às escolas do Laboratório de Dados Educacionais-LDE, (2015-2019).

No gráfico acima observa-se que o número de escolas que ofertam a Educação Infantil em Mato Grosso, em 2019, registrou aumento se comparado ao ano de 2015, tendo aumentado um total de 62 escolas. Na esfera particular, esse número diminuiu, apesar de o atendimento ter aumentado, conforme demonstrado anteriormente; em 2015 eram 117 escolas, já em 2019 as unidades diminuíram para 89.

Quanto ao número de escolas do Ensino Fundamental em Mato Grosso, observa-se a Figura 6.

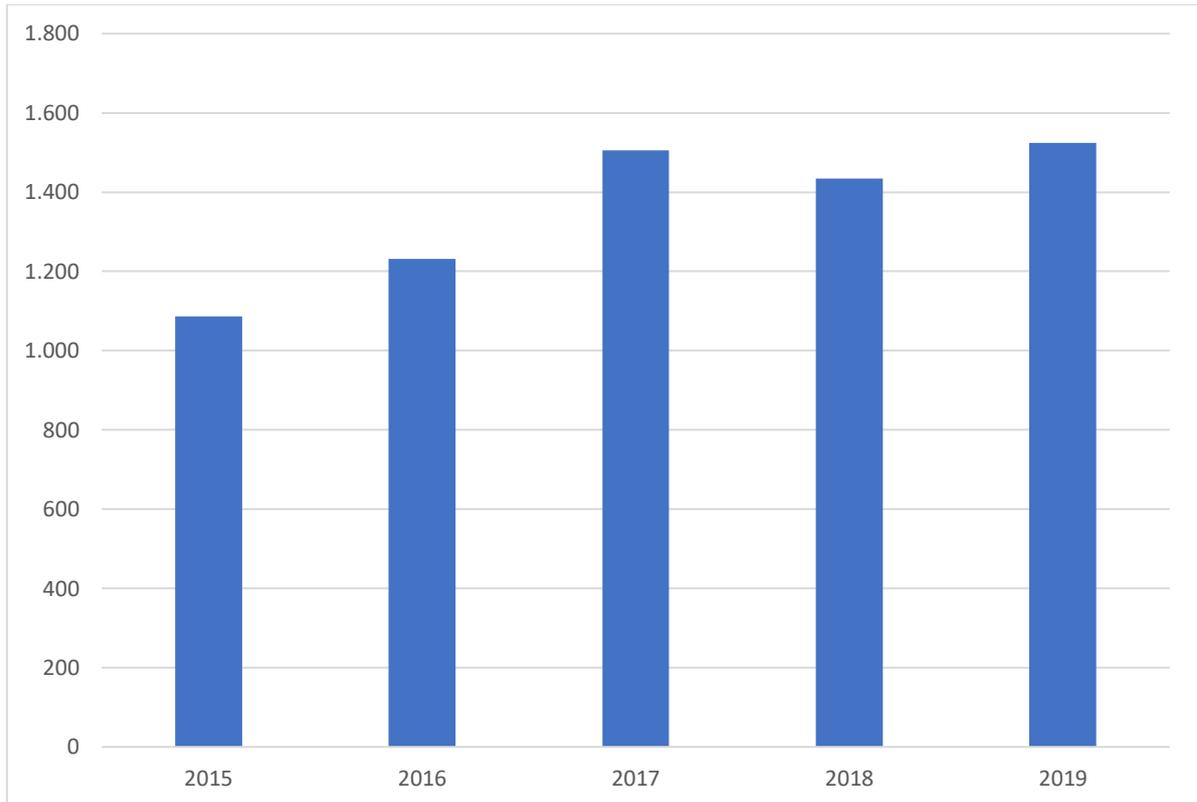
Figura 6 - Escolas de Ensino Fundamental em Mato Grosso, 2015-2019



Fonte: INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica, 2020, p. 57.

Como ilustrado na Figura 6, as escolas que mais atendem o Ensino Fundamental em Mato Grosso, estão na esfera municipal de ensino, “responsável pela oferta em 980 escolas, ou seja, (50,0%) do total” (INEP, 2020, p. 58), assim como em todo o Brasil. Oportuno destacar que, com o reordenamento do ensino em Mato Grosso, muitas escolas da esfera municipal podem ofertar salas anexas para o funcionamento de turmas de alunos da esfera estadual e vice e versa, porém mesmo nestes casos, as matrículas se mantêm na esfera estadual de ensino.

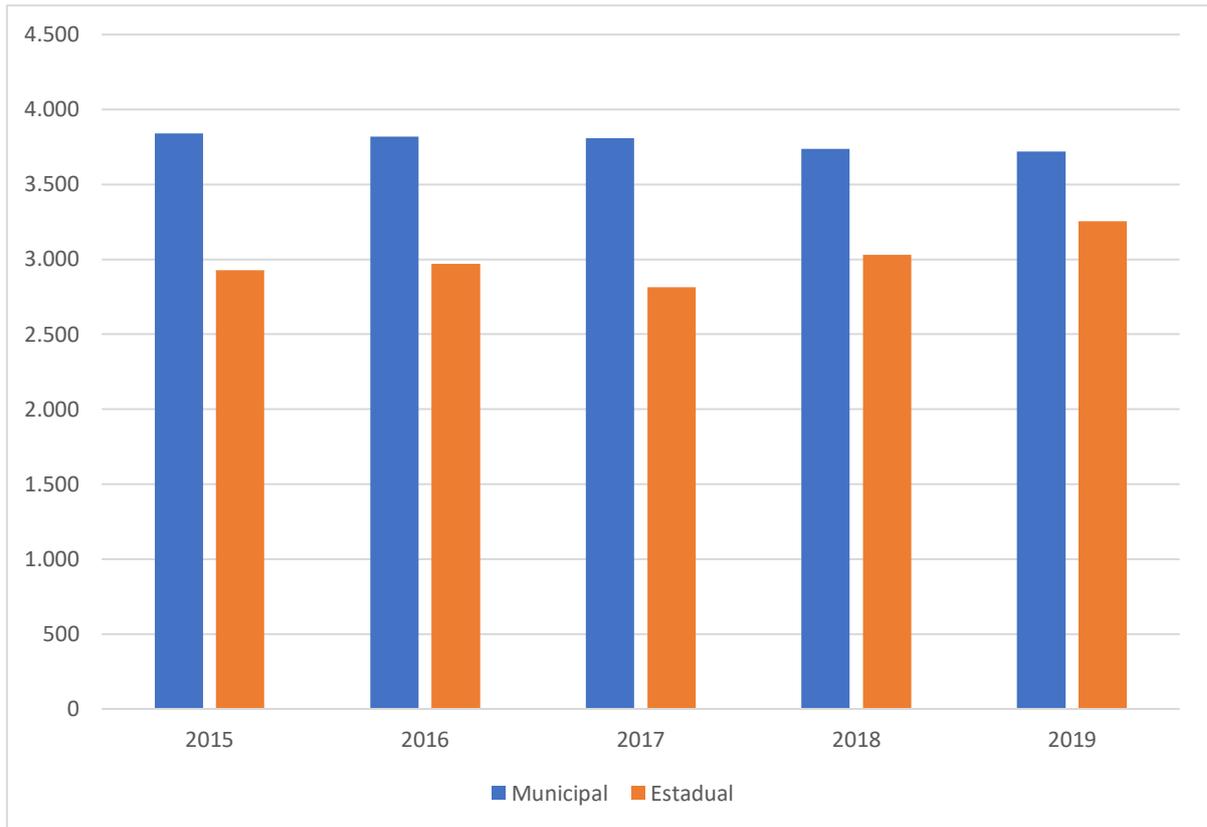
Mato Grosso possui algumas especificidades, como por exemplo, uma considerável área indígena, já que sua ocupação inicial se deu pelos indígenas que habitavam essa região, cujos dados de matrículas serão apresentados a seguir:

Gráfico 4 - Matrículas de indígenas na Educação Infantil, Mato Grosso, 2015-2019.

Fonte: A autora, a partir de dados de matrículas do Laboratório de Dados Educacionais - LDE, (2015-2019).

Para estas matrículas na Educação infantil, não se encontrou registros de atendimento pela esfera estatual e nem pela esfera privada de ensino. As identificações coletadas no Laboratório de Dados Educacionais, indicam que essa oferta acontece apenas na esfera municipal. Os dados demonstram uma crescente neste tipo de atendimento na série histórica entre 2015-2019, uma vez que, em 2015, o atendimento somava 1.087 matrículas e, em 2019, somavam-se 1.525.

Gráfico 5 - Matrículas de indígenas para o Ensino Fundamental, Mato Grosso, 2015-2019.

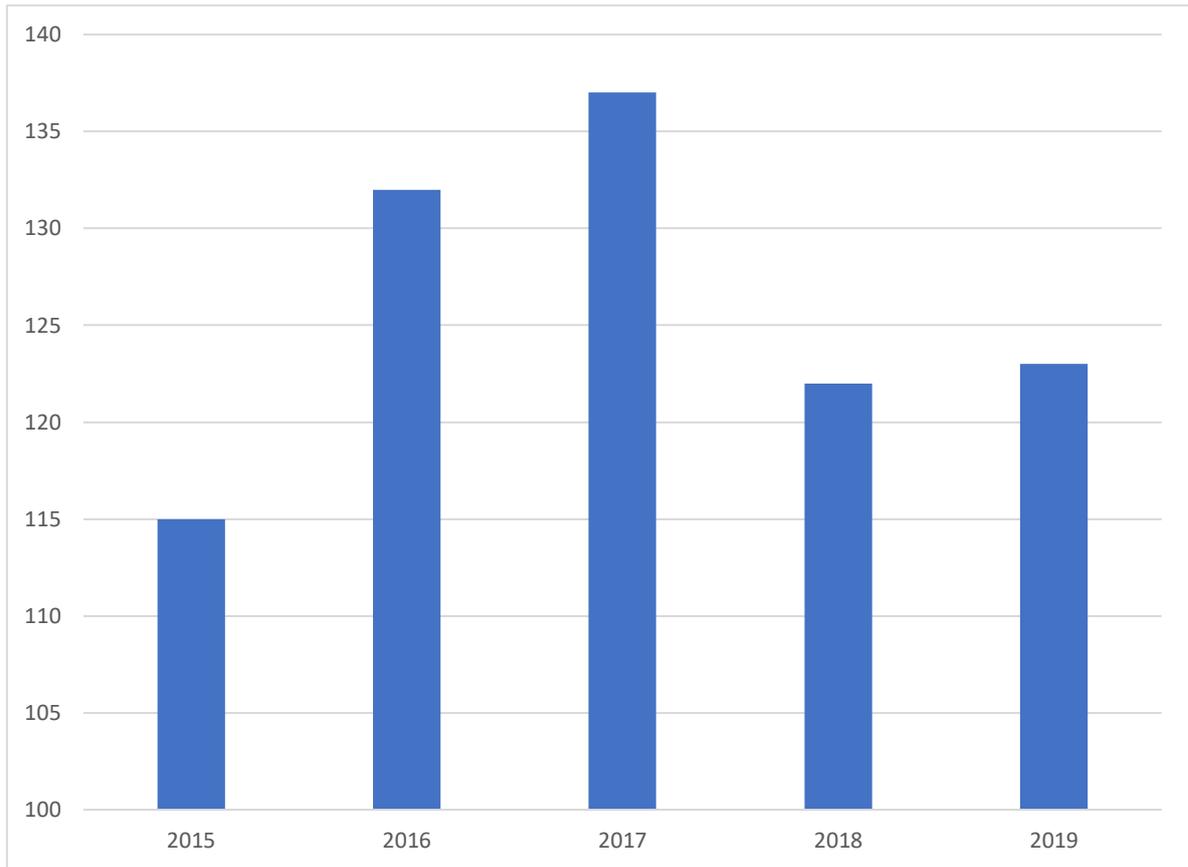


Fonte: A autora, de acordo com dados de matrículas do Laboratório de Dados Educacionais - LDE, (2015-2019).

Já para o Ensino Fundamental, já se identifica a oferta também na esfera estadual de ensino, neste caso, é a esfera municipal que detém o maior percentual em relação à esfera estadual de ensino, apesar que a esfera municipal decaiu um pouco seu atendimento, pois no ano de 2015 apresentou o número de 3.839 matrículas, já em 2019 apresentou o total de 3.718 matrículas para o Ensino Fundamental. A esfera estadual, em 2015, registrou 2.929 matrículas, e em 2019, 3.255 matrículas, ou seja, ambas as esferas diminuíram o número de atendimento para os indígenas no Ensino Fundamental nessa série histórica.

Quanto às unidades escolares em terras indígenas que ofertam Educação Infantil em Mato Grosso, observa-se os dados a seguir:

Gráfico 6 - Escolas em terras indígenas ofertantes de Educação infantil em Mato Grosso, 2015-2019.

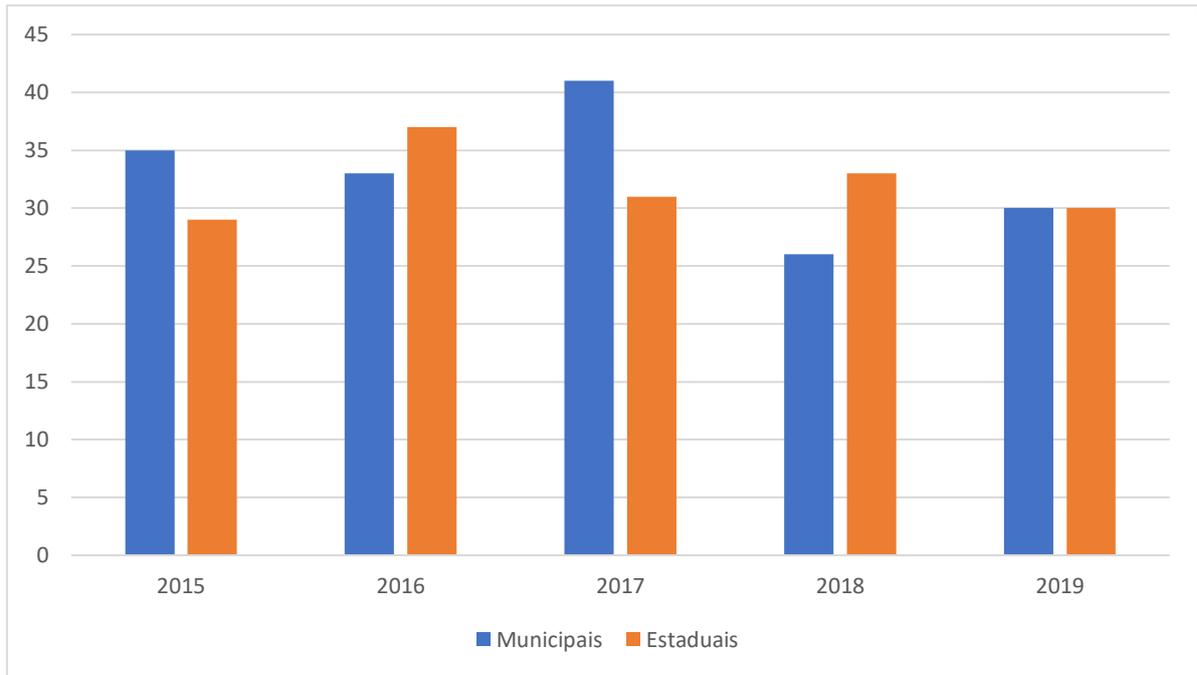


Fonte: A autora, com base em dados sobre escolas do Laboratório de Dados Educacionais - LDE, (2015-2019).

Vê-se que o número de escolas indígenas que ofertam Educação Infantil em Mato Grosso oscilou bastante desde 2015, quando possuía 115 unidades escolares; em 2017 apresentou maior concentração de unidades de atendimento, com 137 no total; após decaiu, e em 2019 se demonstrou com 123 unidades escolares. Ao se relacionar o quantitativo de matrículas de indígenas na Educação Infantil e seus respectivos números de unidades escolares para o período relacionado, observa-se que as matrículas aumentaram enquanto as unidades escolares diminuíram, ou seja, mais crianças para poucas salas de aula.

Quanto às unidades escolares que atendem alunos em terras indígenas em Mato Grosso no Ensino Fundamental, observa-se os dados do gráfico a seguir.

Gráfico 7 - Escolas em terras indígenas de Ensino Fundamental, 2015-2019.



Fonte: A autora, com base em dados sobre escolas do Laboratório de Dados Educacionais - LDE, (2015-2019).

De acordo com os dados ilustrados acima, em 2015 havia mais escolas municipais com matrículas indígenas, havendo uma oscilação do atendimento entre 2016 a 2018, já em 2019 o número de unidades escolares que atendem o Ensino Fundamental indígena se equipara ao atendimento da esfera estadual de ensino, apesar de que, também para essa especificidade, o maior número de matrículas ainda se concentra na esfera municipal de ensino.

Sabe-se que o atendimento à educação pública pode sofrer influências a depender dos rumos das políticas públicas adotadas pelos governos. Diante disso, a seguir, ilustra-se alguns desses rumos que vem percorrendo o estado de Mato Grosso.

3.3 - A presença de organizações privadas na educação pública estadual de Mato Grosso.

O atendimento da educação pública ofertada pelo governo estadual de Mato Grosso também pode ser adensado quando se analisa a incidência de organizações privadas na implantação de políticas educacionais, condição que pode ser observada na Figura 7, resultante de pesquisa realizada pelo GREPPE para o período de 2005 a 2015. Ressalta-se que o referido mapeamento considerou somente a esfera estadual de ensino do estado de Mato Grosso.

Figura 7 - Total de programas por ano de início e dimensão de incidência em Mato Grosso-2005-2015.



Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/CNPQ-FAPESP.

Como ilustra a figura 7, foram identificados no estado, vários programas de privatização, sendo a dimensão do currículo a que houve maior incidência, justamente a dimensão que esta dissertação se propõe a investigar. Em seguida, identificou-se um misto entre privatização da gestão e do currículo, principalmente nos anos de 2007 e 2008. Vale salientar que a pesquisa mencionada teve uma segunda fase, intitulada “mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018): atores, programas e consequências para a educação pública”, coordenada pela Prof^a Dr^a Theresa Adrião (GREPPE/UNICAMP)” (DOMICIANO, 2021, p. 222).

Domiciano (2021, p. 223) demonstra alguns “programas e atores privados localizados no estado de Mato Grosso, adotados pela Secretaria Estadual de Educação, Esporte e Lazer (SEDUC), no período de 2005 a 2018”. A autora, com base em dados do mapeamento, demonstra que desde 2005 até o ano de 2018 foram identificados 20 programas de privatização na educação estadual de Mato Grosso, como ilustrado no quadro da Figura a seguir.

Figura 8 - Número de programas nas dimensões oferta, gestão e currículo no estado de Mato Grosso: natureza das instituições, público-alvo e etapa de escolaridade, (2005 – 2018)

Dimensão	Número de Programas	Número de Instituições privadas envolvidas	Natureza prevaiente das instituições (%)	Público-alvo prevaiente (%)	Etapa de ensino prevaiente (%)
Oferta	1	1	Associação - 100%	Professores, gestores, funcionários - 33,3% cada	Sem informação
Gestão	7	32	Empresa - 48%	Professores e Gestores - 31% cada	Ensino Fundamental - 43%
Currículo	12	18	Empresa e Instituto - 39% cada	Estudantes - 64%	Ensino Fundamental - 75%

Fonte: Domiciano (2021, p. 232), a partir de Adrião (coord.). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/CNPQ- FAPESP.

Sobre atores privados na esfera municipal de ensino no estado de Mato Grosso, através do levantamento bibliográfico mencionado na metodologia desta dissertação, localizou-se um trabalho que investigou o município de São José dos Quatro Marcos. Discussão que será levada em consideração na seção quatro, por se tratar especificamente de adoções de Sistemas Privados de Ensino em município mato-grossense.

3.4 - Os municípios mato-grossenses

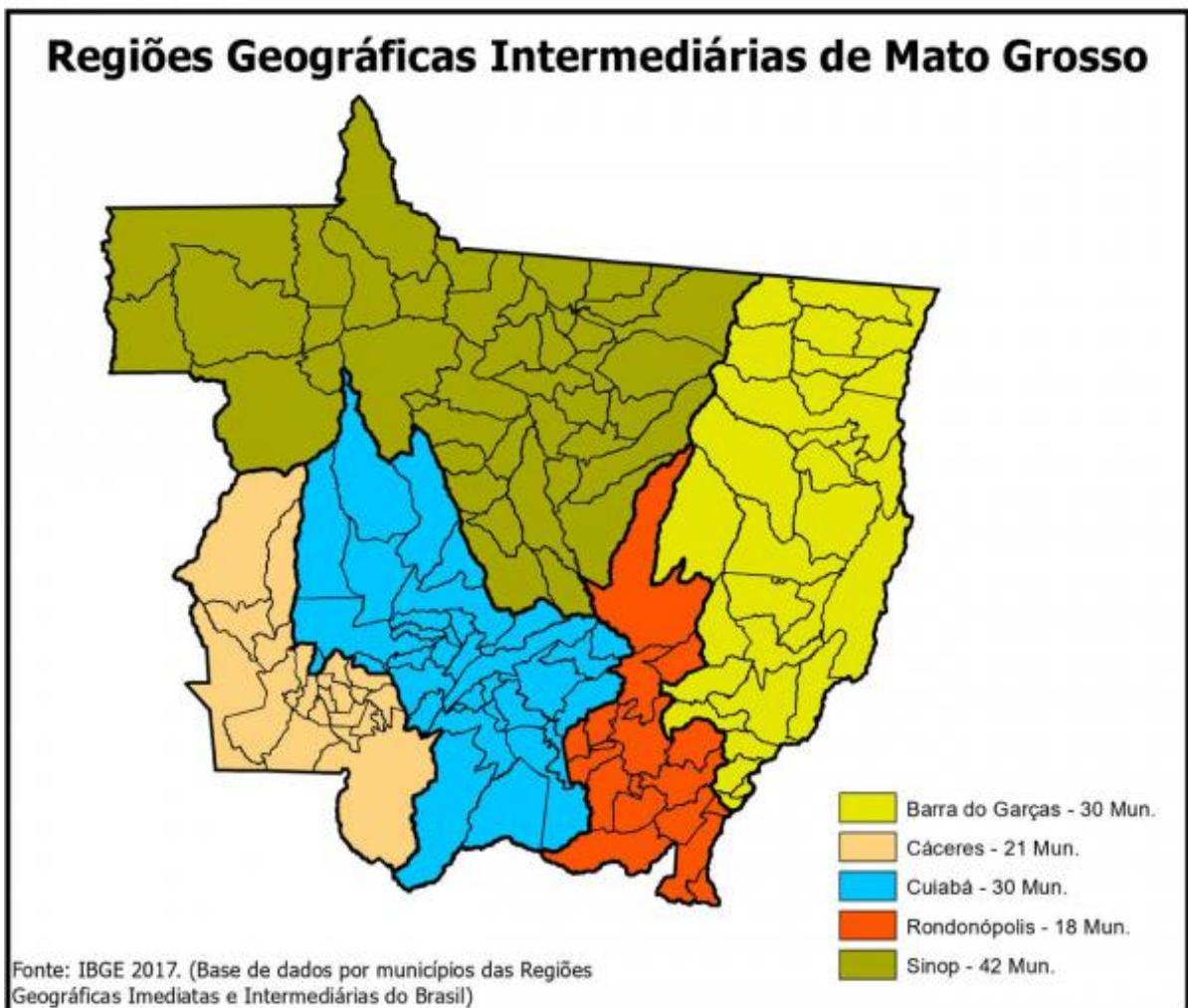
Apresenta-se as subdivisões do território mato-grossense, segundo dados do IBGE, a partir do ano de 2017; as nomenclaturas e formas de subdivisões em todos os estados brasileiros, a partir de 2017 sofreram modificações⁴⁵. O que antes eram conhecidas como mesorregiões, passaram a ser denominadas como Regiões Intermediárias. Assim as antigas regiões norte, nordeste, sudeste, sudoeste e centro sul de Mato Grosso, passaram a se denominar de região

⁴⁵ De acordo com o IBGE (2017) a ação foi necessária para descrever melhor o quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos no território nacional desde a última versão publicada na década de 1990.

intermediária de Sinop, Cuiabá, Cáceres, Barra do Garças e Rondonópolis. Já as antigas Microrregiões passaram a ser nomeadas Regiões Imediatas, totalizando 18 no estado de Mato Grosso.

A Figura 9 ilustra a maneira pela qual as cinco regiões intermediárias do estado se apresentam. Vê-se uma maior concentração de municípios na região de Sinop, possuindo quarenta e dois municípios e menor concentração na região de Rondonópolis, composta por dezoito municípios.

Figura 9 - Mapa com as regiões intermediárias de Mato Grosso.



Fonte: Plano Estadual de Resíduos Sólidos/MT (PERS, s/d), com base em dados do IBGE (2017).

Como não há condições de se referir a todos os 141 municípios do estado de Mato Grosso, separadamente, cita-se somente alguns de maior destaque em cada região intermediária, principalmente levando-se em consideração o diálogo com a temática a qual esta pesquisa se propõe.

Inicia-se com a região intermediária de Cuiabá, que é composta por três regiões imediatas e possui, entre seus trinta municípios, a capital do estado, Cuiabá, que dá nome à região. Cuiabá é a cidade mais populosa do estado, possuindo 618.124 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2020).

De acordo com os dados do mesmo Instituto, na capital, o setor econômico que recebe maior destaque é o setor da indústria, porém, além do setor da indústria, o setor do comércio também demonstra evidência. Adensando a tais ênfases, cita-se a área denominada Distrito Integrado Industrial e Comercial de Cuiabá⁴⁶ que parece colaborar com a predominância dos setores mencionados na capital mato-grossense.

Outro município de destaque nesta região intermediária, segundo o Relatório do Núcleo de Extensão e Pesquisas Econômicas e Contábeis (NEPEC, 2011), realizado em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso, a indústria é o setor que se sobressai também no município de Tangará da Serra. Segundo dados do IBGE (2019), este município ainda possui predominância econômica para a indústria e, também, para o setor da agropecuária.

Tangará da Serra possui um Plano de Incentivo à novas empresas, o que parece ter atraído alguns investimentos importantes, regulamentado através da Lei Municipal nº 3.445, de 27 de outubro de 2010, e que veio sofrendo alterações em seu texto inicial pela Lei nº 10.932, de 23 de agosto de 2019, porém mantendo os incentivos iniciais.

Entre tais incentivos: doação de terreno e isenção dos impostos municipais. Além disso, assim como válido para todo o estado, cita-se o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), criado pela Lei estadual nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que isenta o Imposto de circulação de mercadorias e serviços - ICMS das novas indústrias que se instalarem nessa região (NEPEC, 2011). Os incentivos previstos no PRODEIC em seu art. 2º são:

I - apoio à realização de projetos de iniciativa do setor público e privado, nas seguintes modalidades: a) concessão de incentivos fiscais; b) concessão de empréstimos e financiamentos; c) participação acionária; d) prestação de garantias; e) outras formas de assistência financeira; II - apoio institucional e financeiro a projetos públicos e privados, relativos a ações que visem a amparar e a estimular o desenvolvimento, nas áreas de: a) ciência e tecnologia; b) infraestrutura; c) formação e treinamento de mão-de-obra especializada; d) promoção de investimentos e divulgação; e) realização de feiras, exposições e outros eventos da espécie; f) outras ações. (PRODEIC, 2003, p. 02).

⁴⁶ Implantado em 1978 através da Lei nº 3.864, de 06 de junho 1977, pelo governador da época, José Garcia Neto, do antigo partido Arena. José Garcia foi engenheiro civil, e “a promessa do local era que fosse específico para abrigar as indústrias de diversos segmentos que chegassem à cidade” (SEDEC, 2008).

Quadro 4 - Distribuição dos municípios da região intermediária de Cuiabá pelas regiões imediatas.

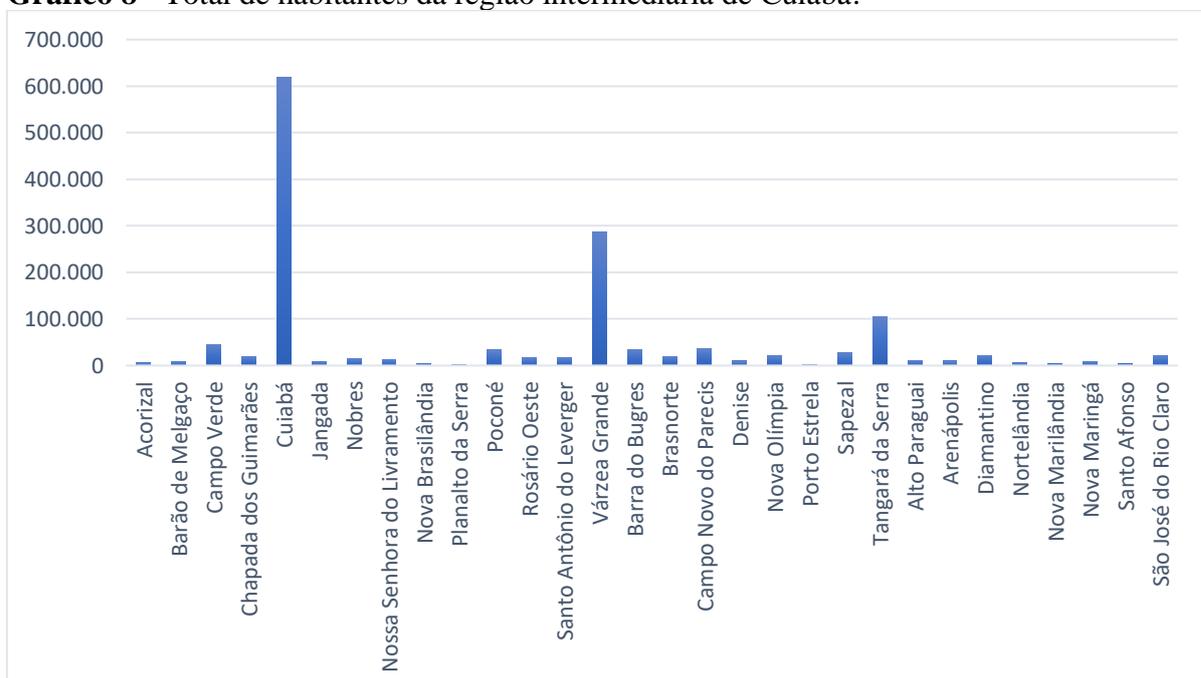
Regiões imediatas		
Cuiabá (510001)	Tangará da Serra (510002)	Diamantino (510003)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Acorizal 2. Barão de Melgaço 3. Campo Verde 4. Chapada dos Guimarães 5. Cuiabá 6. Jangada 7. Nobres 8. Nossa Senhora do Livramento 9. Nova Brasilândia 10. Planalto da Serra 11. Poconé 12. Rosário Oeste 13. Santo Antônio do Leverger 14. Várzea Grande 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Barra do Bugres 2. Brasnorte 3. Campo Novo do Parecis 4. Denise 5. Nova Olímpia 6. Porto Estrela 7. Sapezal 8. Tangará da Serra 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alto Paraguai 2. Arenópolis 3. Diamantino 4. Nortelândia 5. Nova Marilândia 6. Nova Maringá 7. Santo Afonso 8. São José do Rio Claro
Total:	30 municípios	

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE cidades (2017; 2019).

A região intermediária de Cuiabá possui três regiões imediatas, compostas por 30 municípios, sendo a região imediata que possui a maior concentração de municípios a região imediata de Cuiabá, com 14.

O número de habitantes desta região é variado, como se demonstra no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Total de habitantes da região intermediária de Cuiabá.



Fonte: A autora, com base em estimativa populacional do IBGE para 2020.

Nesta região intermediária de Cuiabá, o município mais populoso é a própria capital, com 618,24 habitantes, e o município com menor população é Planalto da Serra, com 2.649 habitantes. Esta região intermediária é composta por municípios em sua maioria na faixa populacional abaixo dos 100 mil habitantes, exceto os municípios de Várzea Grande, Tangará da Serra e a própria capital Cuiabá, como já mencionado.

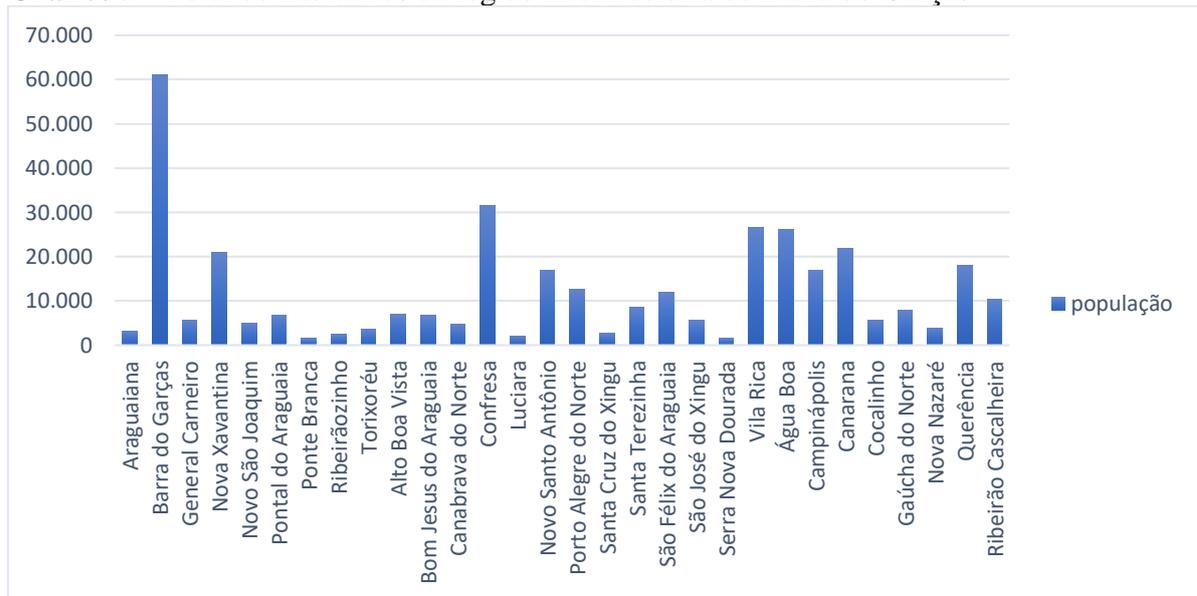
Similarmente à região intermediária de Cuiabá, a intermediária de Barra do Garças é composta por três regiões imediatas e trinta municípios. Esta região faz divisa com o estado de Tocantins, e segundo o IBGE (2019), sua principal atividade econômica é pecuária e produção de bovinos. A economia de alguns municípios desta região, principalmente a do município de Barra do Garças, baseia-se no “turismo e agricultura, com destaque para a produção de soja, arroz e milho” (BARRA DO GARÇAS, 2020). É nesta região que se localiza o parque indígena do Xingú, onde residem dezesseis etnias indígenas⁴⁷.

Quadro 5 - Distribuição dos municípios da região intermediária de Barra do Garças pelas regiões imediatas.

Barra do Garças (510013)	Confresa-Vila Rica (510014)	Água Boa (510015)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Araguaiana 2. Barra do Garças 3. General Carneiro 4. Nova Xavantina 5. Novo São Joaquim 6. Pontal do Araguaia 7. Ponte Branca 8. Ribeirãozinho 9. Torixoréu 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alto Boa Vista 2. Bom Jesus do Araguaia 3. Canabrava do Norte 4. Confresa 5. Luciara 6. Novo Santo Antônio 7. Porto Alegre do Norte 8. Santa Cruz do Xingu 9. Santa Terezinha 10. São Félix do Araguaia 11. São José do Xingu 12. Serra Nova Dourada 13. Vila Rica 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Água Boa 2. Campinápolis 3. Canarana 4. Cocalinho 5. Gaúcha do Norte 6. Nova Nazaré 7. Querência 8. Ribeirão Cascalheira
Total:	30 municípios	

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2017; 2019).

⁴⁷ Ver mais em Parque indígena do Xingú: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3908>, as etnias: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamaiurá, Kawaiwete, Kisédjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Tapayuna, Trumai, Wauja, Yawalapiti e Yudja.

Gráfico 9 - Total de habitantes da região intermediária de Barra do Garças.

Fonte: A autora, com base em estimativa do IBGE para 2020.

A região intermediária de Barra do Garças é composta, em sua maioria, por municípios com população abaixo dos 50 mil habitantes, exceto Barra do Garças, com 61.135 habitantes. O município com menor população desta região é o município de Ponte Branca, com 1.550 habitantes.

Sobre a região intermediária de Cáceres, a mesma é composta por três regiões imediatas e vinte e um municípios; a parte oeste dessa região faz fronteira com o país da Bolívia e, ao sul, com o estado do Mato Grosso do Sul.

Quadro 4 - Distribuição dos municípios da região intermediária de Cáceres pelas regiões imediatas.

Regiões imediatas		
Cáceres (510004)	Pontes e Lacerda-Comodoro (510005)	Mirassol d` Oeste (510006)
1. Cáceres 2. Curvelândia 3. Lambari d'Oeste 4. Rio Branco 5. Salto do Céu	1. Campos de Júlio 2. Comodoro 3. Conquista d'Oeste 4. Nova Lacerda 5. Pontes e Lacerda 6. Vale de São Domingos 7. Vila Bela da Santíssima Trindade	1. Araputanga 2. Figueirópolis d'Oeste 3. Glória d'Oeste 4. Indiavaí 5. Jauru 6. Mirassol d'Oeste 7. Porto Esperidião 8. Reserva do Cabaçal 9. São José dos Quatro Marcos
Total:	21 municípios	

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE cidades (2017; 2019).

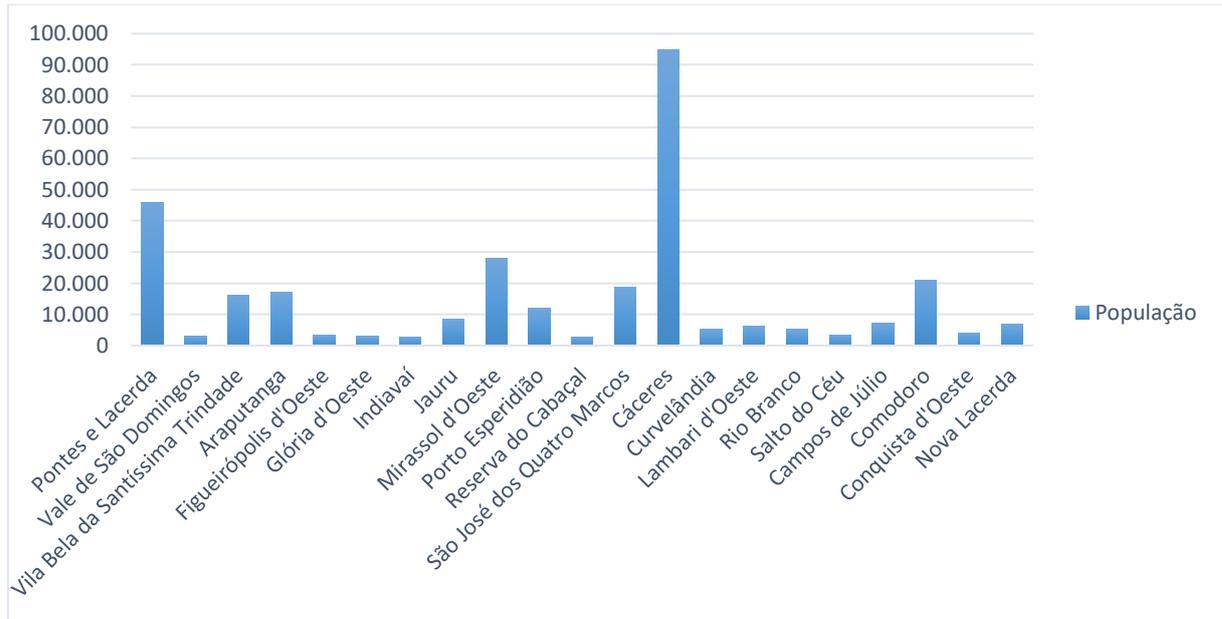
Nesta região intermediária de Cáceres, está localizada boa extensão de terras Pantaneiras. A economia da região pauta-se principalmente na agricultura, segundo o IBGE (2017). No município mais populoso desta região, Cáceres, a pecuária é a principal atividade econômica, pois possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil (SOARES; SANTOS; CALDAS, 2017). É ainda neste município que ocorre o maior Festival Internacional de pesca de água doce do mundo, que em 1992, entrou para o *Guinness Book*⁴⁸, o livro dos recordes.

O setor da agropecuária vem se destacando também nesta região intermediária, assim como em outras regiões do estado de Mato Grosso, porém, especialmente em Cáceres

o avanço acelerado na produção de soja, assim como em grande parte do Estado de Mato Grosso, e, mais recentemente essa agricultura empresarial produtivista passa a ser inserida no município de Cáceres com forte aporte de inovações tecnológicas. Situação que tem gerado, neste município, tensão e conflitos entre os movimentos socioambientais e o agronegócio pela apropriação e uso do território cacerense. (SILVA; O'LOIOLA, 2019, p. 140).

Outro município de destaque, que auxilia a compor esta região intermediária, é o município de São José dos Quatro Marcos, lócus da única produção identificada no levantamento bibliográfico desta dissertação que aborda o tema privatização do currículo em municípios mato-grossenses. Neste município a principal atividade econômica também é a pecuária, (IBGE, 2017). Com 17.446 mil habitantes, em estimativa do IBGE para 2020, localiza-se à 95 km do município de Cáceres. Esta região intermediária é composta por municípios com faixas populacionais diversas, como ilustra o gráfico a seguir.

⁴⁸ Ver em Official World Record: https://www.officialworldrecord.com/?gclid=CjwKCAjwx8iIBhBwEiwA2quaq22W8qYQigKhzkPLCQW3FGp-BZsDWydvF4ZUm5qqW2JB17G-d0hQmRoCOP0QAvD_BwE.

Gráfico 10 - Total de habitantes da região intermediária de Cáceres – MT.

Fonte: A autora, com base em estimativa populacional do IBGE para 2020.

A população dos municípios que compõem a região intermediária de Cáceres, em sua maioria são municípios com população abaixo de 50 mil habitantes e 11 municípios com população abaixo de 10 mil, exceto Cáceres, com população na marca de 94.861 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2020.

Já a região intermediária de Rondonópolis possui três regiões imediatas, sendo composta por 18 municípios. Essa região faz divisa com Estado de Goiás, e ao sul com o estado de Mato Grosso do Sul. Segundo relatório do IMEA (2017), nesta região há uma diversidade de atividades econômicas, sendo elas, principalmente a pecuária e agricultura. O plantio de cana de açúcar é bastante evidente na cidade de Jaciara, um dos municípios que auxilia a compor esta região. Segundo o IBGE (2019), a cidade mais populosa da região, Rondonópolis, atingiu no ano de 2019 um PIB de R\$ 48.787,08 reais, marcando o segundo maior PIB deste grupo, ficando atrás somente de Cuiabá. No ano seguinte, segundo a Associação Comercial Industrial e Empresarial de Rondonópolis (2020), Rondonópolis esteve em primeiro lugar no ranking de exportação de soja no estado de Mato Grosso: “Rondonópolis já exportou US\$ 1.488 bilhões, referente a 10,50% de exportação do estado”.

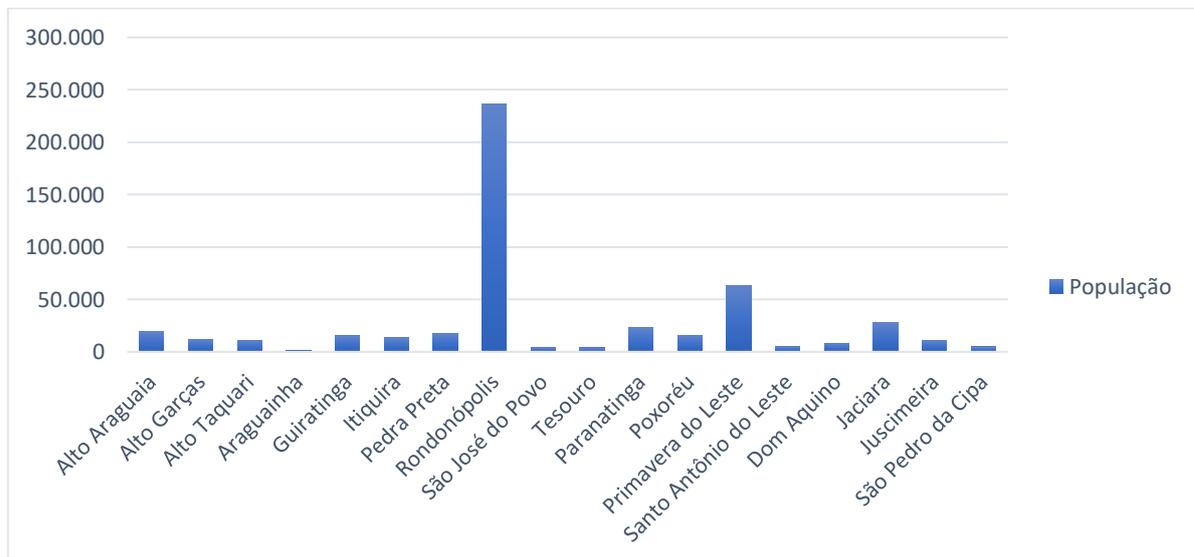
Destaque também para o município de Primavera do Leste, sétimo PIB do estado, em 2019, com R\$ 63.190,05 reais. Neste município, segundo o IBGE (2019) a economia gira principalmente em torno da agricultura, “com especial ao cultivo da soja, milho e algodão” (FARIA, 2021).

Quadro 5 - Distribuição dos municípios da região intermediária de Rondonópolis pelas regiões Imediatas.

Regiões imediatas		
Rondonópolis (510016)	Primavera do Leste (510017)	Jaciara (510018)
1. Alto Araguaia 2. Alto Garças 3. Alto Taquari 4. Araguainha 5. Guiratinga 6. Itiquira 7. Pedra Preta 8. Rondonópolis 9. São José do Povo 10. Tesouro	1. Paranatinga 2. Poxoréu 3. Primavera do Leste 4. Santo Antônio do Leste	1. Dom Aquino 2. Jaciara 3. Juscimeira 4. São Pedro da Cipa
Total:	18 municípios	

Fonte: A autora, com base em banco de dados do IBGE (2017; 2019).

Gráfico 11 - População dos municípios que compõem a região intermediária de Rondonópolis



Fonte: A autora, com base em estimativa do IBGE para 2020.

Na região intermediária de Rondonópolis, o município mais populoso é o que dá nome à região, Rondonópolis. Com exceção de Primavera do Leste, com 63.092 habitantes, nono município mais populoso do estado, os demais se encontram na faixa populacional abaixo de 50 mil habitantes, e é nesta região que se encontra o município com menor número de habitantes de todo o estado, o município de Araguainha, com 946 habitantes, segundo estimativa do IBGE, 2020.

E por fim, a região intermediária de Sinop⁴⁹, região que possui maior concentração de municípios no estado de Mato Grosso, subdividida em seis regiões imediatas e composta por quarenta e dois municípios.

Quadro 6 - Distribuição dos municípios pelas regiões imediatas - Região intermediária de Sinop.

Regiões imediatas					
Sinop (510007)	Sorriso (510008)	Juína (510009)	Alta Floresta (510010)	Peixoto de Azevedo (510011)	Juara (510012)
1. Cláudia 2. Colíder 3. Feliz Natal 4. Itaúba 5. Marcelândia 6. Nova Canaã do Norte 7. Nova Guarita 8. Nova Santa Helena 9. Santa Carmem 10. Sinop 11. Terra Nova do Norte 12. União do Sul	1. Ipiranga do Norte 2. Itanhangá 3. Lucas do Rio Verde 4. Nova Mutum 5. Nova Ubiratã 6. Santa Rita do Trivelato 7. Sorriso 8. Tapurah 9. Vera	1. Aripuanã 2. Castanheira 3. Colniza 4. Cotriguaçu 5. Juína 6. Juruena 7. Rondolândia	1. Alta Floresta 2. Apiacás 3. Carlinda 4. Nova Bandeirantes 5. Nova Monte Verde 6. Paranaíta	1. Guarantã do Norte 2. Matupá 3. Novo Mundo 4. Peixoto de Azevedo	1. Juara 2. Novo Horizonte do Norte 3. Porto dos Gaúchos 4. Tabaporã
Total:	42 municípios				

Fonte: A autora, com base no IBGE cidades (2017; 2019).

Esta região faz divisa ao norte com os estados do Amazonas, Pará e Rondônia. Ainda com referência aos dados do IBGE (2019), sua economia pauta-se principalmente na agricultura, com ênfase ao cultivo da soja, milho e algodão, embora a pecuária e o extrativismo tenham bastante destaque no setor da agropecuária (SINOP, 2020). Ressalta-se que nesta região, segundo relatório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária⁵⁰ – EMBRAPA, desde o ano de 1975, o governo de Mato Grosso vem oferecendo mecanismos que facilitam a ocupação deste território pelo setor privado, incluindo novos proprietários rurais; dentre os

⁴⁹ Denominada até 2016 de mesorregião norte de Mato Grosso.

⁵⁰ Ver mais em: Quem somos- [https://www.embrapa.br/quem-somos#:~:text=A%20Empresa%20Brasileira%20de%20Pesquisa,Pecu%C3%A1ria%20e%20Abastecimento%20\(Mapa\).](https://www.embrapa.br/quem-somos#:~:text=A%20Empresa%20Brasileira%20de%20Pesquisa,Pecu%C3%A1ria%20e%20Abastecimento%20(Mapa).)

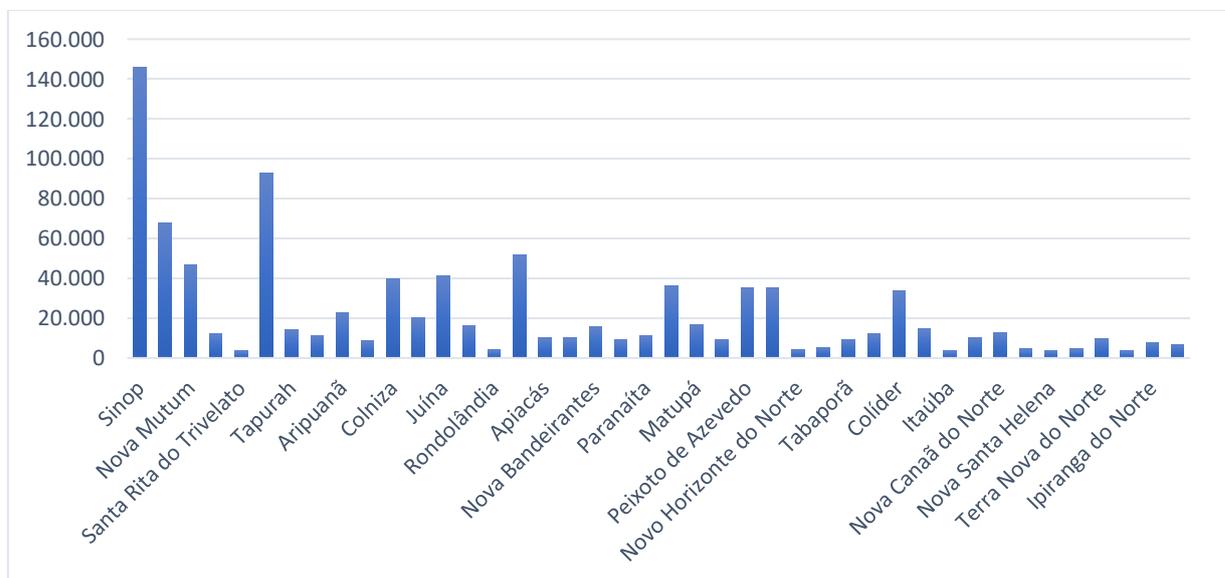
incentivos, cita-se “vendas de grandes extensões de terra a empresas não governamentais [...] linhas de créditos e incentivos fiscais” (EMBRAPA, 2020, p. 71).

De acordo com o mesmo relatório, a área foi ocupada principalmente por empresas e investidores do estado do Paraná. Além de o estado de Mato Grosso oferecer tais incentivos para essa colonização privada na região intermediária de Sinop, cabe ressaltar que houve muitos processos ilegais de ocupação deste território, como “ocupação de grileiros e ocupações de terras indígenas. Com o desmatamento acelerado, a colonização privada dirigiu-se precipuamente para os chapadões areníticos do Cerrado, formando grandes fazendas” (EMBRAPA, 2020, p. 71).

Alguns municípios da região de Sinop se destacam na produção e exportação de soja, dentre eles, Sinop, que não por acaso dá nome à região. Segundo estimativa do IBGE para 2020, Sinop possui 146.005 habitantes, sendo o município mais populoso desta região intermediária. O município de Sorriso, também integrante desta região, foi considerado em 2020 a cidade agrícola mais rica do país (VITAL, 2021). Verifica-se pelos dados do IBGE que em 2015 o PIB de Sorriso era de 57.997,96 reais e em 2019 apresentou uma evolução para 69.023,00 reais; tais dados confirmam que o município vem desenvolvendo consideravelmente o seu setor econômico.

Há também nesta região, municípios com faixas populacionais variadas, como ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 12 - Total de habitantes da região intermediária de Sinop-MT



Fonte: A autora, com base em dados da estimativa do IBGE para 2020.

Nesta região intermediária de Sinop, o município mais populoso é o município de Sinop, com 146.005 habitantes, o quarto maior município do estado de Mato Grosso; nesta região, o menor município considerando a faixa populacional é o município Santa Rita do Trivelato, com 3.506 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2020. Esta região é composta principalmente por municípios na faixa de 10.001 a 50 mil habitantes. É nesta região que se identificou, no mapeamento, a maior concentração de municípios adotantes de Sistemas Privados de Ensino, e que será melhor especificado na seção quatro a seguir.

4 - SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO: PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO EM MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES

Nesta seção discute-se a privatização do currículo em municípios mato-grossenses, na forma de Sistemas Privados de Ensino (SPE). Na subseção 4.1, expõe-se a definição sobre que é Sistema Privado de Ensino e os produtos e serviços que o compõem, embasando-se principalmente em autores, como: Adrião et al. (2009), pesquisa referência para diálogo com esta dissertação, uma vez que os referidos autores realizaram investigação similar em municípios paulistas. A definição para “sistema” encontra amparo em Saviani (1997). Diálogos e fundamentações se desenham com Adrião et al. (2015), Adrião (2018), Adrião e Domiciano (2018).

Na subseção 4.2 utiliza-se principalmente as produções identificadas no levantamento bibliográfico, apresentado na introdução desta dissertação, sobre Privatização do currículo, com ênfase na forma de Sistemas Privados de Ensino, tanto na Educação Infantil, quanto para o Ensino Fundamental e, posteriormente, as produções com foco somente na Educação Infantil, objetivando verificar em que se igualam ou se distanciam do observado nesta pesquisa. As produções são melhor identificadas na medida em que são discutidas no texto, ilustrando os autores, local, ano de publicação e tipo de trabalho; previamente cita-se: Adrião et al. (2009), Rossi (2009), Adrião, Borghi e Domiciano (2010), Adrião et al. (2012), Adrião, Damaso e Galzerano (2013), Adrião e Correa (2014); Adrião et al. (2015), Damaso (2015), Galzerano (2016), Adrião et al. (2016), Melgarejo (2017), Souza (2015), Adrião (2018).

Na subseção 4.3 apresenta-se os resultados das pesquisas de SPEs para a Educação Infantil, e, dentre elas, a única pesquisa, sendo uma dissertação em Silva (2020), que discute a privatização do currículo na esfera municipal mato-grossense, tendo a cidade de São José dos Quatro Marcos como *lócus* da investigação.

Na seção 5 apresenta-se os dados dos municípios mato-grossenses identificados como adotantes de SPEs, tanto para a Educação Infantil quanto para o Ensino Fundamental, etapas de ensino constitucionalmente de responsabilidade da esfera municipal. A caracterização acontece apenas com os que realizaram aquisição para a Educação Infantil, no período de 2015-2019, e dialogando com pesquisa de Adrião et al. (2009), em contexto de municípios paulistas. Na subseção 5.1, ilustra-se dados referentes à empresa de maior inserção na esfera municipal de Mato Grosso com a venda de SPEs. Dados referentes às pesquisas anteriores; principalmente Rossi (2009) e Adrião et al. (2009) auxiliam nesse processo, bem como dados constantes na

própria página do Grupo Positivo, com intuito de melhor descrever seus produtos e serviços ofertados.

4.1 - Sistemas Privados de Ensino: definição

Ao se abordar o tema Sistema Privado de Ensino é necessário ressaltar que este não é tema novo de discussões no âmbito educacional. No Brasil, esses sistemas foram identificados desde o final da década de 1990 em municípios paulistas, por pesquisa de Adrião et al. (2009) que identificou e caracterizou os municípios que mais adotaram SPEs para aquele contexto.

Adota-se em Adrião, assim como em outras pesquisas do GREPPE, o uso do termo “Sistema Privado de Ensino” por entender que

para além de mera aquisição de apostilas ou cursos pelos governos municipais, trata-se da transferência para a esfera privada da função de elaboração e operacionalização de política pública até então exercida pela esfera pública estatal. (ADRIÃO et al., 2009, p. 802).

Além desta definição, Saviani (1997, p. 206) afirma que o termo “sistemas”, especialmente no âmbito educacional, carrega consigo identidade própria em cada elemento que o constitui “um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade”.

Entende-se Sistemas Privados de Ensino como:

Cesta de serviços e produtos oferecida aos municípios-clientes material didático conhecido como “material apostilado”, distribuído aos estudantes e aos professores em versões distintas. Além disso, as empresas oferecem assessorias que envolvem procedimentos de avaliação sobre o uso adequado dos materiais, “treinamentos” a docentes e acesso a portais com instruções detalhadas sobre sua utilização. A empresa privada oferece ao setor público, na verdade, um programa de ensino que incide sobre a organização dos tempos e rotinas de trabalho nas unidades escolares, que constituem formas de controle sobre este trabalho. (ADRIÃO, 2018, p. 436).

De acordo com Adrião (2018), observa-se que essa forma de privatização é bastante ampla, podendo ser composta por variados produtos e serviços, não se restringindo apenas aos materiais impressos, comumente conhecidos como apostilas. Estas cestas são apresentadas aos professores com instruções para seu uso, ditando passo a passo como utilizá-lo, como gerir seu tempo de aplicação, incidindo de forma direta e impositiva no currículo escolar e deslegitimando a autonomia docente. Em muitos casos, compõe essa cesta o “treinamento” para

os professores utilizarem esse material em suas aulas, e ainda a avaliação externa sobre a forma de atuação do professor com tais materiais (ADRIÃO et al., 2017).

Enfatiza-se que o fenômeno nomeado nesta dissertação como Sistema Privado de Ensino recebe outro tratamento a depender dos pesquisadores, podendo ser nomeado como Sistema Apostilado de Ensino, como adotam Oliveira (2015) e Silva (2020) em suas produções. Vale destacar que os trabalhos citados consideram a mesma definição dessa cesta de produtos e serviços e os mesmos argumentos de Adrião et al. (2009), que na época da pesquisa também se referiam aos SPEs como Sistemas Apostilados de Ensino - SAE.

Entretanto, segundo Adrião et al. (2017) a expressão Sistema Privado de Ensino apreende com mais clareza o processo de privatização identificado, posto não se limitar apenas a apostilas e sim, constituir-se em um conjunto de serviços e produtos (partes) que integram uma política curricular comercializada em sua totalidade.

Os Sistemas Privados de Ensino são ofertados por algumas empresas através de suas editoras, algumas dessas empresas, possuem editoras especializadas para a venda às esferas públicas diferente das que comercializam materiais e serviços para as escolas privadas. Segundo revela pesquisa de Adrião et al. (2015, p. 14), pelo menos cinco grandes empresas até o ano de 2015 atuavam na educação básica, sendo os que se mais destacam: “Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo”.

Considerando-se que essas empresas ofertam produtos e serviços diversos, os mesmos foram descritos separadamente em Adrião et al. (2015). Como demonstra o Quadro 7, listando os produtos e serviços ofertados pelas cinco empresas que mais se destacavam na oferta de SPEs na educação básica até o ano de 2015.

Quadro 7 - Produtos e serviços ofertados pelas cinco empresas que mais se destacam na oferta de SPE na educação básica

Produtos e Serviços	Pearson / Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (NAME)	Abril Educação / Anglo	Grupo Santillana / Uno Público	Grupo Objetivo / Sistema Objetivo Municipal de Ensino (SOME)	Grupo Positivo / Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE)
Material Para Profissionais	Material virtual de orientação disponível no portal da empresa, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.	Manual do professor Sugestões de calendários com atividades e material virtual de orientação, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.	Manual do professor Material virtual de orientação, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.	Material de apoio para a equipe responsável pela gestão escolar e material virtual de orientação, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.	Material virtual de orientação, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.
Material didático para Estudantes	Três modelos de materiais distintos, com orientações teóricas específicas: 1 - Letramento em todos os níveis de ensino; 2 - Material, segundo a empresa, de orientação sociointeracionista; 3 - Material, segundo a divulgação, de orientação tecnicista.	Materiais organizados por bimestres; cadernos digitais para estudo e realização de disciplinas; proposta de currículo em espiral, com ênfase nas tarefas de casa indicada no material didático.	Material didático para as aulas e livros específicos para tarefas de casa.	Material oferecido em módulos semestrais, anuais ou bimestrais, de acordo com a etapa de ensino. Anuncia-se o recurso à “metodologia de resolução de problemas” no ensino de matemática e em oficinas destinadas aos profissionais das redes públicas que utilizam os produtos.	O material é designado como Livro Didático Integrado, agregando as diferentes disciplinas. O material é integrado a atividades disponíveis no Portal do Sistema. A proposta é denominada como de “perspectiva interacionista”.
Assessorias	Tem variações de acordo com a proposta. Em comum, há a visita de	Atendimento digital: técnicos podem ser contatados para reuniões	Portal, encontros e palestras; Acompanhamento ao	Encontros pedagógicos realizados na capital paulista, sede da empresa;	Assessoria pedagógica a docentes e equipes técnicas das secretarias de educação

	assessores às escolas com situações de formação docente. Há ainda possibilidade de utilização de espaço virtual para formação (portal, <i>chats</i>).	com a rede; professores participam de formações na condição de multiplicadores e há acesso a informações via portal.	longo do ano letivo; atendimento às escolas e secretarias de educação em agenda definida; oficinas e formação continuada para os docentes.	cursos modulares; e acompanhamento da prática à distância.	para orientar a implantação do sistema; formação continuada para docentes e equipes técnicas; e “coordenador pedagógico” disponível para as redes públicas.
Orientações Para Organização do Ensino	Fornecer “sugestões” para desenvolvimento de projetos em sala de aula.	Sugestões de calendários com quatro opções, nas quais atividades são apresentadas de maneira diferenciada, e planejamento de atividades em sala de aula.	Apresentação de proposta pedagógica aos docentes.	Documento com referencial teórico-curricular; promove encontros com equipes supervisoras para planejamento de atividades.	Anuncia apoio no gerenciamento de projetos.
Propostas de Avaliação	Ofertadas presencialmente e à distância, com suporte técnico para as avaliações governamentais.	Sistema de análise de simulados, com produção de avaliações de alunos por disciplina, análise de dados e produção de relatório. O sistema inclui o estabelecimento de ranking de desempenho em relação a uma disciplina específica, ou unidade escolar. Geração de registros como “boletim do estudante” e ábaco de ranking para uso por gestores (a oferta do	Avaliação educacional e institucional (avaliação de desempenho; questionário/fatores associados; diagnóstico) via serviço denominado Assessoria Avalia Educacional. Fornece também Modelos de avaliações bimestrais para docentes.	Avaliação institucional; avaliação de resultados dos estudantes em testes; avaliação de fatores associados; análise comparativa e diagnóstico. Os resultados são compilados em relatórios “sigilosos”.	Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (SIMEC): ferramenta de gestão das informações educacionais que “possibilita monitorar os resultados alcançados e propicia o desenvolvimento de planos de ação para o avanço na qualidade de ensino em cada município”. O sistema oferece ainda avaliações

		serviço depende do contrato firmado).			de desempenho de estudantes, segundo os padrões da Prova Brasil
--	--	---------------------------------------	--	--	---

					(MEC).
Etapas da Educação Básica para as quais os produtos e serviços são produzidos.	Educação Infantil e Ensino Fundamental.	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio E Pré-Vestibular.	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Pré-Vestibular.	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Fonte: Adrião et al (2015, p. 42-44).

Os Sistemas Privados de Ensino-SPE é uma forma de privatização na dimensão do currículo, ainda que existam outras formas. As formas de privatização nesta dimensão se discriminam como:

- 1- Compra ou adoção pelo poder público de desenhos curriculares elaborados pelo setor privado;
- 2- Compra ou adoção pelo poder público de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares desenvolvidos pelo setor privado;
- 3- Compra ou adoção pelo poder público de Sistemas privados de ensino (SPE). (ADRIÃO, 2018, p. 11).

Adrião e Domiciano (2018) identificam a crescente adoção de SPEs por municípios e analisam que as empresas que ofertam esse Sistema passaram por alguns ciclos de transformação e adaptação.

[...] ampliaram sua inserção primeiro incorporando estabelecimentos educacionais concorrentes de menor porte; depois, substituindo a incorporação física de escolas privadas menores ou deficitárias pela oferta de um conjunto de serviços e produtos padronizados e organizados, os SPE, na forma de franquias de suas “marcas” para estabelecimentos privados e, por fim, o terceiro ciclo caracterizou-se pela incorporação de redes públicas de ensino às “carteiras” de clientes, para o que desenvolveram logísticas, produtos e serviços distintos das franquias privadas e, em geral, de menor qualidade. (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 7).

A atuação desses grupos foi gradual e incisiva, invadindo, na terceira fase citada pelas autoras, o campo das instituições educacionais públicas. Quanto ao crescimento de alguns desses grupos, foi ainda maior no que Adrião e Domiciano (2018) identificam como sua quarta fase de atuação, realizando posteriormente o movimento de oligopolização⁵¹.

A partir de 2010, uma quarta fase se delineia nesse segmento do mercado educacional brasileiro com o ingresso de grandes grupos editoriais, como o Grupo Abril (que adquire empresas de menor porte) e a Editora Moderna/Santillana, com composição de capital internacional. Na sequência, alguns grupos abrem seus capitais e passam a ser geridos em todo ou em parte por fundos de investimentos. Exemplos nessa direção encontram-se nas dinâmicas assumidas pelo Grupo COC, parte do qual após abrir seu capital foi adquirido pela inglesa Pearson ou no ocorrido ao Grupo Abril Educação, adquirido pela Tarpon em negociação que envolveu US\$ 436,5 milhões. (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 7).

⁵¹ Ver Reis (2018), relativo ao processo de oligopólios, ou seja, de concentrar o controle de algo em um grupo de poucos. Acontece neste caso com as grandes empresas que adquirem as menores. Disponível em: <https://www.sun0.com.br/artigos/oligopolio/>.

Ainda no início do século XXI, essas grandes empresas, além de ofertarem SPEs, passam a disponibilizar serviços de cunhos mais tecnológicos e sofisticados, “produtos que passam a incorporar plataformas de acesso a dados e conteúdos digitais, desenvolvidos principalmente por *start ups* financiadas pela *venture philanthropy*”⁵² (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 7).

Tais produtos e serviços, que compõem os SPEs, têm financiamento público previsto por recursos constitucionalmente vinculados, destinados para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), pois o artigo 70 da LDBEN, em seu inciso VIII, prevê a “aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar” (BRASIL, 2007, p. 46), porém alguns municípios o adquire com recursos de fonte própria, como é o caso do município de Cáceres-MT, por exemplo, município que compõe o grupo de identificações deste mapeamento.

4.2 - Sistemas Privados de Ensino: O que as pesquisas revelam

O levantamento bibliográfico sobre o tema, apresentado na introdução desta dissertação, localizou nove artigos, uma tese e cinco dissertações, somando o total de 15 produções, destas, cinco discutem a privatização do currículo na Educação Infantil, e oito na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Nas oito produções que discutem a privatização do currículo não apenas na Educação Infantil, mas também no Ensino Fundamental relacionam-se: Adrião et al. (2009), Rossi (2009), Adrião, Borghi e Domiciano (2010), Adrião et al. (2012), Adrião et al. (2015), Galzerano (2016), Adrião et al. (2016), Melgarejo (2017) e Adrião (2018). Observe-as detalhadamente a seguir.

Artigo produzido por Adrião et al. (2009), a partir do levantamento desenvolvido da pesquisa “Estratégias municipais para oferta da educação básica: uma análise de parcerias público privada no estado de São Paulo”, disponível em: <<https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/pesquisas>>, detectou algumas informações importantes sobre privatização no âmbito da educação municipal paulista, informações que a maioria das produções posteriores que abordam o tema utilizam como base para suas discussões.

⁵² Ver Adrião (2018), em Revista Currículo sem fronteira. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>

O período considerado para a pesquisa mencionada foi de 1990 a 2007; a mesma identificou o crescimento da aquisição do que antes ainda se denominava de “Sistemas Apostilados de Ensino”, em municípios paulistas, para serem utilizados na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A nomenclatura utilizada passou por adequação, agora estes mesmos pesquisadores denominam essa atividade como “Sistema Privado de Ensino”. Na referida pesquisa foi identificado que os municípios do estado de São Paulo que mais adotaram esses sistemas, no período estudado, foram os da faixa populacional de até 50 mil habitantes. Adrião et al. (2009) detectaram que esse crescimento foi impulsionado principalmente pela municipalização do Ensino Fundamental, que ocorreu na época, “na medida que os municípios têm ampliadas suas responsabilidades para a oferta e a manutenção da educação básica, sem prévia organização técnica do aparato da gestão local” (ADRIÃO et al., 2009, p. 799).

Para o desenvolvimento da pesquisa em Adrião et al. (2009) foram realizadas algumas entrevistas com os gestores municipais paulistas integrantes da referida investigação, cujos argumentos para as adoções foram: Que padronização dos conteúdos era necessária para todos os municípios, falta de qualificação dos profissionais docentes, e com isso a necessidade de ofertar material de “apoio pedagógico” para esses profissionais. Por fim, tais pesquisadores constataram que esse Sistema “incide na autonomia docente e das escolas, frente a organização do trabalho pedagógico, além de nova forma de reprodução do capital” (ADRIÃO et al., 2009, p. 810).

Rossi (2009), na época também pesquisadora do GREPPE, em sua dissertação analisou 16 municípios paulistas com até 10 mil habitantes que adotaram material apostilado para o Ensino Fundamental, considerando o período de 2006-2016. A pesquisa, além de outras fontes, utilizou principalmente dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo” (ROSSI, 2009, p. 7). A dissertação demonstra que as adoções de material apostilado em municípios paulistas se deram principalmente pela municipalização do Ensino Fundamental, e também, por os municípios já possuírem certa fragilidade, pois estes ficam com a menor parte de repasses de arrecadação (PINTO, 2007). Isso tudo atrelado ao “marketing” das empresas que ofertam o material (ROSSI, 2009, p. 6).

O artigo em Adrião, Borghi e Domiciano (2010), apresenta tendências, como “subvenção pública a instituições privadas e a elaboração de políticas educativas para a esfera pública pelo setor privado” (ADRIÃO; BORGHI; DOMICIANO, 2010, p. 285). Nesta produção, além das autoras reafirmarem o crescimento da privatização na dimensão da oferta e

gestão em municípios paulistas, também detectaram o crescimento da aquisição de “Sistemas Apostilados de Ensino”, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental.

O artigo de Adrião et al. (2012) também aborda o tema desta dissertação, privatização do currículo. A produção apresenta os resultados finais da pesquisa interinstitucional que possuiu como objetivo “analisar a natureza e as consequências de parcerias firmadas entre setores privados e governos municipais paulistas para atendimento da educação infantil e do ensino fundamental. O período correspondeu aos anos de 1996 a 2006” (ADRIÃO et al., 2012, p. 533). Os resultados dessa pesquisa confirmam as produções anteriores quanto à transferência de responsabilidades do setor público para o setor privado e a sua ofensiva para a educação pública. Nesta produção foram observados três tipos de privatização no âmbito educacional:

tendências relacionadas a três modalidades de parcerias: subvenção pública para oferta de vagas em instituições privadas de educação infantil, aquisição de "sistemas" privados de ensino e contratação de assessoria privada para a gestão da educação municipal. As tendências percebidas na análise indicam que as atuais relações entre as esferas públicas e privadas no campo da educação, decorrentes da descentralização havida no setor, representam um movimento em direção a sua privatização. (ADRIÃO et al., 2012, p. 533).

Ainda em pesquisa em Adrião et al. (2012), é reafirmada que a questão da municipalização do Ensino Fundamental no estado de SP foi um fator que auxiliou a impulsionar os processos de privatização na rede municipal.

Na pesquisa interinstitucional, em Adrião et al. (2015), cujo objetivo foi analisar a adoção de SPE por redes públicas de educação básica em municípios brasileiros, no ano de 2013, analisou documentos, publicações oficiais e procedeu entrevistas com gestores municipais. Levou-se em consideração a atuação dos grupos de maior presença nas escolas públicas paulistas: “Pearson, Abril Educação, Santillana, Objetivo e Positivo”. Nessa pesquisa as empresas foram caracterizadas quanto aos serviços e produtos que ofertavam, bem como em relação à atuação junto às escolas públicas. Ressalta-se a importância da pesquisa mencionada, pois foi possível utilizar seus dados ao mesmo passo que os dialoga com os dados desta dissertação, a fim de se verificar possíveis similaridades ou distanciamentos desses dois contextos, tanto em municípios paulistas, quanto em municípios mato-grossenses.

Em artigo de Adrião et al. (2016), analisou-se documentos oficiais e entrevistas com gestores municipais, levando em consideração a atuação de cinco grupos empresariais que atuam na educação básica, com objetivo de “identificar as consequências da adoção por municípios brasileiros dos Sistemas Privados de Ensino para a composição dos gastos das receitas vinculadas em educação e para a efetivação do direito à educação” (ADRIÃO et al.,

2016, p. 113). Esta pesquisa, voltada tanto para a educação infantil quanto ao ensino fundamental e direcionada para a temática do financiamento dos gastos públicos, “confirma trabalhos anteriores que indicam o deslocamento dos fundos públicos para o setor privado, até mesmo para corporações transnacionais” (ADRIÃO et al., 2016, p. 113).

Em Galzerano (2016), dissertação realizada por pesquisadora vinculada ao GREPPE, na época, analisou o grupo Abril/Somos educação, que atua na educação básica ofertando SPE. Nesta dissertação, caracterizou-se os procedimentos “pelos quais o setor empresarial transforma a educação básica em mercado, neste caso, submetido também à volatilidade do capital financeiro” (GALZERANO, 2016, p. 6). Como resultado final observou-se que a

financeirização das atividades de grupos como a Abril/Somos Educação potencializa significativamente seus ganhos, aumenta sua presença no setor educacional público e, conseqüentemente, o controle que exerce sobre as escolas. (GALZERANO, 2016, p. 6).

Em dissertação de Melgarejo (2017), ilustra-se um caso específico ocorrido no município de Florianópolis – Santa Catarina, que abrangeu tanto a Educação Infantil como o Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino. Na situação investigada analisou-se um contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o município de Florianópolis, em 2014. Como resultado final, a pesquisa identificou que

as ações propostas pelo Banco, sob o pretexto de combater a pobreza, em essência, visam estreitar, baratear e direcionar a formação docente instituindo o coaching; exercer forte controle sobre seu trabalho por meio das reformas curriculares, avaliações em larga escala; flexibilizar a gestão; desmontar a carreira do magistério substituindo-a por políticas meritocráticas para a definição da remuneração; implementar políticas de accountability; fomentar a política de vouchers; além de diversas outras formas de privatização que atingem desde os materiais didáticos até a terceirização da gestão de escolas públicas. (MELGAREJO, 2017, p. 13).

Em Adrião (2018), artigo bastante utilizado na seção de fundamentação teórica desta dissertação, por meio de análise da literatura nacional e internacional sobre as dimensões de privatização da oferta, gestão e currículo no âmbito educacional da educação básica, a produção indica “alterações nas formas de privatização dessas três dimensões” (ADRIÃO, 2018, p. 8). Segundo a autora, “destaca-se os processos de privatização na dimensão dos currículos capitaneados pelos filocapitalistas [...] associados mais diretamente a fundos de investimentos” (ADRIÃO, 2018, p. 8).

Ao se analisar as produções que discutem a privatização do currículo na educação básica brasileira, pode-se concluir que há atores privados que se repetem nos trabalhos inventariados, como as cinco empresas que mais atuam na educação básica, algumas inicialmente identificadas por Adrião et al. (2009) e posteriormente relacionadas e caracterizadas por Adrião et al. (2015). Os casos demonstram possuir um perfil de desdobramento e consequências similares, apesar de algumas produções se dedicarem a objetos distintos como financiamento, impactos pedagógicos, perspectiva docente, diferentes estudos de casos, entre outros; em todos os casos, as consequências ofensivas para a educação pública são relatadas, ambas produções também identificam o controle que as empresas possuem sobre a política pública educacional, com a incisão direta e impositiva ao trabalho pedagógico.

Especificidade relatada em alguns trabalhos, como em Adrião et al (2009) e Rossi (2009), é a municipalização do ensino em municípios paulistas, como fator propulsor para os processos de privatização no âmbito educacional. Quando a esfera municipal abrange maior demanda, acaba recorrendo à auxílios externos, no caso, às empresas ofertantes desses desenhos curriculares, de gestão, entre outros.

As produções também relatam, além de outros fatores, a falta de controle e rigor técnico dos materiais e serviços que compõem os SPEs, referindo-se à “fragilidade conceitual e pedagógica” dos mesmos (ADRIÃO et al., 2009, p. 115).

Acrescenta-se que no Ensino Fundamental muitas escolas já trabalham com livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e a adoção dessas cestas acaba se configurando em um “duplo pagamento pelo mesmo serviço” (ADRIÃO et al., 2009, p. 115).

4.3 - Sistemas Privados de Ensino na Educação Infantil: o que diz a literatura inventariada.

A seguir apresenta-se os cinco trabalhos que se dedicaram a discutir Sistemas Privados de Ensino na Educação Infantil, sendo: Adrião, Damaso e Galzerano (2013), Damaso (2015), Adrião e Correa (2014), Souza (2017) e Silva (2020); após apresentá-los se verificam possíveis distanciamentos ou aproximações consideradas nas produções que também discutem a privatização no Ensino Fundamental, apresentadas anteriormente.

O artigo de Adrião, Damaso e Galzerano (2013), pesquisadoras do GREPPE, na época de publicação, analisa SPE em escolas públicas de Educação Infantil, com olhar focado no perfil do professor, em 20% dos municípios paulistas com até 50 mil habitantes que adotaram SPE para o ano de 2011. O objetivo configura-se em “analisar o perfil desse profissional e o

uso que fazem das apostilas que compõem a ‘cesta’ de serviços e produtos” (ADRIÃO; DAMASO; GALZERANO, 2013, p. 379). Ao final do trabalho, considerou-se que:

tendencialmente os professores têm iniciado sua inserção na carreira docente sobre a lógica desses "Sistemas", que os alijam dos processos de planejamento da rotina e da organização de seu trabalho. No entanto, um percentual não desprezível declara ser necessário complementar as atividades, situação que indica, felizmente, a limitação deste recurso para a Educação Infantil. (ADRIÃO; DAMASO; GALZERANO, 2013, p. 379).

Damaso (2015), uma das autoras do trabalho citado anteriormente, desenvolveu sua dissertação com sujeitos de creches de 12 municípios paulistas de até 50 mil habitantes. Analisou a percepção dos professores referente ao uso do material apostilado para o trabalho com as crianças de creche. Como resultado, o trabalho indica duas diferentes visões dos profissionais: de um lado o material foi bem aceito pela maioria dos professores, sob a alegação que “tais materiais facilitavam o planejamento das atividades educacionais, na medida que já se encontravam previamente organizados em temas” (DAMASO, 2015, p. 13); porém outra parcela dos professores entrevistados relata fragilidades quanto ao mesmo material, argumentando que é necessário produzir material complementar para ser utilizado em suas aulas; desse modo, a análise “permitiu detectar a influência dos Sistemas Privados de Ensino nas duas esferas constituintes da identidade das professoras de creche que responderam à pesquisa” (DAMASO, 2015, p. 13).

Artigo de Adrião e Correa (2014) é parte integrante de uma investigação maior que considerava “inventariar e analisar as consequências da adoção de Sistemas Privados de Ensino para o direito a uma educação básica de qualidade” (ADRIÃO; CORREA, 2014, p. 379). O trabalho analisou as apostilas produzidas por duas empresas que as ofertavam para a pré-escola; tais empresas foram nomeadas de A e B pelas autoras. Nessa produção, as autoras demonstram, através de estudo de caso etnográfico e fundamentações teóricas, que o material fere direitos primordiais de aprendizagem desses alunos, como a interação e a brincadeira, e ainda, que as “práticas não se coadunam com os direitos e necessidades da criança até os seis anos de idade” (ADRIÃO; CORREA, 2014, p. 391), idade alterada para 5 anos de idade, pela Lei nº 13.306/2016.

Souza (2017), em sua tese, levou em consideração adoções de SPE para a pré-escola, observando a concepção de 53 professores da rede municipal de ensino de Araraquara-SP, tendo em vista o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação infantil. Como resultado, a pesquisadora identificou:

a) retirada da autonomia dos professores e da escola para construir o currículo, a partir da realidade vivenciada pela escola e pelas crianças; (b) as atividades propostas não possuem conexão com a realidade infantil, não consideram os conhecimentos que já trazem, nem os diferentes níveis de desenvolvimento, além de não trabalharem as diferentes linguagens infantis, como estabelecido pelas DCNEIs. Há uma presença marcante de um currículo semelhante ao do ensino fundamental, com foco nas atividades de escrita, identificação de letras e números e exercícios de coordenação motora. (SOUZA, 2017, p. 8).

Registra-se que o levantamento bibliográfico identificou o artigo de Campos et al. (2019), que discutem a privatização na dimensão do currículo, porém em outra forma distinta da adoção de SPE. As autoras focaram as discussões sobre a privatização do currículo na perspectiva da formação docente, dialogando com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando o período de 2009-2017. Como resultado destacou-se “as estratégias empresariais de formação continuada dirigidas, em particular, para profissionais da educação infantil” (CAMPOS et al., 2019, p. 170).

Por fim, localizou-se a única pesquisa que investiga a adoção de SPE na esfera municipal do estado de Mato Grosso, apesar desta ter sido publicada no ano de 2020, um ano posterior ao recorte temporal para esta dissertação, o período considerado para a mesma, compreende os anos de 2007-2017; além disso, acredita-se ser importante para o tema desta investigação conhecer e dialogar com produção que tem municípios mato-grossenses como *locus* de investigação.

A referida produção, sendo dissertação de Silva (2020), se configurou em um estudo de caso envolvendo o município de São José dos Quatro Marcos, localizado na região intermediária de Cáceres - MT, este município integra também o conjunto de municípios investigados nesta dissertação. A investigação identificou o uso de SPE para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental da rede municipal de ensino deste município, porém a caracterização foi focada na Educação Infantil.

Silva (2020) se refere a SPE como Sistemas Apostilados de Ensino Privado - SAEP. A nomenclatura de SAEP se justifica, pois, as fundamentações teóricas utilizadas por Silva (2020) decorrem da referência de Adrião et al. (2009), trabalhos anteriores à readequação do termo, porém as definições desta cesta se mantêm as mesmas descritas por Adrião et al. (2009).

A dissertação de Silva (2020) revela que o município de São José dos Quatro Marcos adotou, nos anos de 2007 e 2008, o SAEP da empresa Positivo Ltda., quando a gestão municipal era ocupada pelo Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB). Os alunos atendidos por este Sistema pertenciam à Educação Infantil, creche e pré-escola.

Após troca de gestão, sendo o novo gestor municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), houve uma interrupção do contrato da Positivo Ltda. com o município, que só voltou a ser reestabelecido no ano de 2013 e prosseguiu até 2016, na gestão do Partido Social Democrático (PSD). Durante esse lapso temporal com a empresa Positivo Ltda., quem ocupou a posição de atendimento para a rede municipal foi a editora FTD⁵³, fornecendo o Sistema entre 2009 e 2012, novamente na gestão do PT. Por fim, com a retomada do contrato com a Positivo Ltda., a mesma seguiu até o ano final da pesquisa mencionada, 2017, novamente na gestão do PSDB, mesmo partido de quando foi contratado o primeiro SAEP do município. Com esses vários processos de trocas de empresas, observa-se que tais mudanças se deram em concomitância com trocas de gestões municipais, envolvendo os partidos: PT, PSD, PSDB, juntamente com as empresas Positivo Ltda. e FTD.

Silva (2020) também entrevistou gestores do município, prefeitos e secretários municipais do período de 2007 a 2017. Em síntese, os motivos relatados para implantação e implementação desses sistemas foram: “para tentar dar um suporte pedagógico aos professores e a coordenação escolar, e que pudesse dar uma dinamizada no processo ensino-aprendizagem” (Prefeito gestão 2017-2020). Ofertar “[...] orientação, assessoria pedagógica, capacitação, cursos de qualificação” (Secretário de Educação, gestão 2009-2013). Um dos relatos sobre a justificativa da contratação de SPE, que chama atenção, é da Secretária Municipal de Educação da gestão 2017-2020:

se os professores conseguissem fazer um planejamento dinâmico pra não usar a apostila de jeito nenhum trabalhariam as cores, os numerais, a distância, tudo. Assim, no lúdico, no dinâmico eles encontram muita dificuldade, aí o que acontece: acabam montando uma apostila, xerocando, aí fica uma coisa de má qualidade [...]. (Secretária de Educação do Município de São José dos Quatro Marcos, gestão 2017-2020).

Nesta entrevista, a Secretária de Educação, em sua perspectiva, argumenta que quando não há o uso do material apostilado, um dos itens da cesta de SPE, os professores produzem material de má qualidade e não conseguem trabalhar os conteúdos de forma lúdica. Tal argumentação atribuiu aos professores a incompetência para elaboração desses materiais e vem ao encontro do que Adrião define como “responsabilizações transferidas para as próprias escolas frente ao fracasso do sistema educacional público” (ADRIÃO, 2006, p. 62).

⁵³ As iniciais da Editora FTD são uma homenagem a Frère Théophane Durand, Irmão Superior-Geral do Instituto Marista de 1883 a 1907. Ver em: <https://ftd.com.br/sobre-a-ftd/>.

Paralelo entre a pesquisa de Silva (2020) e a pesquisa de Rossi (2009) expressa uma similaridade nos resultados de ambas, apesar desta última autora caracterizar apenas o ensino fundamental em municípios paulistas. A dissertação de Rossi (2009) aponta o partido político que mais esteve à frente dos executivos municipais nas épocas das aquisições em municípios paulistas, como o “Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB)” (ROSSI, 2009, p. 78), assim como Silva (2020), em sua pesquisa para a Educação Infantil, também demonstrou ser o PSDB um dos que estavam à frente do executivo municipal de São José dos Quatro Marcos no período de contratações dos SPEs.

Todas as produções analisadas nesta dissertação apontam desvantagens sobre a adoção de SPEs pelos municípios, principalmente pelo ponto de vista pedagógico. As adoções demonstram importantes perdas de autonomia, ações impositivas ao currículo escolar e as políticas educacionais. Situações explicitadas por Adrião (2018), ao discorrer sobre as “formas de controle” que os SPEs exercem sobre o trabalho docente.

Libâneo (2019) enfatiza que as atividades dos professores na escola são inteiramente vinculadas a decisões que se sobrepõem ao seu trabalho, ou seja, este não possui autonomia suficiente para decisões desse escopo (de adoção/contratação), sendo praticamente intimado a executar em sala de aula os desenhos curriculares que lhe são demandados.

Porém, tal imposição, segundo Libâneo (2019) não impede os agentes escolares de repensar, refletir e até mesmo se opor ao que está posto, pois independente do contexto no qual a escola está inserida, este não lhes pode arrancar sua autonomia: “assim, a escola e seus agentes educativos podem avaliar a pertinência de determinações oficiais, o grau em que atendem a critérios de justiça, inclusão social, direitos de escolarização” (LIBÂNEO, 2019, p. 6); desse modo, um dos papéis dos profissionais da educação é também se opor a tais processos de privatização.

As pesquisas demonstram, dentre outros pontos, a materialidade da afirmação de Bastos, quando ressalta que os pacotes educacionais padronizados são relativamente baratos quanto ao seu custo inicial, “independentemente de sua qualidade” (BASTOS, 2013, p. 17), até mesmo pela sua padronização e produção em larga escala, por isso são adotados por muitos municípios, exatamente por ser considerados de baixo custo. Em algumas produções, principalmente as que contemplam entrevistas com professores, estes afirmam produzirem materiais paralelos, pois as apostilas, parte dessa cesta de SPE, não contemplam por completo as necessidades pedagógicas dos alunos - Adrião, Damaso e Galzerano (2013); Damaso (2015) e Souza (2017).

Nas produções que identificam as empresas que comercializam os SPEs - Adrião et al. (2012); Adrião et al. (2015); Damaso (2015), Adrião et al. (2016); Galzerano (2016); Adrião (2018) e Silva (2020) - todas citam as mesmas cinco maiores caracterizadas por Adrião et al. (2015) ou já identificadas em Adrião et al. (2009).

Por meio das produções analisadas, identificou-se fator um pouco mais evidenciado nos estudos sobre os SPE na educação infantil, quando comparados a estudos sobre o ensino fundamental: é a preocupação com a antecipação da escolarização e com o caráter lúdico que a educação infantil exige, vez que os conteúdos padronizados e engessados constantes nas apostilas, um dos itens do SPE não seguem tal caráter, por sinal previsto no currículo para a educação infantil, Adrião e Correa (2014); Damaso (2015) e Souza (2017).

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica no Brasil, marcos legais que instituem sua obrigatoriedade e podem ser observados desde a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, inciso IV, prevendo a educação pública gratuita para “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”, texto já modificado por meio da Emenda Constitucional nº 053, de 19 de dezembro de 2006.

Com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seus artigos 29 e 30, a educação infantil é incluída como primeira etapa da educação básica. Segundo Correa (2020, p. 2), “a partir da Emenda Constitucional 59 e da nova redação dada LDBEN 9.394/96, em 2013, a matrícula para crianças de 4 e 5 anos se tornou obrigatória”.

Sobre o currículo na Educação Infantil, seu principal eixo estruturante para a prática pedagógica é o art. 9º, o qual se refere às interações e brincadeiras, o mesmo é regido principalmente pela Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI, trazendo centralidade para a ludicidade. Neste documento, o currículo na Educação Infantil é definido como

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p. 14).

O documento mais recente, que rege o currículo na Educação Infantil, é a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, de 22 de dezembro de 2017. A Base subdivide a Educação Infantil por idade em três subgrupos, sendo: “Bebês (de 0 a 1 ano e meses); crianças

bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e as crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)” (BRASIL, 2017, p. 25).

A BNCC (2017), se apoia, dentre outros documentos, na DCNEI para orientar as práticas pedagógicas para a Educação Infantil, porém de forma um pouco mais detalhada, e reafirma que as interações e brincadeiras devem permanecer como essenciais nas práticas com as crianças, pois tais eixos “possibilitam aprendizagens, desenvolvimento e socialização” (BRASIL, 2017, p. 37). Além de reafirmar que as interações e brincadeiras devem fazer parte do cotidiano da criança da Educação Infantil, aponta também para os seis direitos de aprendizagens que devem ser trabalhados na educação infantil, sendo: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

Nos documentos oficiais que orientam o currículo da Educação Infantil e, sobretudo, nas pesquisas que analisam os SPES para a esfera pública, infere-se que estes pouco contribuem para o efetivo cumprimento do currículo, principalmente na Educação Infantil, ferindo seus principais eixos estruturantes, e ainda, resultando em tentativa de antecipação da escolarização dessas crianças pequenas e bem pequenas.

5 - A ADOÇÃO DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO POR MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES, 2015-2019.

Nesta seção retoma-se o diálogo com a pesquisa em Adrião et al. (2009), trabalho que identificou “tendência de crescimento das parcerias, pela via dos contratos, entre os municípios paulistas e empresas privadas da área educacional para a aquisição de “sistemas apostilados de ensino” (ADRIÃO et al., 2009, p. 799).

Na subseção 5.1 ilustra-se a presença do Grupo Positivo Ltda. nos municípios mato-grossenses; além de traçar paralelo com a pesquisa de Adrião et al. (2009), utiliza-se principalmente informações localizadas em sua página⁵⁴, com o intuito de melhor descrever seus produtos e serviços para o período.

Conforme mencionado na introdução desta dissertação, para identificar os municípios mato-grossenses que adotaram SPE no período de 2015-2019, realizou-se buscas intencionais em *sites* das prefeituras dos 141 municípios do estado de Mato Grosso, com os descritores: *Privatização, Sistema Privado de ensino, apostilas, apostilamento e material didático*.

Amparados pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de acesso à informação, as buscas seguiram com solicitações de informações através do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) dos municípios nos quais dados não foram localizados. No ofício (Anexo 2) indagou-se se houve adoção de SPE, ano de adoção, etapa de ensino atendida e qual empresa adotada.

Além disso, procedeu-se a busca até a décima página da plataforma de busca do *Google* buscando possíveis adoções de SPE por municípios mato-grossenses, associando os mesmos descritores ao nome de cada um dos 141 municípios.

As informações localizadas foram organizadas em uma planilha do Excel específica para inclusão de dados dos municípios mato-grossenses, elaborada pelo mestrando e também integrante do GREPPE/Campinas, Danilo Kanno. Essa planilha faz parte de pesquisa sobre a privatização da educação em municípios mato-grossenses coordenada pelas professoras Dra. Marilda de Oliveira Costa e Theresa Maria de Freitas Adrião, que derivará em banco de dados a ser tornado público para consultas da comunidade⁵⁵.

A planilha é subdividida em campos específicos para inserção de dados das três dimensões da privatização: oferta, gestão e currículo. Ao todo a composição acontece em cinco

⁵⁴Ver mais em: <https://positivo.gupy.io/>.

⁵⁵ Trata-se da pesquisa mapeamento sobre privatização da educação municipal mato-grossenses a partir de 2015, coordenada pela professora Dra. Marilda de Oliveira Costa e professora Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião.

abas, a primeira: “caracterização dos municípios” com dados de todos os municípios mato-grossenses por ordem alfabética e seus respectivos códigos, segundo últimos dados do IBGE. Segunda aba: “Dimensão da oferta”, para inserção de dados sobre municípios que possuem alguma forma de privatização da oferta em sua esfera. Terceira aba: “Dimensão da gestão”, para inserção de dados de municípios que possuem alguma forma de privatização da gestão em sua esfera. Quarta aba: “Dimensão do currículo”, com dados identificados nesta dissertação, onde aponta-se os municípios que adotaram SPEs, ainda que haja espaço para inserção de outras formas de privatização do currículo nesta mesma dimensão. Quinta aba: os municípios foram agrupados por índice populacional, nas seguintes faixas: de 1 a 10 mil habitantes; de 10.001 a 50 mil habitantes. De 50.001 a 100 mil habitantes; de 100.001 a 500 mil habitantes, e os acima de 500 mil habitantes.

Na fase de identificação, os municípios mato-grossenses foram agrupados por faixas populacionais para melhor compreensão do leitor e organização dos dados do mapeamento, uma vez que serão demonstrados os resultados a partir desta subdivisão.

Tabela 3 - Total de municípios mato-grossenses por faixa populacional-2015-2019.

Municípios de 1 a 10 mil habitantes	Municípios de 10.001 a 50 mil habitantes	Municípios de 50.001 a 100 mil habitantes	Municípios de 100.001 a 500 mil habitantes	Municípios acima de 500 mil habitantes
66	64	6	4	1
Total	141			

Fonte: A autora, a partir de estimativa do IBGE para 2020.

Nota: Informa-se que no período de desenvolvimento desta dissertação apenas as estimativas populacionais estavam disponíveis.

Observa-se que a maior concentração de municípios do estado, 66, se encontram na faixa populacional de 1 a 10 mil habitantes, ou seja, a maioria dos municípios mato-grossenses são considerados de pequeno porte em relação a sua população. Em seguida, tem-se os municípios da faixa de 10.001 a 50 mil habitantes, com 64 municípios; após, seis municípios na faixa de 50.001 a 100 mil habitantes, quatro municípios na faixa de 100.001 a 500 mil habitantes e, por fim, apenas um município com população acima de 500 mil habitantes, sendo a capital do estado, Cuiabá.

Tabela 4 - Municípios mato-grossenses organizados por faixa populacional.

Municípios com população entre 100.001 mil a 500 mil habitantes e Cuiabá com acima de 500 mil		
	Município	População
1.	Cuiabá	618.124
2.	Várzea Grande	287.526
3.	Rondonópolis	236.042
4.	Sinop	146.005
5.	Tangará da Serra	105.711
Municípios com população entre 50.001 mil e 100 mil habitantes		
6.	Cáceres	94.861
7.	Sorriso	92.769
8.	Lucas do rio Verde	67.620
9.	Primavera do Leste	63092
10.	Barra do Garça	61.135
11.	Alta Floresta	51.959
Municípios com população de 10.001 a 50 mil habitantes		
12.	Nova Mutum	46. 813
13.	Pontes e Lacerda	45. 774
14.	Campo Verde	45.740
15.	Juína	41.101
16.	Colniza	39.861
17.	Guarantã do Norte	36.130
18.	Juara	35.130
19.	Campo Novo do Parecís	36.143
20.	Peixoto de Azevedo	35.338
21.	Barra do Bugre	35.121
22.	Colíder	33.649
23.	Poconé	33.315
24.	Confresa	31.510
25.	Mirassol Do Oeste	27.941
26.	Jaciara	27.807
27.	Vila Rica	26.496
28.	Sapezal	26.688
29.	Água Boa	26.204

30.	Paranatinga	22.861
31.	Aripuanã	22.714
32.	Diamantino	22.178
33.	Canarana	21.841
34.	São José do Rio Claro	21.011
35.	Comodoro	21.008
36.	Nova Xavantina	20.944
37.	Nova Olímpia	20.563
38.	Cotriguaçu	20.238
39.	Chapada do Guimarães	19.453
40.	Brasnorte	20.140
41.	Alto Araguaia	19.385
42.	São José dos Quatro Marcos	18.846
43.	Pedra Preta	17.446
44.	Querência	17.937
45.	Rosário Oeste	17.054
46.	Santo Antônio do Leverger	16.999
47.	Araputanga	16.951
48.	Poxoréu	15.916
49.	Campinápolis	16.919
50.	Matupá	16.793
51.	Juruena	16.335
52.	Vila Bela da Santíssima Trindade	16.271
53.	Nova Bandeirantes	15.685
54.	Nobres	15.334
55.	Guiratinga	15.245
56.	Feliz Natal	14.522
57.	Tapurah	14.046
58.	Itiquira	13.552
59.	Nossa Senhora do Livramento	13.104
60.	Nova Canaã do Norte	12.831
61.	Porto Alegre do Norte	12.685
62.	Nova Ubiratã	12.298
63.	Cláudia	12.245
64.	Alto Garças	12.151

65.	Porto Esperidião	12.097
66.	São Felix do Araguaia	11.843
67.	Alto Paraguai	11.473
68.	Vera	11.402
69.	Paranaíta	11.244
70.	Juscimeira	11.176
71.	Alto Taquari	11.133
72.	Marcelândia	10.301
73.	Ribeirão Castalheira	10.329
74.	Apiacás	10.283
75.	Carlinda	10.199
Municípios com população de 1 a 10 mil habitantes		
76.	Denise	9.544
77.	Arenópolis	9.502
78.	Terra Nova do Norte	9.473
79.	Tabaporã	9.429
80.	Novo Mundo	9.363
81.	Nova Monte Verde	9.277
82.	Nova Maringá	8.850
83.	Castanheira	8.749
84.	Jauru	8.582
85.	Jangada	8.451
86.	Santa Teresinha	8.460
87.	Barão de Melgaço	8.164
88.	Dom Aquino	8.159
89.	Ipiranga do Norte	7.920
90.	Gaúcha do Norte	7.782
91.	Campos de Júlio	7.070
92.	Alto Boa Vista	6.930
93.	Itanhangá	6.885
94.	Pontal do Araguaia	6.843
95.	Nova Lacerda	6.751
96.	Bom Jesus do Araguaia	6.706
97.	Lambarí do Oeste	6.186
98.	Nortelândia	5.923

99.	Cocalinho	5.681
100.	São José do Xingu	5.620
101.	General Carneiro	5.592
102.	Porto dos Gaúchos	5.363
103.	Acorizal	5.334
104.	Santo Antônio do Leste	5.334
105.	Curvelândia	5.241
106.	Rio Branco	5.150
107.	Novo São Joaquim	4.938
108.	Canabrava do Norte	4.728
109.	São Pedro da Cipa	4.771
110.	Santa Carmem	4.563
111.	Nova Guarita	4.464
112.	São José do povo	4.450
113.	Conquista do Oeste	4.101
114.	Novo Horizonte do Norte	4.051
115.	Rondolândia	4.036
116.	Nova Nazaré	3.932
117.	Tesouro	3.824
118.	Nova Brasilândia	3.805
119.	Nova Santa Helena	3.737
120.	Itaúba	3.704
121.	Torixoré	3.547
122.	Santa Rita do Trivelato	3.506
123.	União do Sul	3.490
124.	Figueirópolis D'Oeste	3.452
125.	Salto do Céu	3.490
126.	Novo Marilândia	3.304
127.	Santo Afonso	3.165
128.	Vale de São Domingos	3.128
129.	Araguaiana	3.109
130.	Glória do Oeste	3.008
131.	Porto Estrela	2.877
132.	Indiavaí	2.779
133.	Reserva do Cabaçal	2.743

134.	Novo Santo Antônio	2.705
135.	Planalto Da Serra	2.649
136.	Santa Cruz do Xingu	2.633
137.	Ribeirãozinho	2.422
138.	Luciara	2.058
139.	Serra Nova Dourada	1.678
140.	Ponte Branca	1.550
141.	Araguainha	946

Fonte: A autora, com base em estimativa do IBGE para 2020.

Para caracterizar os municípios identificados como adotantes ou contratantes de SPE, buscou-se informações em fontes primárias oficiais, como já apontado nos aspectos metodológicos constantes na introdução deste trabalho. No Quadro 8, a seguir, organizado por faixas populacionais, apresenta-se o total de municípios que adquiriram SPE em Mato Grosso, entre 2015-2019.

Para os municípios que não se encontrou informações em seus portais oficiais, até a décima página de pesquisa do *Google*, e nem responderam à solicitação encaminhada pelo Portal transparência, foram encaminhados e-mails, com mesmo conteúdo de solicitação do Anexo 2 deste trabalho. Nos comentários de cada quadro, apresenta-se o quantitativo de municípios dos quais não se obteve nenhum tipo de informações em nenhuma das etapas de investigação.

Inicialmente demonstra-se as adoções tanto para Educação Infantil quanto para o Ensino Fundamental, posteriormente realiza-se a filtragem somente para a Educação Infantil.

Quadro 8 - Adoção de Sistemas Privados de Ensino em municípios mato-grossenses com população de 50.001 a 100 mil habitantes, 2015-2019.

Municípios	Região intermediária	População	Empresa Contratada	Ano de Contratação	Etapas atendidas
Cáceres	Cáceres	94.861	Positivo Ltda.	2017 a 2020	Educação Infantil
Sorriso	Sinop	92.769	Editora Evoluir e Positivo Ltda.	2019/2020	Ensino Fundamental
Total:	2				

Fonte: A autora.

Para o total dos seis municípios desta faixa populacional, identificou-se que um município adotou SPE para a Educação Infantil, e um adotou para o Ensino Fundamental. Dois informaram não haver adotado para esse período, e em outros dois não se obteve informações. Ressalta-se que, assim como especificado na metodologia desta pesquisa, utiliza-se o termo “adoção” ao invés de “contratação”, pois poderia se encontrar situações em que não houvesse contratos, porém, adoções em outras formas distintas, a exemplo doações pelas empresas à algum município, caso do município de Sorriso⁵⁶.

Quadro 9 - Adoções de SPE por municípios Mato-grossenses com população de 10.001 a 50 mil habitantes-2015-2019.

Municípios	Região intermediária	População	Empresa Contratada	Ano de Contratação	Etapa atendida
Campo Verde	Cuiabá	45.740	Grupo Opet	2018 a 2020	Ensino Fundamental
Peixoto de Azevedo	Sinop	35.338	Positivo Ltda.	2018	Educação infantil e ensino fundamental
Colíder	Sinop	33.649	Positivo Ltda.	2019	Educação infantil
Confresa	Barra do Garças	31.510	Positivo Ltda.	2017	Educação infantil e ensino fundamental
Sapezal	Cuiabá	26.688	Boquinha aprendizagem e Assessoria LTDA	2015 a 2016	Ensino Fundamental
Diamantino	Cuiabá	22.178	Editora Dom Bosco	2015 a 2016	Educação Infantil/pré-escola
São José do Rio Claro	Cuiabá	21.011	Positivo Ltda.	2017 a 2019	Educação Infantil e

⁵⁶ Neste município foram localizadas reportagens sobre palestras e materiais didáticos fornecidos pelo Grupo Positivo Ltda. e Editora Evoluir, porém, em resposta à solicitação de informações, o município afirma que tais recebimentos não geraram ônus para o município.

					Ensino Fundamental
São José dos Quatro Marcos	Cáceres	18.846	Positivo Ltda.	2015 a 2017	Educação infantil
Campinápolis	Barra do Garças	16.919	Positivo Ltda.	2016 á 2017	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Feliz Natal	Sinop	14.522	Positivo Ltda.	2015	Ensino Fundamental
Tapurah	Sinop	14.046	Positivo Ltda.	2017	Sem informações
Itiquira	Rondonópolis	13.552	Positivo Ltda.	2015-2019	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Cláudia	Sinop	12.245	Altair Instituto de Educação Ltda.	2017	Ensino fundamental
Alto Garças	Rondonópolis	12.151	Grupo Opet	2018 á 2020	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Paranaíta	Sinop	11.244	Positivo Ltda.	2015 á 2020	Educação Infantil
Total	15				

Fonte: A autora.

Para esse conjunto de 64 municípios, houve 15 identificações de adoções de SPE no período de 2015-2019; outros cinco foram identificados para o período de 2020, fora do recorte temporal desta pesquisa; 15 informaram não haver contratado SPE para o período e em 30 não se conseguiu informações.

Quadro 10 - Municípios mato-grossenses que adotaram SPE com população de 1 a 10 mil habitantes, 2015-2019

Municípios	Região intermediária	População	Empresa Contratada	Ano de Contratação	Etapa atendida
Ipiranga do norte	Sinop	7.920	Positivo LDTA	2015 (desde 2008)	Sem informações
Gaúcha do Norte	Barra do Garças	7.782	Positivo LTDA	2016	Sem informações
Santa Rita do Trivelato	Sinop	3.506	Positivo LTDA	2015	Ed. Infantil e Ensino Fund.
Total	3				

Fonte: A autora.

Para esse conjunto de 66 municípios, houve a identificação de três adotantes de SPE para o período de 2015-2019; outros dois foram identificados para o período de 2020, fora do recorte temporal desta pesquisa; 10 informaram não haver adotado SPE para o período e em 51 não se obteve informações.

Ressalta-se que para o conjunto dos municípios acima de 100 mil habitantes, sendo Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, e para a capital Cuiabá, acima de 500 mil habitantes, totalizando total de cinco municípios, três responderam não haver adotado SPE para este período e dois não responderam às solicitações de informações e nem se obteve notícias de adoções.

Para a etapa de caracterização dos municípios que adotaram SPE no período de 2015-2019, nesta dissertação, a educação infantil é a etapa de escolaridade considerada como critério; justifica-se por permitir captar melhor esta forma de privatização, posto que 60%⁵⁷ do total de municípios em que se houve informações de adoções visaram esta primeira etapa da educação básica.

O Quadro 11 apresenta o perfil destes municípios.

Quadro 11 - Municípios mato-grossenses que adotaram Sistemas Privados de Ensino para a Educação Infantil, 2015-2019.

Municípios	Região intermediária	População	Empresa Contratada	Ano de Contratação	Etapa atendida
Municípios na faixa populacional de 50.001 a 100 mil habitantes					

⁵⁷ Referente às identificações realizadas para os municípios de Mato Grosso, os quais se obteve informações; dos 20 municípios identificados, 12 adotaram SPE para a Educação infantil, representando 60% desse quantitativo.

Cáceres	Cáceres	94.861	Positivo LTDA	2017 a 2019	Educação infantil
Municípios na faixa populacional de 10.001 a 50 mil habitantes					
Peixoto de Azevedo	Sinop	35.338	Positivo Ltda.	2018	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Colíder	Sinop	33.649	Positivo Ltda.	2019	Educação Infantil
Confresa	Barra do Garças	31.510	Positivo Ltda.	2017	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Diamantino	Cuiabá	22.178	Editora Dom Bosco	2015 a 2016	Educação Infantil
São José do Rio Claro	Cuiabá	21.011	Positivo Ltda.	2017 a 2019	Educação Infantil e Ensino Fundamental
São José dos Quatro Marcos	Cáceres	18.846	Positivo Ltda.	2015 a 2017	Educação infantil
Campinápolis	Barra do Garças	16.919	Positivo Ltda.	2016 a 2017	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Itiquira	Rondonópolis	13.552	Positivo Ltda.	2015 a 2019	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Alto Garças	Rondonópolis	12.151	Grupo Opet	2018 a 2019	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Paranaíta	Sinop	11.244	Positivo Ltda.	2015 a 2020	Educação Infantil
Municípios com faixa populacional de 1 a 10 mil habitantes					

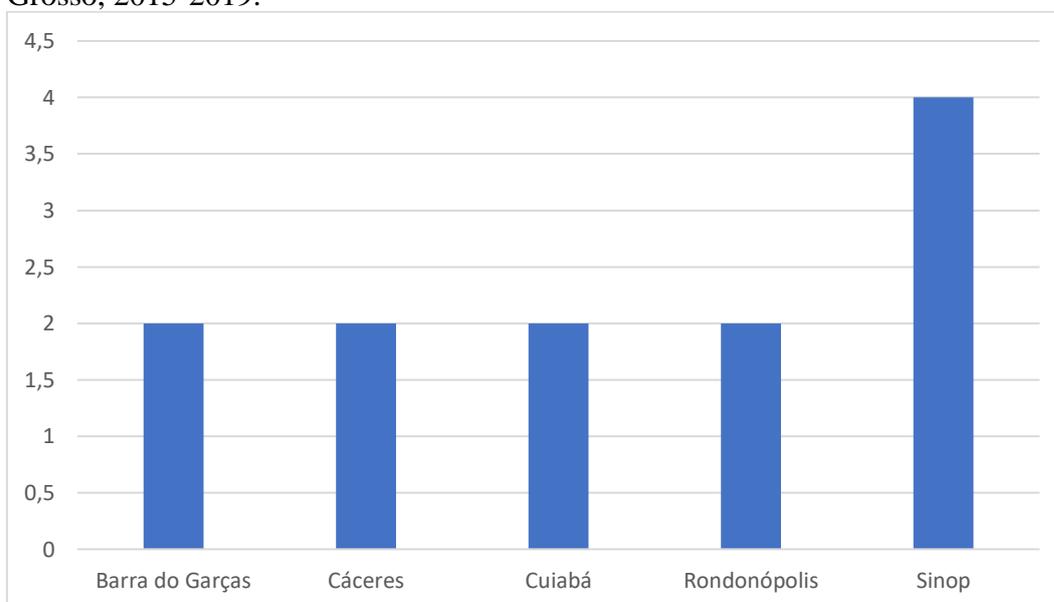
Santa Rita do Trivelato	Sinop	3.506	Positivo Ltda.	2015 a 2016	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Total	12				

Fonte: A autora.

Como demonstrado no Quadro 11, após se levar em consideração somente os municípios que contrataram SPE para a etapa da Educação Infantil, chegou-se ao total de doze municípios; desses, cinco adotaram exclusivamente para a Educação Infantil, e outros sete adotaram SPE para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental concomitantemente. Vê-se que na maioria dos municípios que adotaram SPE para a Educação Infantil, 10 pertencem a faixa populacional de 10.001 a 50 mil habitantes, um município pertencente à faixa de 1 a 10 mil habitantes, e um na faixa de 50.001 a 100 mil habitantes. Não se identificou adoções de SPE em municípios com faixa populacional acima de 100 mil habitantes em Mato Grosso.

As adoções de SPEs para a Educação Infantil em municípios mato-grossenses podem ser observadas em todas as cinco regiões intermediárias deste estado, conforme demonstrado no Gráfico a seguir.

Gráfico 13 - Adoções de SPE na Educação Infantil pelas regiões intermediárias de Mato Grosso, 2015-2019.



Fonte: A autora.

De acordo com os dados, a região intermediária de Mato Grosso que concentra o maior número de municípios adotantes de SPE para Educação Infantil, entre os anos de 2015-2019, é

a região de Sinop, com quatro adoções, seguida das regiões intermediárias de Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá e Rondonópolis, com duas adoções cada. Ressalta-se que, como demonstrado no quadro de identificações totais, em alguns casos, não foi possível obter informações referentes à etapa de ensino em que o SPE foi adotado, como é o caso de três municípios, de modo que o quantitativo de SPE para a Educação Infantil poderia ser ainda maior em virtude dessa variável.

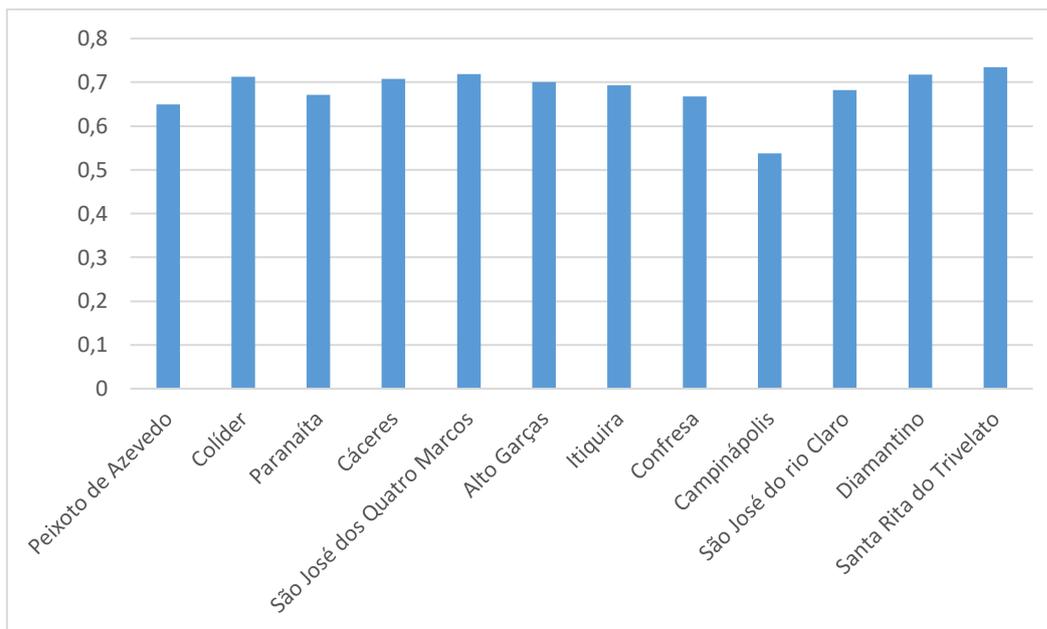
Vale lembrar que a região intermediária de Sinop tem sido pauta de notícias em páginas⁵⁸ que publicam matérias sobre agropecuária e assuntos afins, e que têm noticiado o crescimento do agronegócio no estado de Mato Grosso, assim como também já demonstrado na seção dois desta dissertação, sobre as regiões intermediárias do estado.

Acredita-se ser também importante observar dados referentes às questões econômicas dos municípios adotantes de SPE, para auxiliar a compor o perfil destes. Por isso apresenta-se no Gráfico 15 o Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM⁵⁹ dos municípios que adotaram SPE para a Educação Infantil no período desta pesquisa, bem como o Produto Interno Bruto, que também será detalhado no desenvolvimento desta subseção.

Gráfico 14 - IDHM dos municípios mato-grossenses que adotaram Sistemas Privado de ensino para a Educação Infantil, 2015-2019.

⁵⁸ Ver em Olhar Agro e negócios: <https://www.agroolhar.com.br/noticias/exibir.asp?id=25226¬icia=dez-municipios-de-mato-grosso-se-destacam-entre-os-100-maiores-exportadores-do-brasil> e Só notícias: <https://www.sonoticias.com.br/agronoticias/sinop-e-sorriso-sao-destaques-em-um-dos-maiores-jornais-da-europa-pelo-superpoder-da-soja>/<https://www.sonoticias.com.br/economia/nortao-tem-tres-cidades-entre-os-maiores-exportadores-de-mato-grosso-veja-lista/>.

⁵⁹ Segundo Bohn, Ervilha e Dalberto (2016, p. 2) o IDHM é referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico, pautado em três pilares (longevidade, educação e renda). Ver mais em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i6-7b26220323e6f3f4182a4409b1c768cc.pdf.

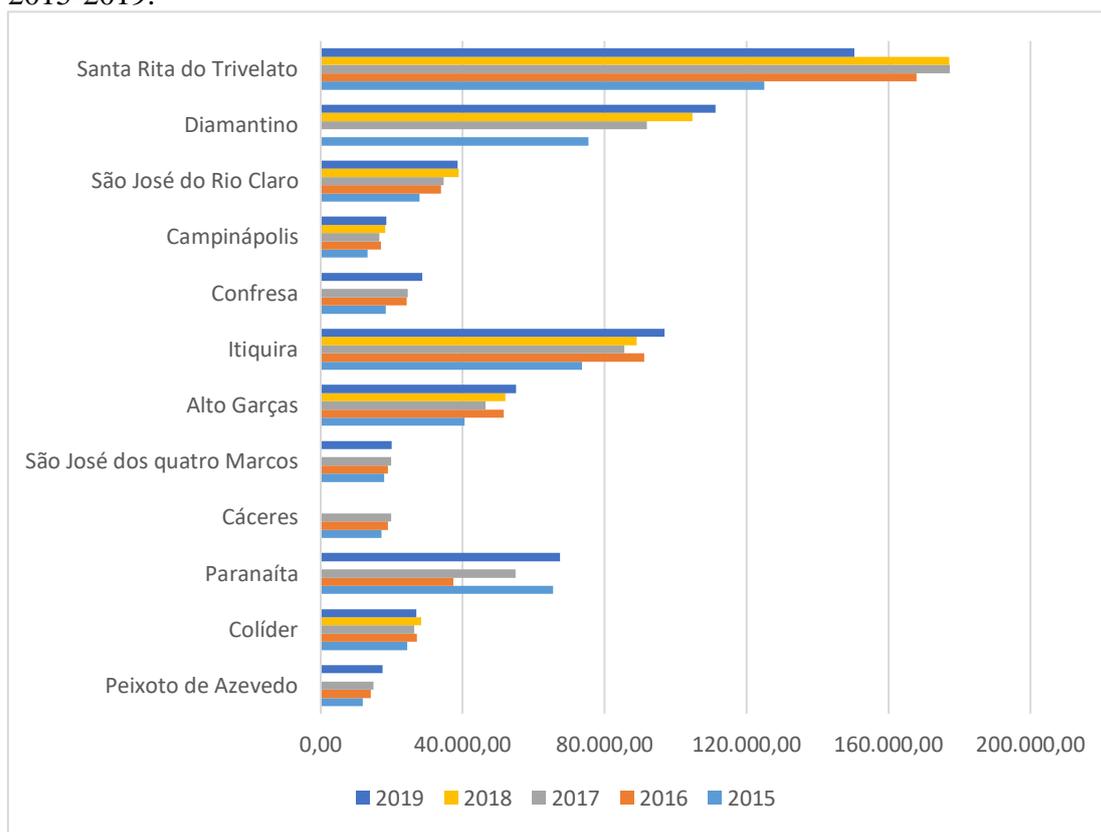


Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2010).

O IDHM dos municípios adotantes de SPE varia entre o menor deste grupo, com 0,538 para o município de Campinápolis, que, se comparado ao IDH do Estado de Mato Grosso que é de 0,725, apresenta-se como um IDHM bem abaixo. Ainda para este grupo, o maior IDHM é o do município de Santa Rita do Trivelato, com 0,735, município com 3.506 habitantes, por sinal o de menor população adotante de SPE de todo o estado. Os outros municípios deste grupo mantêm seu IDHM na média de 0,7 ou acima. Ressalta-se que quanto mais próximo de 1 for o IDHM, maior o Índice Desenvolvimento Humano do município (BOHN; ERVILHA; DALBERTO, 2016).

Ainda para se verificar como se encontra o fator econômico dos municípios adotantes de SPE para a Educação Infantil, recorre-se aos dados do PIB para a série histórica desta dissertação.

Gráfico 15 - PIB dos municípios mato-grossenses que adotaram SPE para a Educação Infantil, 2015-2019.



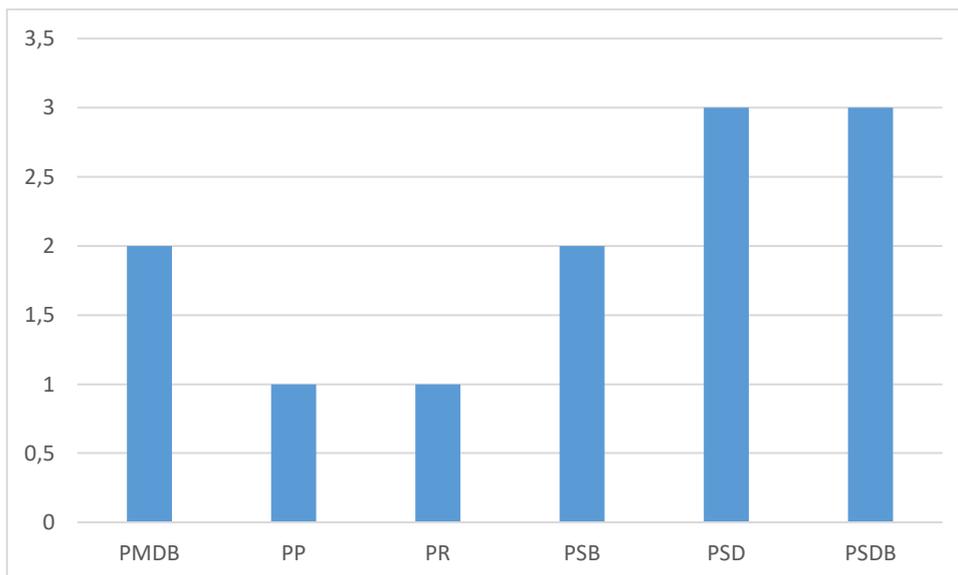
Fonte: A autora, a partir de dados do IBGE (2015-2019).

A partir dos dados apresentados, pode-se observar que os municípios desse grupo possuem o PIB bastante desigual entre si; o mais baixo, Peixoto de Azevedo, com o último PIB, em R\$17.403,45 reais, segundo o IBGE (2019), bem distante do maior PIB deste grupo, sendo o município de Santa Rita do Trivelato, com o PIB de R\$ 150.426,30 reais em 2019,

Sobre Santa Rita do Trivelato apesar de possuir o maior PIB em questão deste grupo de municípios, se observa uma queda entre 2016, quando seu PIB era de R\$ 167.966,16 reais. Mesmo assim, este ainda é o município considerado mais rico dentre os adotantes deste grupo. O segundo município com maior PIB deste grupo é Diamantino, com R\$ 111.197,06 reais (IBGE, 2019).

Em relação a outro item que se utiliza para esta fase de caracterização, se refere aos partidos políticos dos prefeitos dos municípios que integram esta pesquisa, como adotantes de SPE para a Educação Infantil. Para este dado, considera-se o partido ao qual o prefeito era filiado na época de adoção desta cesta.

Gráfico 16 - Partido Político dos prefeitos dos municípios adotantes de SPE para a Educação Infantil - SPEs, 2015-2019.

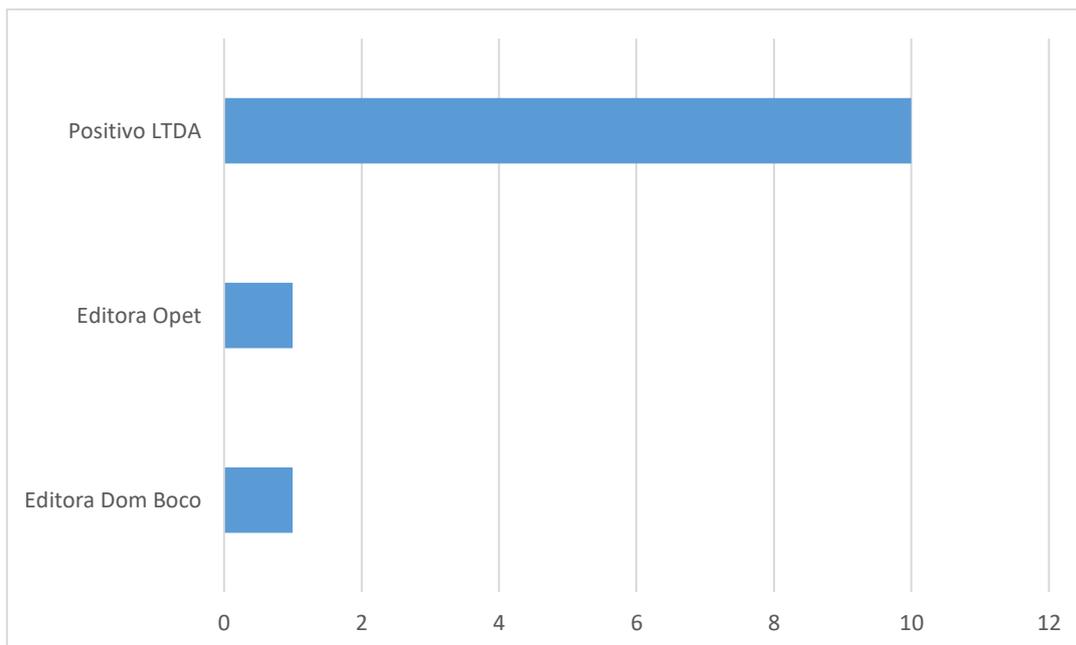


Fonte: A autora, com base em dados das páginas das prefeituras dos municípios investigados e TRE, (2015-2019).

De acordo com tais informações, vê-se que há predominância de dois partidos políticos nesses processos de adoções de SPE no estado, sendo o Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Social Democrático (PSD), em seguida observa-se o Partido Socialista Brasileiro (PSB), juntamente com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com duas adoções cada, e por fim, o Partido da República (PR), atual Partido Liberal (PL), e o Partido Progressista (PP), atual Progressistas, com uma adoção cada.

Ainda como parte da caracterização dos municípios adotantes de SPE para a Educação Infantil em Mato Grosso, se ilustra as empresas que ofertam tais cestas.

Gráfico 17 - Empresas contratadas por municípios mato-grossenses no período de 2015-2019 para a implantação de SPE para a Educação Infantil.



Fonte: A autora, a partir de dados dos municípios.

Como resultado das identificações das empresas adotadas pelos municípios matogrossenses para a Educação Infantil, relacionam-se: Editora Opet, Editora Dom Bosco e Positivo Ltda. Dentre elas, a de maior destaque é a empresa Positivo Ltda. Com exceção do Grupo Positivo, as outras empresas se igualam quanto à quantidade contratações: apenas uma para cada município, no período, como descrito a seguir.

Contratada pelo município de Paranaíta, o Sistema Educacional Família e Escola - SEFE, pertence à Editora Opet. A editora foi fundada em Curitiba no ano de 1993, através do grupo Opet, que atua no Brasil desde 1973. A empresa “oferece soluções educacionais e sistemas de ensino” (EDITORA..., s/d) para Educação Infantil e Ensino Fundamental, tanto para escolas da esfera privada, quanto para escolas públicas. Para a educação básica, a empresa possui marketing principalmente para o projeto intitulado “Família e escola”, onde oferece, além de encontros com familiares na escola, uma coleção de material específico para serem trabalhados com os alunos e os familiares dos alunos (EDITORA, s/d). Além desses serviços, o grupo Opet oferta produtos e serviços para “Pós-Graduação, Graduação, Colégio, Opetwork Escola de Profissão, Editora – Sistema de Ensino e Instituto de Educação e Cidadania”. (GRUPO..., s/d).

A editora Dom Bosco, contratada pelo município de Diamantino, é ligada ao Sistema de Ensino Dom Bosco, pertencente à ordem Salesiana; oferecem “coleções didáticas para todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Pré-Vestibular, ferramentas tecnológicas [...] eventos de capacitação, serviços de marketing, consultoria permanente e programa exclusivo

de aperfeiçoamento docente” (DOM BOSCO..., s/d). A editora iniciou suas atividades no ano de 1960, quando

os salesianos de São Paulo transferiram para o bairro da Mooca, região industrial da Capital, a tipografia e todos os cursos de artes gráficas, que antes funcionavam no Liceu Coração de Jesus. Como caminho natural, em 1968 o bairro recebeu também a editora da congregação, que ali tomou o nome de Editorial Dom Bosco. (A EDITORA..., s/d).

Por último, a empresa Positivo Ltda., já identificada nas pesquisas de Adrião et al. (2009) para o contexto dos municípios paulistas, apresentando-se como a segunda empresa com maior número de contratos da época; e na pesquisa de Adrião et al. (2015) foi relacionada como uma das cinco empresas de maior destaque no cenário educacional dos municípios, na oferta de SPE para a educação básica no Brasil. Em Mato Grosso teve seu SPE contratado para a Educação Infantil de 10 municípios, nos quais se relacionam: Cáceres, Peixoto de Azevedo, Colíder, Santa Rita do Trivelato, Itiquira, Paranaíta, Confresa, São José do Rio Claro, São José dos Quatro Marcos e Campinápolis.

5.1 - O Grupo Positivo e sua inserção nos municípios mato-grossenses.

Sobre o Grupo Positivo Ltda., informações presentes na página principal do Grupo de segmento educacional do Brasil, indicam que o mesmo surgiu em 1972, inicialmente com cursinhos pré-vestibulares (O GRUPO..., s/d).

De acordo com Luiz e Adrião (2011), o Grupo Positivo, a partir de 1988, expande sua atuação para o Ensino Superior e, em 1989, funda a Positivo Informática para comercialização de computadores para escolas Positivo de educação básica e demais escolas franquizadas, segmento que, a partir de 1990, inicia a venda de serviços e equipamentos eletrônicos para empresas e para o poder público. As autoras destacam que, em 2001, a Escola Internacional das Nações Unidas em Nova York adotou o SPE em língua portuguesa para os filhos de diplomatas e colaboradores da ONU; no mesmo ano o Sistema Positivo de Ensino (SPE) atinge 500 mil alunos via 2.200 escolas conveniadas no Brasil e exterior.

Porém, as redes públicas de ensino passam ser incorporadas aos negócios do grupo, pela comercialização de sistema de ensino específico a partir da criação do Sistema Aprende Brasil de ensino (SABE), em 2005. Ainda de acordo com Luiz e Adrião (2011), conforme depoimento colhido em entrevista concedida por uma integrante da editora,

O Sistema de Ensino Aprende Brasil surgiu para atuar com o poder público, no propósito de efetivar o direito de todas as crianças e jovens à educação pública de qualidade até 2022, bicentenário da Independência do Brasil, como proposto pelo Governo Federal e sociedade civil no pacto Compromisso Todos pela Educação. (LUIZ; ADRIÃO, 2011, p. 85).

Passados alguns anos desta caracterização, em consulta à página do Grupo Positivo, esta informa que a inserção no mercado educacional brasileiro aumentou. Na área da educação, até o ano de 2020, o Grupo informa que possui Colégios Positivo, Curso Positivo, Universidade Positivo, Posigraf - autointitulando-se como uma das maiores gráficas da América Latina; Positivo Tecnologia, Positivo Soluções Didáticas, Instituto Positivo e Sistema de Ensino Aprende Brasil - SABE, este último, adotado pela maioria dos municípios considerados nesta pesquisa (POSITIVO, s/d).

Conforme sinalizado anteriormente na página do Grupo Positivo, o SABE é apresentado como uma cesta de produtos e serviços que, até 2020, era integrada pelos componentes sintetizados no quadro 12 desta dissertação. Ressalta-se que os “insumos” estão disponíveis em versões para a educação infantil, ensino fundamental e médio, resultando em uma “customização” ajustada a capacidade orçamentaria dos municípios.

Quadro 12 - Produtos e Serviços que integram o Sistema de Ensino Aprende Brasil - 2020

PRODUTOS E SERVIÇOS	DESCRIÇÃO
Material impresso para professores e alunos	<p>Para alunos: Apostilas/ “livro integrado”; materiais complementares para os alunos (cartela para recortes, autocolantes, álbuns e agendas).</p> <p>Para alfabetização, o Sistema oferta a coleção de livros “Letrix” para os alunos que estão no Ensino Fundamental, mas ainda não estão alfabetizados.</p> <p>Para os professores: material orientador associado ao material do aluno.</p>
Sistema de Ensino Aprende Brasil Digital	<p>Plataforma eletrônica restrita ao professor e gestor com materiais de apoio, como vídeos, sugestões de atividades e outros suportes pedagógicos.</p> <p>Disponível também para os estudantes. Contém conteúdos digitais vinculados ao conteúdo do livro integrado.</p> <p>O acesso às plataformas não é vendido separadamente pois se vincula à compra do SABE impresso.</p>

Formação pedagógica em serviço para uso dos materiais	A empresa disponibiliza profissionais para realizar encontros pedagógicos com os professores e/ou equipe pedagógica dos municípios adotantes.
Avaliação e monitoramento	<p>Hábil: ferramenta de avaliação externa ofertada pelo SPE, coleta e sistematiza informações a respeito de alunos do Ensino Fundamental por meio de testes e questionários textuais. As competências avaliadas são: matemática, leitura e tecnologias.</p> <p>SIMEB: ferramenta que informa, acompanha e analisa indicadores a partir da coleta de dados em sites oficiais. Através das análises desses dados é apresentado aos gestores, segundo a empresa, parâmetros para a melhoria da qualidade do ensino.</p>

Fonte: A autora, a partir de informações da página do Grupo Positivo Ltda.⁶⁰.

Ao se comparar os produtos e serviços oferecidos pelo Grupo Positivo Ltda., até o ano de 2020, com os descritos em Adrião et al. (2009), no quadro 7 desta dissertação, percebe-se algumas modificações, dentre as quais merecem destaque as ferramentas de avaliação e monitoramento, que se subdividem em duas: Hábil e SIMEB; anteriormente, a ferramenta de monitoramento era denominada pelo grupo apenas como Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil - SIMEB (POSITIVO, s/d).

Acrescenta-se a coleção específica de material impresso e assessoria virtual para os alunos que já estão no Ensino Fundamental, porém ainda não foram alfabetizados, possuindo algum tipo de dificuldade de aprendizagem; para estes alunos, o sistema oferece a coleção Letrix, segundo o grupo, com estrutura e conteúdo específicos para esse tipo de situação (POSITIVO, s/d).

Desta forma, o grupo tem se feito presente em vários municípios do Brasil, como verificado em pesquisas anteriores e demonstrado nesta dissertação, aprimorando sua cesta de produtos e serviços, e se expandindo na esfera pública de ensino. O presente mapeamento permitiu a identificação dessa presença também em municípios mato-grossenses, principalmente na Educação Infantil para o período de 2015-2019.

⁶⁰ Ver mais em: <https://www.meupositivo.com.br/institucional/grupo-positivo>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, cujo objetivo geral se deteve em mapear a adoção de Sistemas Privados de Ensino - SPE em municípios mato-grossenses, identificou informações sobre um total de 20 municípios que contrataram este tipo de serviços e produtos para suas redes municipais de ensino, representando 14,18% do total dos municípios do estado. Dessas adoções, 60% ocorreram para a Educação Infantil, foco desta pesquisa.

Considerou-se o período pré-pandêmico, posto se acreditar que as condições para esta forma de privatização do currículo se encontravam em condições de menor turbulência, tendo em vista as políticas de exceção implantadas durante o período da pandemia.

Merece ênfase as dificuldades encontradas na coleta dos dados para esta dissertação, a ausência de transparência das páginas dos municípios mato-grossenses, uma vez que, em muitas delas, não se conseguiu localizar qualquer tipo de informações sobre contratações ou adoções desse escopo, e ainda, em muitos, não se obteve sequer resposta quanto às solicitações de informações pelo SIC, assim como para pesquisa de Adrião et al. (2009), em que também se encontrou dificuldades de acesso às informações, sendo os procedimentos de coleta de dados similares à esta para Mato Grosso.

Como já enfatizado, para todos os anos da série histórica eleita para esta dissertação, identificou-se aquisições de SPEs por municípios mato-grossenses, como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 13 - Início de adoção de SPE para Educação Infantil por municípios mato-grossenses, 2015-2019.

Nomes dos municípios	Início da adoção
Diamantino, São José dos Quatro Marcos, Itiquira, Paranaíta e Santa Rita do Trivelato	2015
Campinápolis	2016
Cáceres, Confresa, São José do Rio Claro	2017
Peixoto de Azevedo, Alto Garças	2018
Colíder	2019

Fonte: A autora.

Os dados demonstram que houve maior pulverização de contratações de SPE para Educação Infantil no ano de 2015, representando 41,66 % do total de tais adoções. Destaca-se

que 2015 corresponde ao último ano de mandato de prefeitos em exercício nos municípios investigados.

Atrelado a esse dado, e, ao mesmo tempo relacionando-o com os resultados para o estado de São Paulo (ADRIÃO et al., 2009), refere-se a concentração de prefeitos a um partido político em específico, o Partido Social da Democracia Brasileira - PSDB, no período em que se adotou esta forma de privatização do currículo. Tal presença se repetiu nos municípios paulistas que adotaram SPE, conforme Adrião et al. (2009) e Rossi (2009), neste caso, para o Ensino Fundamental. Em Mato Grosso, este partido já havia sido identificado na contratação da empresa Positivo Ltda. no estudo de caso de São José dos Quatro Marcos, por Silva (2020), e confirmado por este mapeamento que demonstra a presença de concentração de prefeitos do PSDB em 25% dos municípios adotantes de SPEs para a Educação Infantil, ainda que se igualando ao Partido Social Democrático - PSD, também com 25% de prefeitos.

Rossi (2009, p. 167) levanta uma hipótese sobre a incidência de alguns partidos políticos nos casos de adoções de SPEs, referindo-se ao “contágio eleitoral”, prática relativa à adoção de mesma política por governos de municípios fronteiriços, ou próximos, como estratégia de disputa eleitoral. Traça-se esse comparativo de “contágio eleitoral”, uma vez que os municípios de maior incidência desta forma de privatização se concentram em uma mesma região intermediária, Sinop, apesar de haver identificação em todas as cinco regiões intermediárias do estado, porém em menor concentração.

Desta forma, percebe-se que SPEs além de ser uma das formas de privatização do currículo, parece também se constituir como peça eleitoreira para envidar destaque a este ou aquele partido político.

Na falta de efetivas diferenças político-partidárias locais, são as medidas governamentais com certa visibilidade que se convertem em diferenciais nas disputas eleitorais: a aquisição do sistema de apostilas de hoje concorre com a construção da praça ou do coreto de outrora. (ADRIÃO et al., 2009, p. 114).

A generalização da ideologia de que o privado é melhor, tende a reforçar a ideia de que os produtos vendidos por empresas que também se fazem presentes nas escolas privadas são bem aceitos pela sociedade em geral, por associar os produtos e serviços que compõem essas cestas a uma presença de melhor qualidade, lógica neoliberal discutida por Apple (2005, p. 40), ao enfatizar que nesse viés ideológico, tem-se o senso comum de que “tudo o que é público é ruim, tudo o que é privado é bom”. Porém é um processo que em municípios mato-grossenses atingiu muitos estudantes, como demonstrados a seguir.

Os municípios aqui considerados atendem uma vasta quantidade de alunos de Educação Infantil em suas redes municipais de ensino, sendo relacionado o total pelo período considerado na tabela 5.

Tabela 5 - Matrículas totais da esfera municipal da Educação Infantil de municípios mato-grossenses contratantes de SPE, 2015-2019

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019	Total por município
Cáceres	2.679	2.794	3.431	3.398	3.531	15.833
Peixoto de Azevedo	1.131	1.165	1.331	1.446	1.484	6.557
Colíder	1.238	1.312	1.379	1.416	1.459	6.804
Confresa	749	833	1.131	1.183	1.244	5.140
Diamantino	1.191	1.286	1.214	1.266	1.442	6.399
São José do Rio Claro	785	840	869	924	943	4.361
São José dos Quatro Marcos	733	666	712	702	770	3.583
Campinápolis	682	752	780	762	799	3.775
Itiquira	616	573	638	614	601	3.042
Alto Garças	602	629	608	649	684	3.172
Paranaíta	465	560	575	568	616	2.784
Santa Rita do Trivelato	187	213	216	217	245	1.078
Total por período	5.261	5.519	12.884	13.145	13.818	50.627

Fonte: A autora, com base em dados de matrículas do Laboratório de Dados Educacionais – LDE, (2015-2019).

Durante o período de 2015-2019, nestes municípios, houve o total de 50.627 matrículas para a esfera municipal referente à Educação Infantil, tanto em creches como na pré-escola. Desse total, houve a identificação de uso de SPE em pelo menos 63,79% desse universo, conforme demonstra a Tabela 6.

Tabela 6 - Alunos de Educação Infantil atendidos por SPEs na esfera municipal mato-grossense, 2015-2019

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019	Total por município
Cáceres	0	0	3.431	3.398	3.531	10.360
Peixoto de Azevedo	0	0	0	1.446	1.484	2.930
Colíder	0	0	0	0	1.459	1.459

Confresa	0	0	1.131	0	0	1.131
Diamantino	1.191	1.286	0	0	0	2.477
São José do Rio Claro	0	0	869	924	943	2.736
São José dos Quatro Marcos	733	666	712	0	0	2.111
Campinápolis	0	752	780	0	0	1.532
Itiquira	616	573	638	614	601	3.042
Alto Garças	0	0	0	649	684	1.333
Paranaíta	465	560	575	568	616	2.784
Santa Rita do Trivelato	187	213	0	0	0	400
Total por período	3.192	4.050	8.136	7.599	9.318	32.295

Fonte: A autora, a partir dados de matrículas do Laboratório de Dados Educacionais – LDE, (2015-2019).

Para este resultado considerou-se o período de adoção e o quantitativo de matrículas da esfera municipal de cada município contratante de SPE para a Educação infantil. Ressalta-se que este número poderia ser ainda maior que 32.295 alunos, considerando que em três municípios, conforme informado anteriormente, não foi possível coletar informações quanto a etapa de ensino atendida pelo SPE contratado.

Observando o número de escolas dos municípios adotantes de SPE para a Educação infantil e relacionando-as com o período de adoção dos mesmos, vê-se que esta forma de privatização do currículo, na esfera municipal de ensino, atingiu no mínimo 127 unidades escolares, o que corresponde a 11, 46% do total de escolas municipais que ofertam Educação infantil no estado.

Tabela 7 - Escolas da esfera municipal de Educação Infantil mato-grossenses adotantes de SPE, 2015-2019.

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Cáceres	35	34	35	37	37
Peixoto de Azevedo	10	10	9	9	11
Colíder	14	12	11	12	12
Confresa	13	13	12	11	11
Diamantino	11	12	11	10	11
São José do Rio Claro	6	6	6	6	6
São José dos Quatro Marcos	7	7	6	6	6
Campinápolis	9	12	13	8	9
Itiquira	8	8	8	8	8

Alto Garças	2	2	2	2	2
Paranaíta	5	6	5	5	6
Santa Rita do Trivelato	3	3	3	3	3

Fonte: A autora, a partir de dados sobre escolas do Laboratório de Dados Educacionais – LDE, (2015-2019).

Quanto ao fator econômico dos municípios adotantes de SPE, observa-se através dos últimos valores do IDHM e do PIB, já demonstrados, que ambos não apresentam uma regularidade entre si, principalmente quando se refere ao PIB que é bastante desigual entre tais municípios deste grupo. Como exemplo, o menor PIB dentre os municípios adotante de SPE, Peixoto de Azevedo, com R\$17.403,45 reais, representa o percentual de 0,012% do PIB do estado de Mato Grosso (R\$ 142, 12 bilhões de reais), segundo o IBGE, 2019. Ainda neste grupo, cita-se o maior PIB, o do município de Santa Rita do Trivelato, com R\$ 150.426,30 de reais, ainda segundo o IBGE, 2019, o que corresponde a 0,105% do PIB de Mato Grosso. Para esses dados, considera-se que não há um padrão econômico reconhecível para os municípios adotantes de SPEs em Mato Grosso, pois tanto municípios ricos, quanto os de menor economia adquirem essas cestas.

Apesar de se identificar que a privatização do currículo de escolas municipais em Mato Grosso, por meio de adoção de SPEs na Educação infantil, ocorre tanto em municípios com maior poder econômico, quanto em municípios com menor poder econômico, é nos municípios mais pobres que se observa a tendência identificada em Adrião et al. (2009), pois além de os municípios estarem mais suscetíveis aos assédios dos grupos empresariais privados, também não possuem estrutura técnica suficiente para elaboração de políticas curriculares próprias. Dado que adensa tal afirmativa é que 66,66% dos municípios adotantes de SPEs para a Educação infantil em Mato Grosso não possuem Sistema Próprio de Ensino, por exemplo. Tais dados só demonstram que esses municípios estão seguindo a mesma lógica neoliberal da esfera estadual de ensino em MT, na questão da privatização no âmbito educacional, como demonstrou Domiciano (2021).

Mesmo em contextos dos municípios paulistas; os autores enfatizam que pela “ausência de estrutura técnica, política ou orçamentária” muitos municípios acabam recorrendo a parcerias realizadas com o setor privado, como é o caso das adoções de SPEs (ADRIÃO et al., 2009, p. 14), o que parece estar ocorrendo também em municípios de Mato Grosso.

A mesma justificativa se aplica aos municípios contratantes com maior poder econômico, pois a questão a ser levada em consideração, não é somente econômica; o currículo escolar é mais abrangente, como já se viu nesta dissertação nas afirmações de Libâneo (2019).

Os municípios adotantes, apesar de possuírem condições financeiras para realizar a adoção de SPE, parece não possuir estrutura política curricular suficiente para tal efeito, caso contrário não haveria contratação de tal cesta, pois como viu-se através de toda literatura inventariada neste trabalho, os SPEs pouco contribuem para a efetiva aprendizagem do aluno, principalmente na Educação infantil.

Quanto às empresas identificadas nos municípios mato-grossenses, quais ofertam SPEs, a de maior destaque foi o Grupo Positivo Ltda., a mesma identificada e caracterizada em Adrião et al. (2009) e Adrião et al. (2015). Esta empresa atua tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental e em diferentes regiões do país, indicando a oligopolização deste mercado. Nos trabalhos que se detiveram a discutir sobre SPEs, e ilustrados nesta dissertação, em sua grande maioria identificam a presença deste grupo em seus *locus* de investigação.

A Positivo Ltda, em seus produtos e serviços vem desmontando uma rápida adaptação ao mercado educacional, principalmente ao se observar o material didático “Letrix”, material que é vendido com o objetivo de recuperar a defasagem de aprendizagem dos alunos do Ensino fundamental, ou seja, os que ainda não estão alfabetizados. Este dado é na prática uma materialização das afirmações de que o mercado responde muito rápido as necessidades emergente, sendo essa uma delas, como afirmam Bastos (2013), Dowbor (2020) e Adrião e Domiciano (2020).

Sobre a faixa populacional dos municípios que contrataram SPEs em Mato Grosso, pode-se relacioná-la também com os resultados para os municípios paulistas em Adrião et al. (2009), sendo que, em ambas as pesquisas, a maior concentração de municípios que adotaram SPE pertencia à faixa populacional de 10.001 a 50 mil habitantes.

Tal situação parece confirmar a hipótese de que os municípios considerados pequenos possuem condições mais adversas, do ponto de vista político e operacional para a oferta educacional. Complementarmente, tendem a ser mais permeáveis à pressão das empresas privadas, tendo em vista que a constituição da esfera pública em tais situações tende a ser mais frágil, aproximando-se o privado do público de maneira mais cotidiana e informal. (ADRIÃO et al., 2009, p. 805).

Tomando como parâmetro as afirmações acima e dialogando com o mapeamento realizado em Mato Grosso, percebe-se que, dentre o conjunto no qual se localizou dados e que corresponde a 59% do total de municípios mato-grossenses, realmente os grupos de municípios de menor faixa populacional, de 1 a 10 mil habitantes, foram os que menos centraram este tipo de mercadoria, representando 15% do total de adoção de SPEs nos municípios, e 8,3% quando se trata de aquisição de SPEs para a Educação Infantil.

Para os municípios acima de 100 mil habitantes não houve identificação para aquisições de SPEs, assim como para as pesquisas em municípios paulistas, que detectaram apenas 11,11% de aquisição entre os 54 municípios desta faixa populacional. Destaca-se que também para aquele contexto paulista, não houve nenhuma identificação de adoção em municípios na faixa de 500 mil habitantes, ou seja, os considerados muito grandes.

Sugere-se que os motivos para essa baixa adesão exijam estudos mais aprofundados, como atesta a pouca bibliografia sobre privatização da educação, e em especial do currículo, em municípios mato-grossenses. Ainda em sugestão, que novos estudos neste mesmo sentido ocorram, para monitoramento dos dados quantitativos aqui apresentados, com intuito de verificar se haverá crescimento ou diminuição desta forma de privatização do currículo em municípios mato-grossenses.

A partir dos dados apresentados neste mapeamento e das reflexões decorrentes, recorre-se às afirmações de Bastos, ao enfatizar que a educação pública tem deixado porta aberta de entrada para o setor privado mercantil, principalmente no que se refere a compras de SPE, pois, por serem “padronizados geram ganhos de escala que barateiam a oferta do serviço, independentemente de sua qualidade” (BASTOS, 2013, p. 17), ou seja, mais lucratividade para quem o vende, mas e a qualidade?

Em vista disso, indaga-se sobre a qualidade ao atendimento de crianças da Educação Infantil que os gestores contratam; tal situação se constitui ainda mais preocupante por se tratar de crianças pequenas e de crianças muito pequenas, já que houve identificação de adoção de SPEs não somente para a pré-escola, mas também para a creche, como é o caso de Campinópolis.

Há de se reforçar que a adoção de SPEs na educação básica é apontado por todas as pesquisas aqui analisadas como inapropriada, entretanto, profissionais docentes, na dissertação de Damaso (2015), por fatores já mencionados, se mostraram adeptos e favoráveis a esta padronização, mesmo na Educação Infantil. Acredita-se que pesquisas a esse respeito também se façam necessárias nos municípios mato-grossenses, pois o olhar do profissional docente adensaria dados de natureza exploratória sobre esse tema.

Sobre as doações de exemplares de “apostilas” ou “livros integrados” ou até mesmo de palestras ou serviços similares, de grupos à alguns municípios, no caso de Mato Grosso, ao município de Sorriso, à primeira vista podem se apresentar como uma ação “caridosa”, ação inclusive alertada por Moraes (2001) ao citar estratégias de cunho neoliberal realizadas pelo setor privado mercantil à alguns segmentos da sociedade. Tal prática também já foi identificada em Adrião et al. (2015), demonstrando ao mesmo tempo o assédio e o marketing que as

empresas exercem sobre alguns municípios, com o intuito de induzir futuras contratações de tais cestas.

Quando se refere à Educação infantil, a preocupação mais evidente é com a negação do caráter lúdico, posto em pauta sobretudo por aqueles que analisaram tais materiais (ADRIÃO; CORREA, 2014) e (SOUZA, 2017). O uso de SPEs na Educação Infantil fere os princípios básicos para esta primeira etapa da educação básica, “interações e brincadeiras” (ADRIÃO; CORREA, 2014, p. 379), e gera uma antecipação à escolarização, o que não deveria ocorrer se observado atentamente o seu currículo.

Por outro lado e numa perspectiva mais abrangente, as consequências da utilização do SPE na educação pública em geral também são percebidas como impróprias na medida em os profissionais são “submetidos a processos de controle que, se não lhes retiram por completo a autonomia, podem, a depender das condições objetivas a médio e longo prazo, chegar a esse resultado” (GARCIA, CORREA, 2011, p. 129). Em suma, vê-se que, quando se trata da utilização de SPEs, tanto pelos alunos quanto pelo professor, se tem bem claro a “privatização dos processos pedagógicos” (ADRIÃO et al., 2017. p. 1), já que afeta também o trabalho docente de maneira negativa, impositiva e engessada e que vem atingindo significativamente os municípios mato-grossenses.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos A.; NETO, Odorico Ferreira C. Federalismo cooperativo e educação brasileira: a experiência de Mato Grosso [com a] proposição de um sistema único de educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 215-242. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/educacao_federalismo.pdf>. Acessado em: janeiro de 2021.

ADRIÃO, Theresa. **Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado**. São Paulo: Xamã, 2006.

ADRIÃO, Theresa et al. **Sistemas de Ensinos Privados na Educação Pública Brasileira: Consequências da Mercantilização para o direito à Educação**. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319044295_sistemas_de_ensino_privados_na_educacao_publica_brasileira_consequencias_da_mercantilizacao_para_o_direito_a_educacao>. Acessado em: abril de 2021.

ADRIÃO, Theresa M. de F. et al. **A adoção de Sistemas Privados de Ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores**. **Revista e-Curriculum**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 434-460, agosto 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/766/76628121008.pdf>>. Acessado em: abril de 2020.

ADRIÃO, Theresa; AZEVEDO, Juliana de P. E. Subsídio público à oferta educacional privada: reflexões a partir do modelo irlandês. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE**, v. 35, n. 1, p. 119 - 139, jan./abr. 2019. PDF. DOI: 10.21573/vol1n12019.89876.

ADRIÃO, Theresa; BEZERRA, Egle P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/adriao-bezerra.pdf>>. Acessado em: maio de 2021.

ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel; DOMICIANO, Cássia. Educação infantil, ensino fundamental: Inúmeras tendências de privatização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 285-298, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acessada em: maio de 2021.

ADRIÃO, Theresa; CORREA, Bianca. O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE**, v. 30, n. 2, p. 379-396, mai./ago. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/53681>>. Acessado em: janeiro de 2021.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais1. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em:

<<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>>. Acessado em: 02 de junho de 2020.

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cássia. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v8-79084>>. Acessado em: maio 2020.

ADRIÃO, Theresa. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública1. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. especial, p. 263-282, 2014. ISSN 0102-6801. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/24613>. Acessado em: novembro de 2020.

ADRIÃO, Theresa et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 533-549, abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: maio de 2021.

ADRIÃO, Theresa et al. Grupos empresariais na educação Básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 134, p. 113-131, jan.-mar., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00113.pdf>>. Acessado em: maio de 2020.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. O mercado bate à sua porta. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 433-446, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acessado em: maio de 2021.

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cássia. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acessado em março de 2021.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Orgs.). **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: MARINGONI, Gilberto (Org). **O negócio da Educação**. A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco. São Paulo: Olho d'água, 2017.

ANJOS, Lislaine. **Ex-secretário de Educação é preso pelo Gaeco durante operação em MT**. **GI.com/Mato Grosso**. 21/07/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/ex-secretario-de-educacao-e-presno-pelo-gaeco-durante-operacao-em-mt.html>>. Acessado em: agosto de 2021.

APPLE, M. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade: Fora com os professores: a política cultural do ensino doméstico**. São Paulo: Cortez, 2003.

APPLE, Michel. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 2005.

BALL, S.; YOUDELL, D. Hidden privatization in public education. **Education International: 5th World Congress**, Institute of Education, University of London, July 2007.

BARRA DO GARÇAS: **Economia**. Barra do Garças - MT. Disponível em: <<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/O-Municipio/Economia/#:~:text=Sua%20economia%20baseia%2Dse%20na,de%20soja%2C%20arroz%20e%20milho>>. Acessado em: maio de 2021.

BASTOS. Pedro Paulo Z. **Financeirização, crise, educação**: Considerações preliminares. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3256/TD217.pdf>>. Acessado em: abril de 2021.

BATISTA, Paulo N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acessado em: maio de 2021.

BELFIELD, Clive R.; LEVIN, Henry M. **A privatização da Educação**: causas e implicações. Porto, Portugal: ASA Editores S.A., 2004.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora. Questões de nossa época. 1997.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: MARE, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/Mare/Planodiretor/Planodiretor.Pdf>>. Acessado em: janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Acordo de Empréstimo - extrato do contrato N° 8812-BR e 8813-BR**. Brasília: Diário Oficial da União. 28/05/2018. Edição: 101- Seção: 3. Página: 87. Órgão: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional n° 19**, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: DOU, 05.06.1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm>. Acessado em: abril de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional n° 53**, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: DOU, 20.12.2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acessado em: agosto de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 059**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DOU, 23.12.1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acessado em: agosto de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: DOU, 07.02.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm>. Acessado em: agosto de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: DOU, 26.6.2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acessado em: junho de 2020.

BRENT, Edwards Jr.; HALL, Stephane M. Escolas Charter: gestão de professores e aquisição de recursos na Colômbia. Trad. Ana Paula Renesto. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47 n. 164, p. 442-468, abri/junh. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n164/1980-5314-cp-47-164-00442.pdf>>. Acessado em: novembro de 2020.

CAMPANHA LATINO-AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CLADE). Mapeo sobre Tendencias de la Privatización de la Educación en América Latina y el Caribe. São Paulo: CLADE, 2014.

CAMPOS, Roselane et al. A BNCC e a formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. **Retratos da escola**, v. 13 n. 25, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25>. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/35>>. Acessado em: fevereiro de 2022.

CASSIANO, Célia. F. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007).

234 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Alan: **Texto biográfico Mauro Mendes**. FGV/CPDOC. s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauro-mendes-ferreira>. Acessado em: abril de 2021.

CORREA, Bianca. Privatização da e na Educação infantil. A educação infantil sob a lógica do empreendedorismo e dos “negócios de impacto social”. **Educação em revista**, UFMG, Belo Horizonte v. 36, 2020 Epub 16-Out-2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698231100>>. Acessado em: abril de 2021.

COSTA, Marilda de O.; DOMICIANO, Cássia. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e70086, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155063059009>>. Acessado em: maio de 2021.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº 134, p. 17-33, jan.-mar. 2016. PDF. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/MBjSzsT8hKZvP3VN3hHFvtn/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: maio de 2020.

DAMASO, Alexandra F. F. **O uso do material apostilado em creches municipais paulistas: a percepção dos professores**. Campinas-SP: UNICAMP, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254000>>. Acessado em: maio de 2020.

DOMICIANO, Cássia. Privatização da educação estadual mato-grossense: programas e atores privados (2015-2018). In: VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane; GARCIA, Teise. (Orgs). **Estudos sobre a privatização no Brasil**. vol. 2. Disponível em: <<https://pedrojoaoeditores.com.br/site/curriculo-gestao-e-oferta-da-educacao-basicabrasileira-incidencia-de-atores-privados-nos-sistemas-estaduais-das-regioes-norte-centro-oeste-sul-edistrito-federal-2005-2018-colecao-estudos-sobr/>>. Acessado em: junho de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

DRABACH, Nádia P.; ADRIÃO, Theresa M. de F. A seleção de dirigentes escolares no Brasil: oscilações entre diferentes estratégias. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 11, n. 8. setembro de 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/49788>>. Acessado em: junho de 2020.

EDWARDS, D. Brent J.; HALL, Stephanie M. **Escolas Charter: Gestão de professores e aquisição de recursos na colômbia**. ISSN 0100-1574 On-line version ISSN 1980-5314.

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742017000200003&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: setembro de 2020.

FALCI, Carla. Entrevista: **Distrito Industrial comemora 30 anos de existência**. Cuiabá: SEDEC, 28.09.2008. Disponível em: <<http://www.sedec.mt.gov.br/-/entrevista-distrito-industrial-comemora-30-anos-de-existencia>>. Acessado em: abril de 2021.

FANAIA, Maria de Lourdes. O silêncio sobre a rusga nos livros didáticos de história. Cuiabá-MT. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2012. Disponível em: <<http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/165>>. Acessado em: fevereiro de 2022.

GALZERANO, Luciana S. **Grupos empresariais e Educação básica**: Estudo sobre a Somos Educação. Campinas-SP: UNICAMP, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321629>>. Acessado em: maio de 2020.

GARCIA, Teise; CORREA, Bianca. Sistemas de ensino privados em redes públicas de educação: relações com a organização do trabalho na escola. **Educação**: teoria e prática, UNESP, Rio Claro - SP, Brasil - eISSN: 1981-8106. 2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5268>>. Acessado em: janeiro de 2022.

GATTI, Bernadete. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE**, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/36066>>. Acessado em: agosto de 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/david-harvey-o-novo-imperialismo.pdf>>. Acessado em abril de 2021.

HARVEY. **O problema da Globalização**. In: Publicado Marxismo Ogg1'. Rivisra Quadrimesrrale di cultur.1 e policica, n. 0 2, Milão, Teci Editore, maio-agosto, 1996, pp. 125-140. Tradução de Fátima Cabral; revisão técnica de Giuliana Rani. Pdf.

IANNI, Octavio. **Globalização: Novo paradigma das ciências sociais**. Estud. av. vol.8 no.21 São Paulo May/Aug. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009>. Acessado em: abril de 2021.

IBF. INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. **Bioma do cerrado** s/d. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/biomacerrado?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=googleads&keyword=vegeta%C3%A7%C3%A3o%20do%20cerrado&creative=465940054245&gclid=CjwKCAjwx8iIBhBwEiwA2quaqwvzm_gBCi6pfMNcdibGONTugAB3Eu4ToJ7DGG5XOMvuaa6MuzOIBoC0RQQA_vD_BwE>. Acessado em: abril de 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados - **Estimativa populacional para Mato Grosso**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>>. Acessado em: janeiro de 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões intermediárias e imediatas do Brasil/Estado de Mato Grosso**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acessado em: maio de 2021.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do estado do Mato Grosso - Censo da Educação Básica 2019**. Brasília-DF: Inep/MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+do+Mato+Grosso+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/2c0f07f3-fe37-47b9-adbd-6754236ccd21?version=1.1>>. Acessado em: maio de 2021.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico da Educação Básica Nacional**. Brasília-DF: INEP/MEC, 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf>. Acessado em: abril de 2021.

JÚNIOR, Marco A. M.; GOLDFARB, Yamila. **Mudança climática, energia e meio ambiente: Agro não é tech, agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2021 Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acessado em: fevereiro de 2022.

LARA, Stephanie S. et al. A agricultura do agronegócio e sua relação com a intoxicação aguda por agrotóxicos no Brasil. **HYGEIA - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia – MG, 2019. ISSN: 1980-1726. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/Hygeia153246822>. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>>. Acessado em: fevereiro de 2022.

LEME, Alessandro A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 114-138, jan./jul. 2010. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1045>>. Acessado em maio de 2021.

LIANA, Bohn; ERVILHA, Gabriel T.; DALBERTO, Cassiano R. **IDHM e eficiência: O desenvolvimento municipal sob um novo prisma**. Niterói – RJ: ANPEC 2016. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i67b26220323e6f3f4182a4409b1c768cc.pdf>. Acessado em: fevereiro de 2022.

LIBÂNEO, José C. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. In: LIBÂNEO, J. C.; ECHALAR A. D. L. F.; SUANNO, M. V. R.; ROSA, S. V. L. (Orgs.). **Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate**. VII Edipe. Goiânia: Editora da UFG, 2019 (no prelo). Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Texto%20Livro%20VII%20EDIPE%202019.pdf>>. Acessado em: janeiro de 2021.

LIRA, Gilson. **Conhecendo Mato Grosso**. Cuiabá-MT, 2011. Disponível em: <https://www.camaratapurah.mt.gov.br/fotos_downloads/1497.pdf>. Acessado em: abril de 2021.

LUIZ, Kátia T.; ADRIÃO, Theresa. A presença do Grupo Positivo na educação de municípios paulistas. In: **Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local**. Relatório técnico. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276444199_CHARACTERISTICAS_DAS_APOSTILAS_DE_CIENCIAS_DA_NATUREZA_PRODUZIDAS_POR_UM_SISTEMA_APOSTILADO_DE_ENSINO_E_UTILIZADAS_EM_UMA_REDE_ESCOLAR_PUBLICA_MUNICIPAL/fulltext/55f735be08aeafc8abfc4ed4/CARACTERISTICAS-DAS-APOSTILAS-DE-CIENCIAS-DA-NATUREZA-PRODUZIDAS-POR-UM-SISTEMA-APOSTILADO-DE-ENSINO-E-UTILIZADAS-EM-UMA-REDE-ESCOLAR-PUBLICA-MUNICIPAL.pdf>. Acessado em: janeiro de 2022.

MACHADO, Maria de Fátima R. **Bororós, primeiros cuiabanos foram dizimados**. Cuiabá: Diário de Cuiabá, 8 de abril de 1997.

MARIM, Jéri R.; SQUINELO, Ana Paula. **A ocupação paraguaia em Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai**. Cuiabá. Disponível em: <[http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/961#:~:text=A nalisamos%20neste%20artigo%20a%20ocupa%C3%A7%C3%A3o,1864%20e%20in%C3%ADcio%20de%201865](http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/961#:~:text=A%20nalisamos%20neste%20artigo%20a%20ocupa%C3%A7%C3%A3o,1864%20e%20in%C3%ADcio%20de%201865)>. Acessado em: fevereiro de 2022.

MATO GROSSO DO SUL. **Sobre a história de Mato Grosso do Sul**. 2016. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/#:~:text=Criado%20em%201977%20e%20implantado,de%20MT%20e%20criou%20MS>>. Acessado em: abril de 2021.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Lei complementar nº 77**, de 13 de dezembro de 2000. Altera a Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998, que dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, e dá outras providências. Cuiabá-MT, 2000. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/legislacao/6018/visualizar>>. Acessado em: agosto de 2021.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Lei nº 049**, de 01 de outubro de 1998. Dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato grosso e dá outras providências. Cuiabá-MT, 1998. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/5fc1d9aa762b88eb042567c1006acee8?OpenDocument>>. Acessado em: maio de 2020.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Lei nº 7.040**, de 1 de outubro de 1998. Lei de gestão democrática. Diretrizes Educacionais. Mato Grosso. Secretaria de educação. Cuiabá: Central do texto, 1998.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Lei nº 7.959**, de 25 de setembro de 2003. Define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências. Cuiabá-MT, 2003. Disponível em:

<<http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/957556DBB87E429E04256DB0004E2206>>. Acessado em: junho de 2021.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Lei Ordinária nº 8.469**, de 07 de abril de 2006. Dispõe sobre o transporte de alunos da rede estadual de ensino residentes na zona rural do estado de mato grosso e dá outras providências. Cuiabá-MT. 2006. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-8469-2006-mato-grosso-dispoe-sobre-o-transporte-de-alunos-da-rede-estadual-de-ensino-residentes-na-zona-rural-do-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias>>. Acessado em: agosto de 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação. **Lei no 10.111**, de 06 de junho de 2014. Dispõe sobre a revisão e alteração do Plano Estadual de Educação. Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/pde/plano-estadual-de-educacao>>. Acessado em: maio de 2020.

MATO GROSSO. SEDUC. **Governo lança avaliação do ensino público de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www3.seduc.mt.gov.br/-/governo-lanca-avaliacao-do-ensino-publico-de-mato-grosso>>. Acessado em: maio de 2021.

MATO GROSSO. **Geografia de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/geografia>>. Acessado em: abril de 2021.

MATO GROSSO. **História de Mato Grosso**. 2016. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/historia#:~:text=Na%20busca%20de%20%C3%ADndios%20e,conflu%C3%Aancia%20com%20o%20rio%20Cuiab%C3%A1>>. Acessado em: abril de 2021.

MATO GROSSO. Instituto mato-grossense de economia agropecuária - IMEA. **Mapa das macrorregiões do IMEA**, 2017. Disponível em: <<https://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/metodologia/justificativamapa.pdf>>. Acessado em: maio de 2021.

MATO GROSSO. **PIB quadrimestral do Estado de Mato Grosso**. 4º trimestre. Cuiabá-MT. Disponível em: <http://www.seplag.mt.gov.br/images/files/responsive/Planejamento/INFORMACOES_MUNICIPAL/PIB_MT_4TRI_2020.pdf>. Acessado em: maio de 2021.

MATO GROSSO. **Tribunal Regional eleitoral/MT**. Eleições. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/957556DBB87E429E04256DB0004E2206>>. Acessado em: maio de 2021.

MATO GROSSO. UNEMAT. **Perfil econômico de Tangará da Serra**. 2012. Disponível em: <http://www2.unemat.br/nepec/perfil_tangara/economia.html>. Acessado em: maio de 2021.

MELGAREJO, Mariano M. **A agenda do Banco Interamericano de desenvolvimento para a educação: um estudo do acordo com a prefeitura municipal de Florianópolis**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188268/PEED1302-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acessado em: janeiro de 2021.

MENEZES, Janaína; SOUZA, Donaldo. **Monitoramento e avaliação nos Planos Estaduais de Educação consoantes ao novo PNE**. Pro-posições. e-ISSN 1980-6248. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0068>>. Acessado em: fevereiro de 2021.

MINAYO, Maria C.; SANCHES, Odécio. 1993. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?lang=pt&format=pdf>>.

Acessado em: janeiro de 2021.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** S. Paulo: Editora Senac, 2001. Disponível em:

<https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf>. Acessado em: abril de 2021.

MORAES, Reginaldo C. **Estado, Mercado e outras instituições reguladoras.** 2003. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ln/a/9Sxfmr6bh4K59Fr7Svb7HYr/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: janeiro de 2021.

NASCIMENTO, Gustavo. In: Secretaria de Estado de Educação. **Professora Marioneide Kliemaschewsk assume a Seduc.** Disponível em: <<http://www3.seduc.mt.gov.br/-/9548925-professora-marioneide-kliemaschewsk-assume-a-seduc>>. Acessado em: abril de 2021.

NETO, Odorico Ferreira C. **Dissensos no consenso: a democratização na escola pública em Mato Grosso.** Cuiabá: Editora UFMT, 2004.

NUNES, José Ribeiro da S. et al. MATO GROSSO E SEUS BIOMAS: Biodiversidade, Desafios Sócio-Ambientais, Unidades de Conservação Iniciativas de Políticas Públicas e Privadas para a Conservação. **Revista Gestão Universitária**, p. 1-28, 2016. ISSN: 1984-3097. Disponível em:

<http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/231/original/BIODIVERSIDADEDefinitivo.pdf?1483469804>. Acessada em> abril de 2021.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. A Transformação Da Educação Em Mercadoria No Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: janeiro de 2021.

PARO, Vitor H. O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública. In: PARO, Vitor H. **Administração Escolar: introdução crítica.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PERONI, Vera Maria V. **O Estado Brasileiro e a política educacional dos anos 90.** Campinas, 2000. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-estado-brasileiro-e-politica-educacional-dos-anos-90>>. Acessado em: maio de 2021.

PERONI, Vera Maria V.; OLIVEIRA, Regina T. C.; FERNANDES, Maria D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: junho de 2020.

PERONI, Vera Maria V. Reforma do Estado e a tensão entre público e privado. **Revista SINPE**, ano 1, v. 1, ago. 2006.

PINHEIRO, Luciana. **Texto biográfico Pedro Taques**. Centro de Pesquisa e documentação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-pedro-goncalves-taques>>. Acessado em: junho de 2021.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº 145, p.846-869, out.-dez., 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: maio de 2020.

ROSSI, Lucilene. **Oferta educacional e parceria com o setor privado**: um perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes. Rio Claro – SP: UNESP, 2009. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/90164?mode=full>>. Acessado em: janeiro de 2021.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas. São Paulo 2010. Disponível em: <<https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/savianidermeval-escolaedemocracia.pdf>>. Acessado em: abril de 2021.

SEBA, Maria S. **Planejamento educacional no estado de Mato Grosso e plano estadual de educação**: Monitoramento, avaliação e adequação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Mato Grosso, 2020. 149 p.

SEM AUTOR. Entrevista - **Distrito Industrial comemora 30 anos de existência**. Mato Grosso, s/d. Disponível em: <<http://www.sedec.mt.gov.br/-/entrevista-distrito-industrial-comemora-30-anos-de-existencia>>. Acessado em: abril de 2021.

SEM AUTOR. **Entrevista, distrito industrial de Cuiabá**. Imprensa Governo de Mato Grosso. 28/09/2008. Disponível em: <<http://www.sedec.mt.gov.br/-/entrevista-distrito-industrial-comemora-30-anos-de-existencia>>. Acessado em: abril de 2021.

SEM AUTOR. **FTD educação: histórico da empresa**. s/d. Disponível em: <<https://ftd.com.br/sobre-a-ftd/>>. Acessado em: agosto de 2021.

SEM AUTOR. **Grupo OPET**. s/d. Disponível em: <<https://www.opet.com.br/instituto/historia#:~:text=O%20Grupo%20Educativo%20Opet%20foi,Instituto%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania>>. Acessado em: agosto de 2021.

SEM AUTOR. **Histórico O grupo Positivo Ltda**. s/d. Disponível em: <<https://www.meupositivo.com.br/institucional/grupo-positivo>>. Acessado em: janeiro de 2021.

SEM AUTOR. **Pedro Taques anuncia nomes de mais 11 secretários para governo de MT**. **GI.com/Mato Grosso**. Mato Grosso. 12/12/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato->

grosso/noticia/2014/12/pedro-taques-anuncia-nomes-de-mais-11-secretarios-para-governo-de-mt.html>. Acessado em: dezembro de 2020.

SEM AUTOR. **Ranking dos 10 maiores exportadores de soja do Mato Grosso**. Sociedade Nacional de Agricultura. Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/ranking-dos-10-maiores-exportadores-de-soja-do-matogrosso/#:~:text=Rondon%C3%B3polis%2C%20que%20est%C3%A1%20em%20primeiro,%25%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20mato%2Dgrossenses>>. Acessado em: maio de 2021.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho acadêmico e científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILGUEIRO, Vinicius; VALDIONES, Ana Paula; BERNASCIONI, Paula. **Balanco dos incêndios em Mato Grosso em 2020**. In: Instituto Centro de Vida. Nov. 2021. Disponível em: <<https://www.icv.org.br/website/wpcontent/uploads/2021/01/balancodosincendiosemmatogrossoem2020.pdf>>. Acessado em: fevereiro de 2022.

SILVA, Tânia de Paula; O'LOIOLA, Valéria. DINÂMICA TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT: conflitos na produção e uso do território. **Revista Equador**, UFPI, v. 8, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/9386#:~:text=Em%20C%C3%A1ceres%2DMT%20o%20avan%C3%A7o,capaz%20de%20promover%20o%20crescimento>>. Acessado em: janeiro de 2022.

SILVA, Nayhara M. M. **As implicações das parcerias público-privadas entre os Sistemas Apostilados e o poder público municipal de São José dos Quatro Marcos**. Cáceres-MT, 2020. Disponível em: <<http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/NAYHARA%20MIRELLI%20MORAES%20DA%20SILVA.pdf>>. Acessado em: maio de 2020.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; LOURENÇA, Alves da Costa; CARVALHO, Katia Maria Coelho. **História de Mato Grosso**: o processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1990.

SOARES, Murilo R. C. **Lei Kandir**: breve histórico. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Centro de documentação e informação-Coordenação de biblioteca. Nov. 2007. disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1441>>. Acessado em: fevereiro de 2022.

SOARES, José C. O.; SANTOS, Leandro; CALDAS, Jonatham A. A pecuária bovina no município de Cáceres-MT. Reflexos no contexto socioeconômico. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXI, n. 1, Janeiro/Dezembro, 2017. Disponível em: <https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_1/agb_xxi_1_versao_internet/Revista_AGB_JanDez2017-14.pdf>. Acessado em: fevereiro de 2022.

SOUZA, Tatiana N. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em contexto de uso de Sistemas Privados de Ensino**: a análise de concepções de professoras de pré-escolas. Araraquara-SP: UNESP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150455/souza_tn_dr_arafcl_sub.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acessado em: junho de 2020.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. Trad. Alexandre Morales. **Dossiê Crise Global: Novos Estudos**, nº 92, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/C7TPzqZKQCHQ5YbXCyJGp6b/?lang=pt>>. Acessado em: junho de 2020.

TANGARÁ DA SERRA. **Lei nº 3445**, de 27 de outubro de 2010. Dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos para empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços no âmbito do município de tangará da serra, revoga a lei nº 2.168 de 23 de junho de 2004 e suas alterações, lei nº 2.371 de 12 de agosto de 2005 e lei nº 2.424 de 08 de novembro de 2005, e dá outras providências. Tangará da Serra - MT, 2010. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mt/t/tangara-da-serra/lei-ordinaria/2010/344/3445/leiordinaria-n-3445-2010-dispoe-sobre-incentivos-fiscais-e-economicos-para-empresas-industriais-comerciais-e-prestadoras-de-servicos-no-ambito-do-municipio-de-tangara-da-serra-revoga-a-lei-n-2168-de-23-de-junho-de-2004-e-suas-alteracoes-lei-n-2371-de-12-de-agosto-de-2005-e-lei-n-2424-de-08-de-novembro-de-2005-e-da-outras-providencias>>. Acessado em: maio de 2021.

TAVARES, José W. **Mato Grosso**. s/d. Disponível em: <<https://cejalicinio.com.br/sws/Pasta-PDF/matogrosso.pdf>>. Acessado em: maio de 2021.

UFPR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ; UFG. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Plataforma de Dados Educacionais. **Laboratório de Dados Educacionais**. 2022. Disponível em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

VALDIONES, Ana Paula et al. (2019) Características do desmatamento na Amazônia matogrossense em 2019. In: Instituto Centro de Vida. 2019. Disponível em: <<https://www.icv.org.br/drop/wpcontent/uploads/2019/12/2019AnaliseDesmatamentoAmazoniaMT.pdf>>. Acessado em: fevereiro de 2022.

VILARINO, Cleyton. **Pecuaristas do MT produzem e lucram mais criando gado sustentável na Amazônia**. In: Globo Rural. Fev. 2021. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/02/pecuaristas-do-mt-produzem-e-lucram-mais-criando-gado-sustentavel-na-amazonia.html>>. Acessado em: maio de 2021.

ANEXO 1

Demonstra-se a seguir os quadros de identificações dos municípios mato-grossenses em relação a adoção de Sistemas Privados de Ensino 2015-2019. Ressalta-se que os dados identificados fora do período desta pesquisa não serão caracterizados, porém irão auxiliar a compor o banco de dados da pesquisa “Análise da incidência de atores privados junto à rede estadual de ensino do Mato grosso para oferta educacional”, coordenado pela pesquisadora Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião.

Tabela 1 - Resumo por faixa populacional dos municípios mato-grossenses adotantes de SPE, 2015-2019.

Municípios acima de 500 mil habitantes	0
Municípios de 10.001 a 500 mil habitantes	0
Municípios acima de 50.001 a 100 mil habitantes	2
Municípios de 10.001 a 50 mil habitantes	19
Municípios de 1 a 10 mil habitantes	5
Total	24

Fonte: A autora.

Indica-se

Identificado: para os municípios que se encontrou informações de adoções de SPE.

Não adotou: para os municípios que responderam não haver adotado e nem se encontrou informações sobre adoções de SPE.

Sem informações: para os municípios que não houve resposta e nem se localizou informações sobre adoções de SPE.

Quadro 1 - Mapeamento de adoções de SPEs por municípios acima de 500 mil habitantes.

Municípios	Região intermediária	Empresa contratada	Ano de adoção	Etapa atendida	Situação de coleta de informações
1- Cuiabá	Cuiabá	X	X	X	Não adotou

Fonte: A autora.

Quadro 2 - Mapeamento de adoções de SPEs por municípios acima de 100.001 a 500 mil habitantes.

Municípios	Região intermediária	Empresa contratada	Ano de Adoção	Etapa atendida	Situação de coleta de informações
1. Várzea Grande	Cuiabá	X	X		Não adotou
2. Rondonópolis	Rondonópolis				Sem informações
3. Sinop	Sinop	X	X		Não adotou
4. Tangará da Serra	Cuiabá				Sem informações

Fonte: A autora.

Quadro 3- Mapeamento de adoções de SPEs por municípios acima de 50.001 a 100 mil habitantes.

Municípios	Região intermediária	Empresa contratada	Ano de adoção	Etapa atendida	Situação de coleta de informações
1. Cáceres	Cáceres	Positivo Ltda.	2017 a 2020	Ed. Infantil/pré-escola	Identificado
2. Sorriso	Sinop	Positivo Ltda.	2019	Sem informações	Identificado

3. Lucas do Rio Verde	Sinop	X	X		Não adotou
4. Primavera do Leste	Rondonópolis	X	X		Não adotou
5. Barra do Garças	Barra do Garças				Sem informações
6. Alta Floresta	Sinop				Sem informações

Fonte: A autora.

Quadro 4 - Mapeamento de adoções de SPEs por municípios acima de 10.001 à 50 mil habitantes.

Municípios	Região intermediária	Empresa contratada	Ano de adoção	Etapa atendida	Situação de coleta de informações
1. Nova Mutum		x	x		Não adotou
2. Pontes e Lacerda					Não adotou
3. Campo Verde	Cuiabá	SEFE LTDA	2018 a 2020	Ens. fund.1	Identificado
4. Juína	Sinop	UNINA/FOR MAÇÃO DOCENTE	2020	Docentes	Identificado
5. Colniza					Não adotou
6. Guarantã do Norte					
7. Juara					Não adotou

8. Campo Novo do Parecís	Cuiabá	SEFE LTDA Ens. fund.	2020	Ens. Fund. 1	Identificado
9. Peixoto de Azevedo	Sinop	Positivo Ltda.	2018	Sem informações	Identificado
10. Barra dos Bugre					Não adotou
11. Colíder	Sinop	Positivo Ltda.	2019	Ed. infantil	Identificado
12. Poconé					Não adotou
13. Confresa	Barra do Garças	Positivo Ltda.	2017	Ed. Infantil e Ens. Fund. 1	Identificado
14. Mirassol do Oeste					Sem informações
15. Jaciara	Rondonópolis	Positivo Ltda.	2020	Ed. Infantil e Ens. Fund. 1	Sem informações
16. Vila Rica					Sem informações
17. Sapezal	Cuiabá	Boquinha aprendizagem e Assessoria Ltda.	2015 e 2016	1º ano do Ens. Fund.1	Identificado
18. Água Boa					Sem informações
19. Paranatinga					Sem informações
20. Aripuanã					Não adotou

21. Diamantino	Cuiabá	Editora Dom Bosco	2015 e 2016	Ed. Infantil Pré escola	Identificado
22. Canarana					Não adotou
23. São José do Rio Claro	Cuiabá	Positivo Ltda.	2017 e 2019	Sem informações	Identificado
24. Comodoro					Sem informações
25. Nova Xavantina					Sem informações
26. Nova Olímpia					Sem informações
27. Cotriguaçu					Sem informações
28. Chapada do Guimarães					Sem informações
29. Brasnorte					Sem informações
30. Alto Araguaia	Rondonópolis	SEFE	2020	Ed. Infantil e Ens. Fund. 1	Identificado
31. São José dos Quatro Marcos	Cáceres	Positivo Ltda. e FTD	2015/2017	Ed. Infantil	Identificado
32. Pedra Preta					Sem informações
33. Querência					Não adotou
34. Rosário Oeste					Sem informações

35. Santo Antônio do Leverger					Sem informações
36. Araputanga					Sem informações
37. Poxoréu					Sem informações
38. Campinápolis	Barra do Garças	Positivo Ltda.	2016 a 2017	Creche/pré escola/Ens. Fund.1 e 2	Identificado
39. Matupá					Sem informações
40. Juruena					Sem informações
41. Vila Bela da Santíssima Trindade					Não adotou
42. Nova Bandeirantes					Não adotou
43. Nobres					Sem informações
44. Guiratinga					Não adotou
45. Feliz Natal	Sinop	Positivo Ltda.	2015	Ens. Fund. 1 e 2	Identificado
46. Tapurah	Sinop	Positivo Ltda.	2017	Sem informações	Identificado
47. Itiquira	Rondonópolis	Positivo Ltda.	Sem informações	Sem informações	Identificado
48. Nossa Senhora do Livramento					Sem informações
49. Nova Canaã do Norte					Sem informações

50. Porto Alegre do Norte					Não adotou
51. Nova Ubitatã	Sinop	Positivo Ltda.	2020	Ed. Infantil e Ens. Fund. 1 e 2	Identificado
52. Cláudia	Sinop	SEBRAE/ ALTAIR INSTITUTO DE ED. LTDA	2017	Ens. Fund.	Identificado
53. Alto Garças	Rondonópolis	SEFE/OPET	2018 a 2020	Ed. Infantil Ens. Fund.	Identificado
54. Porto Esperidião					Sem informações
55. São Felix do Araguaia					Sem informações
56. Alto Paraguai					Sem informações
57. Vera					Sem informações
58. Paranaíta	Sinop	Positivo Ltda.	2015 a 2020	Ed. Infantil	Identificado
59. Juscimeira					Sem informações
60. Alto Taquari					Sem informações
61. Marcelândia					Não adotou
62. Ribeirão Castalheira					Não adotou

63.	Apiacás				Sem informações
64.	Carlinda				Não adotou

Quadro 5 - Mapeamento de adoções de SPEs por municípios acima de 1 a 10 mil habitantes

Municípios	Região intermediária	Empresa adotada	Ano de adoção	Etapa de ensino	Situação de coleta
1. Denise					Sem informações
2. Arenápolis					Sem informações
3. Terra Nova do Norte					Sem informações
4. Tabaporã					Sem informações
5. Novo Mundo					Sem informações
6. Nova Monte Verde					Sem informações
7. Nova Maringá					Sem informações
8. Castanheira					Não adotou
9. Jauru					Não adotou
10. Jangada					Não adotou
11. Santa Teresinha					Sem informações
12. Barão de Melgaço					Sem informações
13. Dom Aquino					Sem informações

14. Ipiranga do Norte	Sinop	Positivo Ltda.	2003	Sem informações	Identificado
15. Gaúcha do Norte	Barra do Garças	Positivo Ltda.	2016	Sem informações	Identificado
16. Campos de Júlio					Sem informações
17. Alto Boa Vista					Não adotou
18. Itanhangá					Não adotou
19. Pontal do Araguaia					Sem informações
20. Nova Lacerda					Sem informações
21. Bom Jesus do Araguaia					Sem informações
22. Lambarí do Oeste					Sem informações
23. Nortelândia					Sem informações
24. Cocalinho					Sem informações
25. São José do Xingu					Sem informações
26. General Carneiro					Sem informações
27. Porto dos Gaúchos					Sem informações
28. Acorizal					Sem informações
29. Santo Antônio do Leste					Sem informações
30. Curvelândia					Sem informações
31. Rio Branco					Não adotou

32. Novo São Joaquim					Sem informações
33. Canabrava do Norte					Sem informações
34. São Pedro da Cipa					Não adotou
35. Santa Carmem	Sinop	Positivo	2020	Ens. Fund. 1	Identificado
36. Nova Guarita					Sem informações
37. São José do povo					Sem informações
38. Conquista do Oeste					Sem informações
39. Novo Horizonte do Norte					Sem informações
40. Rondolândia					Sem informações
41. Nova Nazaré					Sem informações
42. Tesouro					Sem informações
43. Nova Brasilândia					Sem informações
44. Nova Santa Helena	Sinop	Positivo Ltda.	2020	Ed. Infantil Ens. Fund.1	Identificado
45. Itaúba					Sem informações
46. Torixoréu					Sem informações
47. Santa Rita do Trivelato	Sinop	Positivo Ltda.	2015	Ed. Infantil Ens. Fund.1	Identificado
48. União do Sul					Sem informações

49. Figueirópolis D'Oeste					Não adotou
50. Salto do Céu					Sem informações
51. Novo Marilândia					Sem informações
52. Santo Afonso					Sem informações
53. Vale de São Domingos					Sem informações
54. Araguaiana					Sem informações
55. Glória do Oeste					Sem informações
56. Porto Estrela					Sem informações
57. Indiavaí					Sem informações
58. Reserva do Cabaçal					Sem informações
59. Novo Santo Antônio					Sem informações
60. Planalto Da Serra					Sem informações
61. Santa Cruz do Xingu					Sem informações
62. Ribeirãozinho					Sem informações
63. Luciara					Sem informações
64. Serra Nova Dourada					Sem informações
65. Ponte Branca					Não adotou
66. Araguainha					Não adotou

Fonte: A autora.

ANEXO 2

Para os municípios de que não se encontrou informações referente a possíveis adoções de Sistemas Privados de Ensino, foi encaminhada solicitação de informações aos mesmos pelo Portal Transparência/Serviço de informação ao cidadão ou Ouvidoria. Como demonstra a solicitação a seguir.

Utilizando a Lei nº 12.527/2011, solicito informações junto à secretaria municipal de Educação deste município, se entre os anos de 2015 a 2020 houve a adoção de alguma empresa para fornecimento de Sistemas Privados de ensino, apostilas/material didático ou similar para serem utilizados na educação básica da rede municipal. Caso afirmativo, tal adoção foi utilizada para qual etapa da educação? Qual ano ocorreu a adoção e qual empresa adotada?